

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**O PENSAMENTO HISTÓRICO E SOCIAL DE JORGE SALIS GOULART:
UMA INCURSÃO PELO “CAMPO” INTELECTUAL RIO-GRANDENSE NA DÉCADA
DE 1920**

Jefferson Teles Martins

Professor Dr. Flavio Madureira Heinz
Orientador

Porto Alegre, março de 2011.

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)

M386p

Martins, Jefferson Teles

O pensamento histórico e social de Jorge Salis Goulart: uma incursão pelo “campo” intelectual rio-grandense na década de 1920. / Jefferson Teles Martins. Porto Alegre, 2011.

142 f. : il.

Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, PUCRS.

Orientador: Prof. Dr. Flavio Madureira Heinz.

1. História. 2. Intelectuais – Rio Grande do Sul. 3. Goulart, Jorge Salis – Crítica e Interpretação. I. Heinz, Flavio Madureira. II. Título.

CDD: 981.65

Alessandra Pinto Fagundes
Bibliotecária
CRB10/1244

JEFFERSON TELES MARTINS

**O PENSAMENTO HISTÓRICO E SOCIAL DE JORGE SALIS
GOULART:
UMA INCURSÃO PELO “CAMPO” INTELECTUAL RIO-GRANDENSE NA
DÉCADA DE 1920**

Dissertação apresentada como requisito para obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Aprovada em 2 de março de 2011.

BANCA EXAMINADORA:

Professor Dr. Flavio Heinz – PUCRS

Professor Dr. André Átila Fertig – UFSM

Professora Dra. Margareth Marchiori Bakos – PUCRS

AGRADECIMENTOS

Quero agradecer ao meu orientador Flavio Heinz pela acolhida e atenção, cuja honestidade e competência intelectuais foram fundamentais para a obtenção do resultado final, e a quem se deve, em boa medida, as possíveis virtudes deste trabalho.

Agradeço ao professor Gervásio Rodrigo Neves, presidente do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, que tão gentilmente permitiu que eu tivesse acesso e organizasse o Arquivo Jorge Salis Goulart/Walkyria Neves Goulart, presente no IHGRGS. Também agradeço à historiadora Liana Martins e aos funcionários do IHGRGS.

Aos professores Margareth Marchiori Bakos e André Fertig que aceitaram fazer parte da minha banca de defesa.

Agradeço à amiga Fernanda Cardozo que fez a revisão gramatical do texto final desta dissertação.

Aos meus amigos queridos Tiago Alfredo Szinvelski e Rudiléia Paré pelo apoio e cuja amizade sempre foi um incentivo constante.

Aos meus queridos pais Evilda Teles Martins e Homero Paz Martins por todo apoio e carinho.

Ao Programa de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica.

Ao CNPq pela concessão da bolsa de estudos.

Sonhei a realização de um monumento: – “O SENTIDO DA EVOLUÇÃO”.

Nele, a profundidade imensa das idéias seria vazada num estilo em que a cristalização da forma clássica portuguesa seria subtilizada pela finura de um espírito a Proust, Valéry, e Thibaudet.

Uma obra prima da ciência e filosofia brilhando no lavor de uma jóia literária.

Vejo que não poderei realizar o sonho desta divina estilização, nem ensanchar a projeção das idéias que deveriam abarcar as mais modernas doutrinas da relatividade, da psicologia, da arte, da sociologia, da moral, do direito, da filosofia, da religião.

O que deixo constitui só um raiozinho do esplendor ambicionado.

Jorge Salis Goulart

RESUMO

Esta dissertação versa sobre a trajetória intelectual de Jorge Salis Goulart na década de 1920. A abordagem adotada focaliza esta personagem em seu aspecto relacional com outros agentes do campo intelectual e político rio-grandense e brasileiro. Busca-se, neste texto, compreender as condições objetivas de um agente periférico dentro do campo intelectual brasileiro que procurou, através de estratégias particulares de inserção no campo e de tomadas específicas de posição, gerar e acumular o capital simbólico que lhe garantisse o reconhecimento e o prestígio intelectual. Além disso, este trabalho procura fornecer uma vista panorâmica e, ao mesmo tempo, interna das estruturas formais e informais do campo intelectual que se formava no Rio Grande do Sul na década de 1920, com o propósito de permitir a compreensão das disputas envolvidas e dos constrangimentos disciplinares e intelectuais que impunham certos padrões de legitimação e, também, uma determinada agenda a ser seguida pelos “novos” escritores como Jorge Salis Goulart.

PALAVRAS-CHAVES: Jorge Salis Goulart; campo intelectual; intelectuais; Rio Grande do Sul.

ABSTRACT

This dissertation examines the intellectual history of Jorge Salis Goulart in the 1920s. The approach adopted focuses on this character in their relational aspects with other agents of the intellectual and political field Rio Grande do Sul and Brazil. This text seeks to understand the objective conditions of an agent peripheral within the brazilian intellectual field who sought, through particular strategies in the entering the field and taken specific positions, generate and accumulate the symbolic capital that guaranteed him the recognition and prestige intellectual. Moreover, this work seeks to provide a panoramic view and, the same time, internal of formal and informal structures of intellectual field that was being formed in Rio Grande do Sul in the 1920s, in order to enable understanding of the disputes and the disciplinary constraints and intellectuals that imposed certain standards of legitimacy, and also, a specific agenda to be followed by “new” writers like Jorge Salis Goulart.

KEY-WORDS: Jorge Salis Goulart; intellectual field; intellectuals; Rio Grande do Sul.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 – Profissões dos sócios fundadores do IHGRS.....	47
Quadro 2 – Almanques rio-grandenses no século XIX.....	75
Quadro 3 – Relatório da Diretoria da Livraria do Globo 1925-1929.....	79
Gráfico 1 – Redes de relações sociais de Jorge Salis Goulart no campo intelectual brasileiro na década de 1920.....	96
Figura 1 – Fotocópia da carta de Jorge Salis Goulart a Théo Filho.....	97
Figura 2 – Fotocópia da folha de rosto do livro <i>Colheitas de Ouro</i> (1924), de Jorge Salis Goulart.....	98
Gráfico 2 – Intersecções das atividades profissionais de Jorge Salis Goulart através de suas cartas.....	100
Quadro 4 – Dados pessoais e profissionais de Jorge Salis Goulart.....	108
Quadro 5 – Obras de Jorge Salis Goulart.....	110

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1. MEIO INTELLECTUAL NO RIO GRANDE DO SUL NA DÉCADA DE 1920	16
1.1 O impacto da Guerra no meio intelectual brasileiro.....	17
1.2 Alcides Maia: entre a “periferia” e o “centro” da República das Letras.....	21
1.3 Campanha nacionalista no Rio Grande do Sul: Visita de Olavo Bilac.....	29
1.3.1 A introdução de Jorge Salis Goulart no cenário intelectual rio-grandense na voga do nacionalismo.....	32
1.4 Agenda intelectual: Identidade regional.....	36
1.4.1 A questão da identidade regional: historiografia e a definição do “campo” historiográfico	41
1.5 Os espaços de sociabilidades intelectuais na década de 1920	52
1.5.1. A Rua da Praia e suas livrarias.....	54
2. JORGE SALIS GOULART: A LUTA POR UM ESPAÇO NO CAMPO INTELLECTUAL RIO GRANDENSE E BRASILEIRO	58
2.1. Meio Cultural e Intelectual em Pelotas no início do século XX.....	58
2.1.1. A imprensa pelotense.....	61
2.2. Redes de relações e possibilidades de inserção no meio intelectual em 1920.....	74
2.2.1 A inserção de Salis Goulart no campo intelectual de 1920.....	81
2.3. Intersecções profissionais: atividades literárias, educacionais, jornalísticas e políticas.....	99
3. PRODUÇÃO INTELLECTUAL: A BUSCA POR UM MONUMENTO INTELLECTUAL	109
3.1. Incursão pela poesia.....	109
3.2. Reconversão da trajetória intelectual aos “ensaios científicos”	115
3.3. A obra <i>A Formação do Rio Grande do Sul</i>	126
3.4. Tentativa de erguer um “monumento filosófico”	129
CONCLUSÃO	136
Referências	139

INTRODUÇÃO

Li o nome *Jorge Salis Goulart* pela primeira vez na capa de seu livro *A Formação do Rio Grande do Sul*, na Biblioteca Municipal de Alegrete. Tornei a encontrar seu nome durante a graduação em textos da *historiografia crítica*, dos anos 1980, que tratou de revisar a historiografia gaúcha chamada tradicional. Nestes artigos seu nome e trechos de sua obra são recorrentemente citados para retratar o modo como a historiografia tradicional constituiu seus mitos como, por exemplo, a “democracia pastoril”. Meu interesse pela vida e obra deste legítimo representante da historiografia rio-grandense, tal como constituída nos moldes tradicionais, surgiu no final de minha graduação, chamado à atenção ao fato que este intelectual, na década de 1920, tentou interpretar o Rio Grande do Sul seguindo modelos sociológicos correntes à época assim como fizera Oliveira Vianna em relação ao Brasil, em 1920, com a obra *Populações Meridionais*.

O presente estudo possui muito em comum com a biografia. No entanto, não o encaro como uma biografia. Encaro-o como um estudo do campo intelectual no Rio Grande do Sul na década de 1920 e das práticas ordinárias dos agentes deste campo, a partir da análise da trajetória de um intelectual em particular – Jorge Salis Goulart.

Entretanto, as aproximações com o gênero biográfico são evidentes. Por isto foi importante pensar as questões teóricas e metodológicas atinentes a um trabalho histórico de caráter biográfico. Mas foi durante o trabalho de escrita que percebi que na verdade as preocupações presentes em um estudo biográfico não são muito

diferentes das problemáticas que se apresentam ao historiador quando realiza investigações históricas de outra natureza. A suposta “objetividade” do trabalho do historiador sempre passa pela pesquisa séria de fontes e documentos. É, também, necessário que o historiador se arme de recursos teóricos que o livrem de ciladas metodológicas como “comprar a versão dos documentos”, perigo presente em qualquer análise histórica. Na biografia uma destas ciladas é aquilo que Pierre Bourdieu chamou de “*ilusão biográfica*”, ou seja, atribuir ao personagem “um percurso orientado” como se todos os atos do indivíduo o levassem inexoravelmente a um determinado fim. Em outras palavras, pressupor uma idéia de linearidade à trajetória, pela qual se faça crer que todos os esforços individuais fossem orientados numa direção conhecida e definida já de antemão, ou ainda pior, que havia um “destino incontornável” (Borges, 2001, p. 7).

Em seu excelente artigo chamado *O historiador e seu personagem: algumas reflexões em torno da biografia*, Vavy Pacheco Borges (2001) enumera algumas questões que dizem respeito ao trabalho do historiador que se aventura pelo vasto campo da produção biográfica. Algumas delas são: *Como se dá a relação entre historiador e seu objeto? Que fatos selecionar para a narração? Como estabelecer os laços indivíduo/sociedade? Como pensar e narrar o tempo de uma vida?* Estas questões são fundamentais e aparecem imbricadas em todo momento da escrita.

Em primeiro lugar devo dizer que apesar da distância temporal e de não haver nenhuma identificação social, familiar ou ideológica com o personagem principal deste estudo – Jorge Salis Goulart – tampouco com os seus postulados, sempre mantive uma atitude de respeito e simpatia pela figura desse intelectual. Ao longo da pesquisa foi inevitável não desenvolver uma *afetividade* pelo “biografado” e apreciar certa obstinação que tinha para alcançar seus objetivos.

É certo que é impossível esgotar uma vida em uma biografia, e tampouco como disse anteriormente, encarei este trabalho como tal. Por isso, desde o início do estudo da trajetória de Jorge Salis Goulart, tratei de focá-lo com vistas a perceber o seu entorno social, o funcionamento do campo intelectual rio-grandense e as práticas comuns dentro do microcosmo intelectual. Portanto, descartei aqueles fatos ou documentos que a meu ver, e segundo o objetivo do estudo, não revelavam informações pertinentes ou não continham indicações sobre o campo intelectual e suas práticas formais e, principalmente, das informais. No entanto, esta minha seleção de fontes se fez em cima da seleção prévia que Walkyria Goulart Valle

Machado – viúva e guardiã da memória de Salis Goulart – fez dos documentos que a seu juízo considerou relevantes para serem guardados no arquivo pessoal que ela mesma montou sobre o seu esposo falecido. Pelo conteúdo do arquivo penso que D. Walkyria guardou praticamente tudo o que pode reunir sobre o seu primeiro marido ao longo de toda a sua vida, em nome de uma grande paixão e admiração que nutriu por Salis. Neste arquivo estão presentes correspondências, telegramas, artigos em jornais e revistas, pequenas notas, e até mesmo pedacinhos de papel onde Jorge Salis escreveu seu próprio nome e que Walkyria quis guardar, pois se tratava da caligrafia do seu “Jorginho”, como ela carinhosamente o chamava. Ainda sobre esta questão das fontes, não citei todas as correspondências ao logo do trabalho por acreditar que elas revelavam algo que já estava devidamente ilustrado em outras cartas, estas sim citadas. Citar um volume maior de correspondências teria um valor meramente fetichista e quis poupar ao leitor da repetição.

Devo acrescentar que os fatos selecionados para a narração foram fortemente influenciados pelo aporte teórico empregado. Provavelmente, a narrativa e os fatos selecionados fossem outros se a abordagem teórica não fosse a que me serviu de inspiração. Cabe aqui explicitar que a “teoria dos campos” de Pierre Bourdieu esteve por trás, o tempo todo, da narração.

Pierre Bourdieu formulou um conjunto de conceitos e uma teoria complexa para resolver problemas de compreensão e interpretação do mundo social. A não existência das condições históricas plenas para a aparição de um campo intelectual relativamente autônomo no Rio Grande do Sul da primeira metade do século XX, já foi assinalada por Luis Odaci Coradini (2003). No entanto, isto, a meu ver, não inviabiliza que naquele contexto se vislumbassem elementos constituintes de um campo intelectual em vias de formação. O próprio Bourdieu assinala que toda “imigração de idéias” implica vários perigos de ingenuidade e simplificação, pois separa as produções culturais do sistema de referências teóricas. Por isso, nesses casos impõe-se a necessidade “atualização do horizonte de referência” (Bourdieu, 2006). Mas este é um cuidado que deve perpassar todo o trabalho que utiliza referências teóricas de outro autor. Esta teoria foi desenvolvida pelo sociólogo francês para o estudo dos fenômenos em organizações sociais complexas e altamente diferenciadas. Meu propósito neste trabalho, portanto, não é ser intérprete fiel de Bourdieu, mas utilizar sua proposta teórica como inspiração na busca por instrumentos de análise, na linha do que propôs Céli Regina Pinto (1996), a qual

defende que “é possível identificar o campo e seus limites mesmo em sociedades onde existe uma aparente promiscuidade de interesses e capitais” (1996, p. 222). Céli Pinto recomenda certa cautela no uso da teoria dos campos para o estudo de uma sociedade menos organizada como a brasileira: “talvez o reconhecimento e análise da promiscuidade dos campos em sociedades como a brasileira permita romper quando da análise de sociedades desenvolvidas, com uma pretensa pureza na conceituação de Bourdieu” (1996, p. 222). Essa cautela deve ser redobrada em se tratando de um contexto como o do Rio Grande do Sul da década de 1920. No caso deste estudo tomei o cuidado de assinalar a todo tempo a falta de autonomia do campo intelectual em relação ao campo de poder, buscando, no entanto, não reduzir a lógica que orientava a ação dos intelectuais como Jorge Salis Goulart à lógica política. A relativização dos conceitos e a quebra da rigidez teórica não anulam a eficácia e pertinência da teoria dos campos. Ainda que existam inúmeras homologias entre os campos, suas diferenças devem ser preservadas, pois um campo é irreduzível a outro quando seus interesses e capitais são irreduzíveis, e o são porque só podem ser cumpridos ou satisfeitos no interior do campo. Portanto, cabe ao estudioso buscar estas características. Ao longo deste estudo pude observar a presença destes elementos na esfera de atuação de Salis Goulart e outros intelectuais.

Outra noção importante que norteou esta pesquisa é o conceito de “poder simbólico”, ou seja, um poder reconhecido definido pelo peso dos diferentes agentes que depende de seu **capital simbólico**, ou seja, do **reconhecimento**, institucionalizado ou não, que obtém de um grupo. Segundo a perspectiva do sociólogo francês as posições dos agentes em um determinado campo dependem do seu volume de capital. A posição e o capital definem o poder de um agente dentro do campo, devendo este poder ser reconhecido pelos demais agentes do campo. Quando um campo não possui ainda autonomia relativa o reconhecimento provém de agentes externos ao campo em questão. Assim, me propus a pensar a posição do Jorge Salis Goulart em relação aos agentes do campo político e aos demais agentes do campo intelectual local e nacional, e recuperar as suas microestratégias na busca por um espaço no meio intelectual. O poder simbólico, para Bourdieu, é sempre arbitrário e ilegítimo e se baseia no desconhecimento por parte dos dominados por este poder dessa arbitrariedade e da aceitação das regras do jogo. Assim, segundo Bourdieu (1989), é um poder que necessita ser descoberto

“onde ele se deixa ver menos, onde ele é mais completamente ignorado, portanto, reconhecido: o poder simbólico é com efeito, esse poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem” (1989, p. 7-8).

A perspectiva relacional que toma os agentes e grupos de agentes em seu caráter de antagonismos e relações de força e recursos também está presente na teoria bourdiana, pela qual o espaço social é visto, sobretudo, como um espaço de lutas e concorrências entre os agentes na busca pelo “monopólio do poder”. No caso do campo intelectual essas lutas referem-se à possibilidade de incorporar os recursos intelectuais objetivados. Nas condições históricas em que se movimentavam os intelectuais da década de 1920 no Rio Grande do Sul, o motivo principal das lutas era o reconhecimento na forma de *prestígio* intelectual e não o “poder” propriamente dentro do campo, já que este se apresentava não estruturado e em fase incipiente de formação.

Assim utilizei a conceituação de **campo** como uma “esfera com lógica e princípios de concorrência e hierarquização próprios, implicando relações entre os recursos sociais dos agentes e as tomadas de posição” (Bourdieu, 1996). Ou seja, um sistema de relações de forças fundadas na desigual distribuição de certo capital (político, científico, intelectual, etc.). Desta forma, no pensamento bourdiano as posições compõem um “jogo móvel”, no qual os agentes não possuem posições fixas. Os agentes dominantes no campo lutam para preservar suas posições e capitais, enquanto que os dominados lutam para conquistar recursos e melhores posições dentro do campo. Daí, temos outra noção importante: a noção de **trajetória** que para Bourdieu é “uma série de posições sucessivamente ocupadas por um mesmo agente (ou um mesmo grupo) num espaço que é ele próprio em devir, estando sujeito a incessantes transformações” (1996, p. 189). Através de tomadas de decisão e de posições os agentes vão construindo suas trajetórias com vistas a obter cada vez mais prestígio e reconhecimento.

Sobre a relação indivíduo/sociedade e as formas de estabelecer esses laços, Pierre Bourdieu, no clássico diálogo com Roger Chartier, publicado com o título *Gente com história, gente sem história*, disse entender que a oposição entre sujeito e estrutura, objetividade e subjetividade, indivíduo e sociedade é um falso problema, embora esteja assentado em “interesses sociais verdadeiros”. Para ele, no entanto, é necessário “objetivar” os fatos sociais e “tratá-los como coisas”, ou ainda, estudar

os indivíduos “como se não possuíssem subjetividade; estudá-los sem atribuir importância ao que dizem, à sua experiência vivida, a suas experiências mentais, a suas representações” (Bourdieu; Chartier, 2006, p. 91). Pois, para Bourdieu, as representações e discursos – a verdade *subjetiva* – dependem do ponto no espaço social em que o indivíduo está situado – a verdade *objetiva* (p. 92). Assim, neste estudo não dei maior importância ao *discurso* de Jorge Salis Goulart, mas procurei compreender o “*ponto no espaço social*” a partir do qual ele falava e a quem ele falava, para entender o *sentido* de sua fala. Neste aspecto, este trabalho é menos de História Intelectual e mais de História da intelectualidade.

A narrativa desta dissertação está estruturada em três capítulos. No primeiro procurei construir um panorama geral do meio intelectual brasileiro e rio-grandense na década de 1920, recuperando alguns temas que faziam parte da agenda principal dos intelectuais no Brasil e no Rio Grande do Sul, e o microcosmo das sociabilidades intelectuais na época em que Jorge Salis Goulart se lançou na busca por uma posição e reconhecimento intelectual.

No segundo capítulo, exponho o campo de possibilidades que envolvia a atividade intelectual em Pelotas e no Rio Grande do Sul em 1920, narro o início da trajetória de Jorge Salis Goulart como poeta e jornalista político e, também, a formação de sua rede de relações sociais dentro do campo político e intelectual e suas tomadas de posição dentro destes campos.

No terceiro e último capítulo procuro mostrar a inflexão que Salis Goulart fez na sua trajetória migrando da literatura para os temas “científicos”, estabelecendo uma relação com as mudanças que ocorreram no próprio campo da produção cultural local que favoreceram a reconversão deste intelectual do gênero da poesia para a “ensaística” sociológica e histórica.

Capítulo 1 – Meio Intelectual no Rio Grande do Sul na década de 1920

Nesta primeira seção do capítulo apresentarei o cenário intelectual rio-grandense na década de 1920 e os temas que dominaram a agenda intelectual brasileira no Primeiro Pós-Guerra. Primeiramente, veremos a questão nacionalista e sua importância na reorganização das posições intelectuais e do próprio campo. O “Novo Nacionalismo”¹ teve efeito redefinidor sobre o sentido do papel social dos intelectuais. Esses efeitos não se limitaram aos agentes centrais do campo, no eixo Rio-São Paulo, mas também afetaram os intelectuais da “periferia” que residiam na “província”². Neste contexto, Olavo Bilac veio ao Rio Grande do Sul para reafirmar e “impor” a agenda a ser desenvolvida pelos intelectuais locais: o nacionalismo. Durante o predomínio do *ethos* nacionalista no pensamento brasileiro, Jorge Salis Goulart faz a sua estréia como poeta.

Em seguida, ainda neste capítulo, veremos que os intelectuais locais tiveram dificuldades em articular o discurso nacionalista. O tema regionalista e da identidade regional precisou ser ajustado à questão do nacionalismo, em meio às lutas pela definição dos critérios legítimos do discurso regionalista. Neste sentido, o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, fundado em 1920, teve importância fundamental.

Por fim, veremos os espaços de sociabilidades intelectuais pelos quais circulavam os intelectuais do Rio Grande do Sul na década de 1920, especialmente na capital do estado.

¹ Tomo de empréstimo a expressão ‘novo nacionalismo’, de Thomas Skidmore (1976), para indicar que a questão nacionalista já estava na pauta intelectual há muito tempo, porém a partir de 1915, com o contexto da Guerra o tema foi colocado em novas bases.

² O termo “província” que utilizo sempre entre aspas é para assinalar como os intelectuais do Rio Grande do Sul se referiam e se sentiam em relação ao Brasil, com uma espécie de complexo “provinciano”. Letícia Nedel já chamou a atenção para este fato (Nedel, 1999).

1.1 O impacto da guerra no meio intelectual brasileiro

A segunda década do século XX é crucial para o pensamento brasileiro. O clima intelectual é significativamente alterado pela crise de valores provocada pelo quadro de Guerra. A concepção amplamente aceita da superioridade moral dos europeus sofre um duro golpe, e é “desmentida” pelas atrocidades e “barbárie” dos povos em conflito. Questiona-se a condição da Europa como ápice da civilização, que segundo o pensamento social vigente – eivado pelo darwinismo social – seria o estágio superior da humanidade evoluída, ao qual todas as nações – como o Brasil – deveriam chegar. O contexto da I Grande Guerra mostrou aos pensadores brasileiros que a realidade nacional deveria ser pensada e interpretada por ela mesma sem o recurso às fórmulas prontas transplantadas de outras realidades nacionais. Assim o questionamento gerado pelo conflito europeu, abriu espaço para refletir sobre a questão da “raça”³ sem o caráter negativo do século XIX.

Pela primeira vez, a corrente principal do pensamento brasileiro aprendeu como rebelar-se contra a moldura dentro da qual o pensamento europeu a tinha aprisionado como numa camisa de força – e, mais importante, a rejeitar o determinismo do pensamento racista. (Skidmore, 1976, p.164)

A idéia de que o Brasil era um país vulnerável à ação predatória estrangeira também deu tom ao clima intelectual gerado pela situação de guerra. Pela primeira vez os intelectuais brasileiros acreditaram que o Brasil era um país que valia a pena desenvolver, sendo que o caminho para o desenvolvimento seria a “mobilização nacional”.

A guerra europeia era um tema incontornável ao meio intelectual brasileiro. Mas foi também o momento da inflexão da história intelectual no país quando ampliou-se a atuação e interesse dos intelectuais sobre espaços que eram antes “exclusivos” do campo político. Os intelectuais de certo modo se serviram de uma questão que batia à porta do Brasil para encampar um movimento nacional que lhes garantiu a primazia como “vanguarda” da nação. Encontraram na situação gerada pelo ambiente de crise da guerra a oportunidade de se sobressair e de redefinir a sua importância e o seu papel social. Até então, os debates internos à *intelligentsia*

³ “Este “novo nacionalismo” envolveu a busca de uma nova identidade e teve como parâmetro a recusa aos modelos biológicos que embasavam o pensamento racista.” (Oliveira, 1990, p 145)

havia sido inócuos, sem repercussão social. No entanto, tal redefinição implicava operar uma profunda mudança quanto ao *sentido* e *função* do intelectual, da literatura e da arte, tornada possível por uma transformação mais profunda que infundiu na geração do pós-guerra o *ethos* nacionalista.

Neste sentido destaca-se a atuação de Olavo Bilac⁴. Em outubro de 1915, profere um discurso aos formandos da Faculdade de Direito de São Paulo, no qual apela aos jovens em favor do nacionalismo e às armas, com grande repercussão.⁵ Outros antes dele (tal como Rui Barbosa), haviam discursado sobre a guerra, sem causar o mesmo impacto. Então, o que fez a diferença entre a fala desses intelectuais e o discurso de Bilac? O momento foi muito importante, mas não só. O efeito do discurso está ligado a *quem* o profere – um *homem instituição* –, ao *momento certo*, à *audiência*, e também diz respeito ao *tema*, que a esta altura já tinha ganhado força suficiente para gerar a mobilização da sociedade – mais especificamente da elite – devido ao clima de descontentamento geral por causa da guerra (Skidmore, 1976, p 172). Outro elemento que não pode ser menosprezado é o fato de Bilac possuir um grande lastro de influência no meio intelectual devido ao acúmulo de capitais simbólico e social, que o tornavam o grande “avatar” das letras brasileiras. Segundo Bourdieu, a eficácia da fala ou discurso está mais relacionada às condições sociais objetivas do que à lógica interna do próprio discurso. Esta eficácia se mede pelo peso dos agentes em um campo específico que depende de seu capital simbólico, ou seja, do reconhecimento, institucionalizado ou não.

A esta altura, o Parnasianismo, do qual Bilac é o maior representante, já sofria juntamente com o Simbolismo amplas críticas. No entanto, o Parnasianismo ainda era a escola de maior prestígio no cenário das letras no Brasil. Não foi por acaso que os modernistas, na década de 1920, em seu movimento de ruptura no campo intelectual brasileiro, direcionaram suas mais contundentes críticas a esta escola que, todavia, já dava mostras de esgotamento, e, em menor medida, também

⁴ Olavo Bilac (1865-1918), Jornalista e poeta lírico. Foi notável conferencista. Granjeou grande popularidade como divulgador do nacionalismo. Foi o mais típico dos parnasianos brasileiros e o mais lido nas duas primeiras décadas do século XX (Coutinho; Sousa, 2001, p. 355).

⁵ Os jovens advogados organizaram, com ajuda militar, a Liga de Defesa Nacional, que possuía caráter semi-oficial. Em 7 de setembro de 1916 foi formalizado o diretório da Liga de Defesa Nacional, no Salão da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, com a presença de políticos, intelectuais e militares. A presidência efetiva da Liga ficou reservada ao Presidente da República. Olavo Bilac foi escolhido o secretário geral. Também foi formada uma Comissão de Redação dos Estatutos da Liga, composta por Pedro Lessa, Miguel Calmon, Olavo Bilac, Coelho Netto, Joaquim Osório e outros (O Diário, Porto Alegre, 9-09-1916, p. 3).

criticavam ao Simbolismo, que não chegou a firmar-se no campo literário (Miceli, 1977, p. 12).

Em meados da década de 1910, Olavo Bilac se encontrava no centro de uma importante rede que permitia que seus discursos fossem publicados em jornais e revistas de todo o território nacional. A ampla cobertura dada pela imprensa aos discursos do poeta não se deve à mera generosidade, mas sim ao seu prestígio e a sua posição no campo intelectual. Mais do que catalisador do “descontentamento nacional”, Bilac soube tirar o máximo proveito – político e intelectual – do dito descontentamento. Empreendeu uma “*Campanha Nacionalista*” com diversas viagens pelo país para promover o patriotismo. Em contraparte, outros intelectuais, também membros da Academia Brasileira de Letras e próximos a Bilac, como Afrânio Peixoto e Coelho Netto, que compartilhavam das idéias nacionalistas ou “patrióticas”, se engajaram no mesmo movimento intelectual. A crise da hegemonia por que passa o pacto oligárquico que havia dado seus primeiros sinais de fissura durante a Campanha Civilista (1910) favoreceu a tentativa de reconversão de intelectuais como Bilac – em meio à crise de hegemonia do Parnasianismo – para questões sociais e políticas, numa busca pela preservação do domínio simbólico do campo literário e sobre os padrões da legitimidade intelectual e, ainda, para ampliar sua influência sobre a política e sociedade.

A conjugação desses fatores fez com que a campanha nacionalista de Bilac tivesse efeitos *reordenadores* e duráveis sobre o campo intelectual brasileiro que permaneceram ao longo da década seguinte, muito embora com novos matizes e diferentes apropriações sobre o discurso nacionalista pelos distintos grupos e correntes intelectuais que se colocaram em conflito pela “vanguarda” da nação e domínio do “campo”.

Para Bilac os verdadeiros brasileiros patriotas seriam forjados no rigor da caserna:

A caserna é um filtro admirável em que os homens se depuram e apuram, dela saíam conscientes, dignos, brasileiros esses infelizes que sem consciência, sem dignidade, sem pátria, que constituem a massa amorfa e triste da nossa multidão (Bilac apud Skidmore, 1976, p.172).

Outra tônica dos discursos de Bilac eram (a) a necessidade de “reformular a função da literatura na sociedade” e de um (b) “novo papel assumido pelo

intelectual”. Com a adesão de nomes de referência no meio intelectual da época a estas idéias, rapidamente passou-se a ter uma nova visão sobre o papel do intelectual, o qual deveria revestir-se de um sentido pragmático e voltar-se para a ação.

A idéia corrente é a de que o intelectual deve forçosamente direcionar suas reflexões para os destinos do país, pois o momento é de lutas e engajamento, não se admitindo mais o escapismo e o intimismo. Cabe, então, ao intelectual evitar os temas de cunho pessoal: ele deve deixar de falar de si mesmo para falar da nação brasileira. [...] Assim, a literatura deve deixar de ser apenas um “templo da arte” para se transformar em escola de civismo. (Velloso, 1993, p.2)

O artista deveria exercer uma função pedagógica na sociedade ensinando ao povo o civismo e o amor à Pátria. Também a educação tornou-se tema recorrente em sua prédica como “elemento central no processo de construção da consciência do cidadão” (Oliveira, 1990, p. 146).⁶

Esta mudança de visão sobre o nacionalismo e, especialmente, sobre a função dos intelectuais na sociedade, os aproximava da “realidade” e tinha implicações de caráter pragmático. O que estava em causa e ao mesmo tempo foi consequência desta mudança de postura dos intelectuais, era a diminuição do fosso entre os campos político e intelectual. Aliados e descontentes que estiveram com o processo político nas primeiras décadas da República, os homens de letras começaram a assumir cargos políticos. Outro reflexo desta mudança no *sentido* do intelectual é que suas obras publicadas, agora mais próximas da “realidade” passaram a atender a demanda de mercado e tornaram-se verdadeiros *best-sellers* (Velloso, 1996, p. 57).

O “mundo externo” ao campo intelectual, assim pode-se dizer, esteve orientando a organização interna do campo e a agenda intelectual, confirmando o pensamento de Michel de Certeau (2007), segundo o qual há uma profunda articulação, não hierárquica, entre as idéias e a sociedade. Em suas palavras, “é um mesmo movimento que organiza a sociedade e as ‘idéias’ que nela circulam” (2007, p. 70).

⁶ Sobre os efeitos duradouros desta ênfase na educação pelos intelectuais, afirma Lúcia Lippi Oliveira: “A questão da salvação nacional através da educação no pós-Primeira Guerra foi seminal para o movimento de reformas implantadas nos anos 20, que nos anos 30 ficaria conhecido como Escola Nova.” (Oliveira, 1990, p. 147)

Em suma, a questão da identidade nacional tornou-se a pauta máxima colocada em termos da necessidade de “criar a Nação”. Para além disso, os padrões de legitimidade intelectual se modificaram e o grau de comprometimento da produção artística com os “novos valores” patrióticos passou a ser referência para aferir o valor artístico de uma obra.

A mudança ocorrida no universo literário brasileiro na segunda década do XX refletiu uma nova visão geral dos intelectuais sobre a sua atividade, segundo a qual a questão da identidade nacional se colocava dentro do seu raio de ação e interesse com prioridade. Mais do que isso, o nacionalismo e a questão da identidade nacional organizaram e atravessaram todas as clivagens internas ao campo intelectual da época.

Porém, a convergência de idéias terminava aí. Todos eram patriotas, mas os modelos de pátria eram muitos, e representavam os movimentos de oposição e competição internos ao campo intelectual. A vitória de um desses modelos representava para os intelectuais da época a “hegemonia” simbólica de um desses grupos sobre os demais. Estas disputas não podem ser dissociadas da mudança do paradigma literário, pois desde meados da década de 1910, “era amplamente reconhecida a falência do Parnasianismo e do Simbolismo” (Murari, 2009, p. 175).

1.2 Alcides Maia: entre a “periferia” e o “centro” da República das Letras

Não há literatura sem luta, sem paixões, sem objetivos opostos e sem opostos pendores. Funda-se na diferença dos temperamentos a multiplicidade dos estilos e, se não for livre, será imperfeita a criação estética. [...]

O presente é de discussão, de embate social, de passagem. Passagem para que? O pensamento moderno, quaisquer que sejam as suas manifestações, gira sem resposta sobre essa pergunta.

Alcides Maia (1918)

Alcides Maia⁷, escritor e jornalista que se dividiu entre o Rio Grande do Sul e o Rio de Janeiro na segunda década do século XX, publicando na imprensa dos dois estados, formula e veicula através de suas crônicas, valores sociais e, ao mesmo

⁷ Alcides Maia (1878-1944), jornalista, ensaísta, romancista, contista e conferencista. Deputado Federal e Membro da Academia Brasileira de Letras, da Academia Rio-grandense de Letras (1ª e 2ª fase) e do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (Martins, 1978, p. 337).

tempo, fornece um bom retrato do cenário intelectual da época. Suas crônicas cristalizam certos acontecimentos e debates surgidos no interior do mundo das letras, a partir do olhar de um observador privilegiado na intersecção do centro-periferia da produção cultural, e hoje, de um ponto de vista histórico, lançam alguma luz sobre as lutas e aproximações intelectuais ocorridas, em especial, na cidade do Rio de Janeiro, até então, capital cultural do país. Não somente isto, Maia foi profundamente afetado pelo universo intelectual carioca nos dois períodos que residiu no Rio de Janeiro.⁸

Mas antes de olharmos para as crônicas de Alcides Maia, é necessário historiar sua trajetória intelectual, ainda que de modo breve, para compreendê-lo nas contradições e ambivalências próprias da época. Alcides Maia nasceu em São Gabriel, na região da Campanha do Rio Grande do Sul. No início de sua trajetória esteve ligado a grupos políticos de oposição aos castilhistas, derrotados na guerra civil (1893-95). Atuou como jornalista engajado e escritor de matiz regionalista. Maia representa um grupo de intelectuais oriundos de regiões decadentes, econômica e politicamente, que se esforçaram para recuperar a estas regiões o seu prestígio, ao menos em nível simbólico, como matriz da identidade rio-grandense. Em 1900, no livro *Através da Imprensa* (1900) declarou: “ao federalismo político, definitivamente triunfante, corresponda o federalismo literário. Evitemos a centralização das letras. O Brasil não pode ser, em estética, uma dependência da Capital Federal”. (Maia, 1900, 95).

O “federalismo literário” de Maia não deve ser confundido com simpatia pelo separatismo, que ele próprio combateu dois anos antes, em 1898, no panfleto anti-separatista “*O Rio Grande Independente*”. No âmbito do meio intelectual rio-grandense, onde não existia um campo intelectual estruturado, o jovem jornalista Alcides Maia, para marcar sua posição e conquistar espaço no meio, insurge-se contra os “avatares” intelectuais da “província”, atacando o “separatismo político” sustentado pelos intelectuais ligados ao regime republicano castilhista, ao mesmo tempo em que reivindicava a autonomia literária para os escritores rio-grandenses.

O regionalismo literário, “o federalismo literário” e o anti-separatismo político de Maia representam tomadas de posição que estão a par com seu posicionamento político na época,⁹ e se complementam com o “novo” direcionamento que dá a sua

⁸ Primeiro, de 1903 a 1907, e depois a partir de 1910 até o começo dos anos 1920.

⁹ Maia, então, vinculava-se ao grupo oposicionista a Julio de Castilhos.

carreira literária ficcional a partir da segunda década do século XX, e que sugere uma aparente contradição, mas corresponde à estratégia de Maia para ser respeitado e conquistar sua posição no campo intelectual brasileiro.

Décadas mais tarde, ele confirmaria: “*Éramos novíssimos e queríamos o nosso lugar ao sol. Espaço e luz para todos...*” (Maia citado por Almeida, 1994, p.46). Conforme Marlene Medaglia Almeida, ele percebia que os “escritores e poetas do Rio Grande do Sul eram sistematicamente excluídos das classificações literárias de âmbito nacional” (Almeida, 1994, p. 61).

Se a sua afirmação, em 1900, expressa a tendência de não se submeter à tutela literária da capital federal, após mudar-se para o Rio de Janeiro na década seguinte observamos não exatamente uma inflexão na trajetória do escritor rio-grandense, mas a adoção de novas estratégias na busca por conquistar o seu espaço. A grande diferença é que o espaço social do Rio de Janeiro se constituía um universo bem distinto daquele da “província”. O campo intelectual carioca, comparado ao universo intelectual rio-grandense, se encontrava em estágio avançado de estruturação, com regras relativamente estabelecidas e posições definidas.¹⁰ Assim, quando Maia tentou inserir-se no ambiente literário do Rio de Janeiro acabou por incorporar os temas gauchescos aos moldes estéticos em vigor, ditados a partir da capital do país. A primeira transferência para o ambiente cultural metropolitano (1903-1907)¹¹ proporcionou-lhe entrar em contato de forma breve, porém contundente, com os nomes mais expressivos do mundo das letras do país, como Machado de Assis, Alberto de Oliveira, Olavo Bilac, Coelho Neto e Euclides da Cunha, que mudaram significativamente a visão de Maia sobre a relação da intelectualidade *provincial e federal*.¹² Mas este primeiro período de residência de Alcides Maia no Rio de Janeiro, ao que parece, influenciou sua visão global, para

¹⁰ Essas posições “definidas” devem ser compreendidas mediante um jogo móvel de posições com variantes de relações entre os “jogadores” e o espaço ocupado por eles no “campo”.

¹¹ Almeida, 1994, p. 32

¹² Outra mudança significativa foi a projeção e o reconhecimento que Alcides Maia alcançou no Rio Grande do Sul, durante a sua permanência na capital federal. Marlene Medaglia Almeida, que historiou a trajetória e a obra do escritor, constatou esta mudança de status no destaque que imprensa local deu à despedida de Alcides Maia, por ocasião de breve visita ao estado no ano de 1906, sobre a qual diz: “É interessante notar a significativa mudança de seu tratamento nessa oportunidade, realmente efusivo, o que denota o prestígio que lhe conferira a atividade na imprensa carioca, associada a convivência com elementos representativos da intelectualidade metropolitana da época: [...] Dessa partida dessa ausência consola-nos ao menos, uma certeza: é que o festejado publicista saberá, pelo seu talento, pela fibra inquebrantável de seu caráter, pela sua energia e pelo seu modo de vida, honrar sobremodo o Rio grande, como até agora o tem feito, com bizarra galhardia e fulgurante destaque. (Correio do Povo, 20 maio 1906)” (Almeida, 1994, p. 33) (grifo meu)

além do universo literário. Durante sua estada no Rio, presenciou as transformações urbanas e modernizadoras do prefeito Francisco Pereira Passos. Almeida transcreve o depoimento de Maia, na década de 1930, sobre o Rio de Janeiro ter se tornado o modelo para os intelectuais rio-grandenses também no aspecto da modernização urbana:

Estávamos então em alvorada de reformas, impressionados por todas as iniciativas brasileiras triunfantes na capital federal. Era, ao tempo, o Rio de Janeiro, um impressionante, empolgante cenário de avultadas, grandes obras, material e moralmente. [...] Jovens intelectuais do Rio Grande do Sul, em trabalho na imprensa de jornal e de letras do Rio desejávamos trazer até o estuário do Guaíba, envolvendo-o, atropelando-o em vagalhão, aquela força da Guanabara. (Almeida, 1994, p. 70)

Luciana Murari (2008) entende a adequação de Maia ao cânone literário no sentido estético, como *estratégia na busca por visibilidade do escritor “provinciano”*. E que esta prática também seria comum aos homens de letras de outras regiões do país:

(...) um dos mecanismos privilegiados para a conquista de visibilidade pelos letrados provincianos: ao mesmo tempo em que traziam algo de novo do ponto de vista da revelação da originalidade das regiões, obedeciam um ideal estético comum, que os legitimava frente aos meios literários que desfrutavam então de prestígio e influência social. (Murari, 2008)

A mudança na orientação da produção literária de Maia como estratégia de notoriedade e reconhecimento no meio intelectual do centro do país parece ter sido bem sucedida. Em 1914, Alcides Maia recebe a distinção da principal instituição literária do país, tornando-se membro da Academia Brasileira de Letras, o que equivalia à consagração.

Para Mônica Velloso (1996), a capital federal desempenhou um papel chave no processo de nacionalização dos estilos, valores tidos como “civilizadores”, pois foi um espaço de atração de intelectuais vindos de diversas partes do país, a partir de onde mantinham contato com sua terra natal e/ou teciam articulações que se espalhavam pelo país. Os intelectuais cariocas, porque foram marginalizados da vida política, tiveram que construir seus próprios espaços de atuação desde o

afastamento verificado entre a intelectualidade e o mundo da política¹³, a partir do governo Floriano Peixoto (1891-94). Tais espaços constituíam a “República das Letras” que vigorava por meio das suas próprias “instituições”: os cafés, as livrarias, confeitarias, revistas, os salões da Rua do Ouvidor e a Academia Brasileira de Letras (Velloso, 1996, p.35).

Alcides Maia registrou a sua percepção sobre as condições e vicissitudes dos escritores e artistas nacionais, estabelecendo certa relação entre estes e os pares franceses submetidos à mercantilização das atividades literárias, com claro e maior prejuízo dos brasileiros:

Quantos escritores *consagrados* nos meios europeus – no maior, por exemplo em Paris – estão condenados a pagar no futuro – com a sua superficialidade punida o renome que desfrutaram e que os atrai, de volume em volume, ao sorvedouro das grandes edições modernas! Eles, são os trabalhadores cativos da nova Babel estética... escrevem para estas classes mercantis, democráticas, apressadas, cujo pensamento aparecerá mais tarde como uma vergonha da espécie que, única, alcançou na Terra a glória de sentir e de sonhar...

Sem dúvida o mal é de todos os que empunham uma pena...

Entretanto, cumpre distinguir entre a fatalidade do instante social e a exploração de que, no Brasil, somos vítimas... O vilipêndio da profissão artística entre nós é um fato covardemente aceito pelos poetas, pelos escritores, pelos estatuários, pelos homens da pintura...

Oxalá o grêmio proposto por Oscar Lopes possa dar medicina a tudo isso. (Maia, 1918, p. 52)

O problema percebido por Maia e outros intelectuais, em relação ao desprestígio social da categoria colocado em termos de “o vilipêndio da profissão artística”, e que provocava outras imagens sobre a “classe” artística como a do *artista que morre de fome*, teria como solução a união e organização dos intelectuais e artistas brasileiros através de uma “*Sociedade Brasileira dos Homens de Letras*” proposta por Oscar Lopes.

No entanto, os problemas enfrentados pelos intelectuais brasileiros não estavam relacionados apenas com o pequeno peso social e/ou a interferência de outros “campos” – econômico e político. Internamente, aliado à carência de estruturação, o incipiente campo da produção cultural brasileira apresentava-se amplamente heterogêneo e como espaço de inúmeras disputas. Destacamos,

¹³ Mônica Velloso também considera que há uma certa analogia entre os intelectuais cariocas e o intelectuais franceses do *Anciën Regime* no que diz respeito ao isolamento dos intelectuais (e o Terceiro Estado) em relação às elites governantes (Velloso, 1996, p.27).

também, que se o Rio de Janeiro, favorecido por sua condição de capital do Império e, depois, da República, pode firmar a posição de modelo e centro intelectual do país, tal condição não era vista como inquestionável pelos escritores de outras regiões do Brasil.¹⁴

O amplo alcance das idéias do “novo nacionalismo” e do patriotismo – tal como preconizadas no discurso de Bilac – pode ser observado no livro *Crônicas e Ensaios* (1918), de Alcides Maia, que reunia artigos esparsos deste autor que haviam sido publicados na imprensa do Rio de Janeiro e do Rio Grande do Sul na segunda década do XX.¹⁵ Em um de seus artigos, Maia exalta a figura artística e indica a posição que Bilac ocupava no quadro nacional das letras brasileiras naquele momento:

Olavo Bilac está a viver grandes horas por haver tocado, em íntimas fibras, o coração brasileiro. [...] Artisticamente, Bilac, autor de obras primas desde que surgiu, podia encerrar se quisesse, a sua carreira. [...] Olavo Bilac é um pensador que se pacificou, transformando em harmonia tudo o que o cerca... (Maia, 1918, p. 187,188)

Estabelecida (ou defendida) a grandeza e a posição do pensador e artista, Maia passa a discorrer sobre a postura de Bilac como patriota e defensor das armas, e pergunta se há incompatibilidade entre o poeta e o patriota, para em seguida concluir que Bilac havia dado uma lição que não podia ser esquecida pelos brasileiros:

¹⁴ A declaração de Maia em 1900 pode ser compreendida como questionamento à posição privilegiada do Rio de Janeiro, embora mais tarde tenha mudado sua estratégia, preservando, no entanto o caráter regionalista de sua produção adaptada ao modelo estético vigente. A conhecida disputa entre o Rio de Janeiro e São Paulo pela primazia no cenário cultural e intelectual do país, especialmente reforçada após a década de 1920, já estava presente em períodos anteriores, sendo visível nas afirmações, por exemplo, de Euclides da Cunha que apontava São Paulo “como foco da história do Brasil, pois lá se encontraria a ‘sede da civilização mameluca dos bandeirantes’”, e Lima Barreto que defendia o Rio de Janeiro “como modelo da sociedade mestiça capaz de garantir o padrão de homogeneidade étnica do país”. (Velloso, 1993, p.6). Monica Velloso destaca a insistência dos intelectuais paulistas na hegemonia cultural de SP. Diz a autora: “A *Revista Brasileira*, fundada em 1917, [...] também reforça a oposição São Paulo-Rio de Janeiro. Defendendo o ‘brasileirismo puro e integral’, esta publicação desqualifica o Rio de Janeiro, identificando como centro essencialmente cosmopolita e corrupto”. (Idem) É interessante notar que há uma disputa regional pela primazia cultural do país, porém, mesmo esta disputa estava estruturada e condicionada em função da pauta nacionalista. Em termos ideológicos disputava-se que região sintetizava melhor os atributos da nação. As lutas intra-intelectuais também, por não raras vezes, assumem um caráter de *conflito geracional*.

¹⁵ As crônicas publicadas no livro são oriundas do jornal carioca *O País*, e da revista *Careta*, também do Rio de Janeiro. Os textos reproduzidos em *Crônicas e Ensaios* que foram publicados originariamente na imprensa do sul provinham dos jornais *Correio do Povo* e *O Diário*. (Almeida, 1994, p. 171)

Foi esse o homem que proferiu em S. Paulo o discurso aos estudantes de Direito. Haverá alguma contradição entre a célebre peça cívica em que aos moços aconselhou a severa disciplina e o seu íntimo feitio estético? Agiu com acerto o poeta que abandonou a sua solidão constelada de sonhos para pregar à juventude o regime da paz armada?

Olavo Bilac procedeu razoavelmente, e na sua conduta há uma lição, que os brasileiros não devem esquecer. Não há superioridade mental que nos exonere dos compromissos para com a Pátria. (Maia, 1918, p. 188)

Percebe-se a sintonia do escritor rio-grandense e as idéias do *novo nacionalismo*. Maia faz eco às críticas a postura intelectual indiferente ao “*viver nacional*” e que simplesmente assimila o pensamento estrangeiro. Explícita e rechaça a atitude *antinacionalista* que desdenha a história e a cultura nacional. O escritor propõe a posição patriótica de Bilac como exemplo aos intelectuais brasileiros. E chama a atenção para que a arte brasileira seja verdadeiramente nacional:

Um dos sintomas mais graves da nossa dissolução, como povo, é a indiferença dos intelectuais pelo viver nacional. No Brasil, ultimamente, escritores e artistas timbram nesse desdém. A tendência de quase todos é a fuga para o estrangeiro – a fuga do pensamento covarde ou precocemente cansado... [...] Ser nacionalista é ser estúpido e atrasado. Quem fala de americanismo, por lúcido que se mostre, passa desde logo à categoria dos medíocres. Histórias, lendas, usos e costumes, assuntos e vultos do país, tudo isso provoca risos. Aludir a uma pátria futura original, herdeira de tradições próprias, regida por leis próprias, que tolce! Faces conheço, pálidas de impudor, em cuja flacidez essas linhas que escrevo provocam única contração muscular possível, um esgar de máscara encomendada. Que esses recebam a lição de Bilac. Ela conseguirá talvez corrigir os pendores viciosos de um folhetinismo de empréstimo, tão corrosivo quanto falso. É necessário que volte a ser a nossa arte no Brasil; (idem, p. 189)

Ao endossar as idéias de Bilac, Maia não só demonstra concordância com o pensamento do poeta brasileiro, mas também revela sua posição na topografia do espaço social do campo intelectual. Faz parte do grupo intelectual da Academia Brasileira de Letras que aderiu ao movimento nacionalista de Olavo Bilac.

Após o discurso de Olavo Bilac, mencionado anteriormente, Ruy Barbosa proferiu uma conferência em Buenos Aires sobre a posição do Brasil em relação à guerra. Sua palestra repercutiu largamente na imprensa e no meio intelectual brasileiro com expressões de apoio e de repúdio, e ilustra a mobilidade das aproximações e distanciamentos no interior do meio intelectual. Alcides Maia, que já havia criticado Rui Barbosa em ocasiões anteriores – e por outras razões – naquele momento, por conta do referido pronunciamento, teceu amplos elogios ao “*águia de*

Haia”, que traduziu, segundo Maia, o desejo de parte da intelectualidade brasileira em relação à guerra e a “neutralidade” brasileira:

Rui Barbosa renovou e ampliou com o extraordinário gênio verbal que o distingue um tema que a todos os brasileiros preocupa desde o início das atividades alemãs. O que sobressai na conferência de Buenos Aires é a questão, juridicamente estudada, sem possível réplica da nossa neutralidade em face do conflito provocado pelas ambições – e pela certeza de vencer – do imperialismo germânico. (Maia, 1918, p. 241, 242)

Maia referindo-se ainda à fala de Rui Barbosa e sobre a repercussão da mesma no Rio Grande do Sul¹⁶ diz: “*o meu simpático confrade João Pinto da Silva, cintilante cronista d’O Diário, consagra duas colunas à análise da conferência que, em Buenos Aires, proferiu o insigne Rui Barbosa*”. Segundo Maia, o crítico e publicista João Pinto da Silva apesar de discordar do posicionamento de Rui Barbosa, por desejar a neutralidade na guerra, não deixou de render homenagens ao “gênio brasileiro”.

Outra crônica de Maia expressa a convergência entre o *nacionalismo salvacionista* e a “educação” como meio de redenção da Pátria. Na crônica intitulada *Unidade Nacional* o jornalista rio-grandense tece considerações e elogios à carta aberta enviada por José Veríssimo ao Jornal do Comércio.¹⁷ Nesta “carta aberta” o professor e crítico José Veríssimo expõe sua posição a respeito do ensino no Brasil, defendendo entre outras questões que este deveria ser de caráter privado.

Alcides Maia destaca e reitera a opinião de José Veríssimo apresentada na referida carta, de que na instrução brasileira não existe

um programa de moral e cívica, importando um conjunto de esforços, de atuações, de influências de ordem intelectual e de ordem moral, com o fim preestabelecido de formar indivíduos e coletividades, segundo um tipo ideal de perfeição. É incontestável que o Sr. José Veríssimo soube versar o tema com eloquência e nitidez. (idem, p. 46)

¹⁶ Este fato não ilustra apenas a repercussão do pronunciamento de Rui Barbosa no estado sulino, senão também a tentativa discreta de reproduzir ao nível da paróquia rio-grandense os debates suscitados na escala do Distrito Federal. Thomas Skidmore afirma: “o discurso [de Rui Barbosa] provocou também irado debate na imprensa brasileira” (Skidmore, 1976, p. 173).

¹⁷ Maia elogia os posicionamentos de Veríssimo, mas não sem antes provocar o crítico literário com quem teve longa discórdia intelectual, desde as primeiras críticas que este fez ao livro de Maia, *Ruínas Vivas* (1910). Em outra crônica, Alcides Maia desmerece o trabalho de Veríssimo, dizendo que o verdadeiro estudo que cabia à crítica fazer não deveria ser sobre a obra deste, mas sim sobre a influência que exerceu pela propaganda de normas estéticas, e acrescenta: “*a idéia fixa de classificar foi um dos males que a esse juiz nacional de letras afligiram e estragaram. Classificava, classificava sempre... Quando se classifica, é de necessidade um critério de classificação. O de José Veríssimo era um metro que ele mesmo calculara entre a Grécia e Paris...*” (Maia, 1918, p. 162, 163).

Maia apresenta as dificuldades de integração do ensino nas diferentes unidades da federação, para mais adiante defender que a educação, sem importar o caráter público ou privado¹⁸, pode cimentar a unidade da Pátria. E conclui dando razão a José Veríssimo:

O Sr. José Veríssimo tem razão: ou nos salvaremos pela instrução pública ou pereceremos. O ideal de Pátria no Brasil depende da difusão do ensino bem organizado e ministrado. Os princípios de escola no caso são secundários: se todos trabalharmos, o resultado será a perpetuação e o engrandecimento do agregado social de que somos mínima parte. (Maia, 1918, p. 49)

1.3 A Campanha Nacionalista no Rio Grande do Sul: visita de Olavo Bilac

Durante a “campanha nacionalista”, Olavo Bilac, depois de passar por São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, no domingo de 1º de outubro de 1916, chegou a Porto Alegre. Sua chegada que já era aguardada com “ansiedade” e vasta divulgação pela imprensa, causou verdadeiro *frenesi* na sociedade porto-alegrense. Por 14 dias esteve na capital rio-grandense cumprindo extensa agenda de visitas, desfiles, bailes, festivais, conferências e solenidades. Foi recebido com honras civis e militares. Para encontrá-lo uma comissão central, formada por altas autoridades da capital¹⁹, foi ao seu encontro no rebocador “*Julio de Castilhos*”, acompanhados da banda de música do 2º Batalhão da Infantaria da Brigada Militar. As homenagens começaram quando Olavo Bilac passou do “*Mercedes*” – a embarcação que o trouxe do porto de Rio Grande – para bordo do “*Julio de Castilhos*”. Foi apresentado a

¹⁸ Veríssimo defendia que o Estado não deveria interferir na educação, e Maia o contrário. Percebemos nas estratégias de visibilidade do intelectual, o quanto os “princípios” eram instrumentais, e podiam ser minimizados ou valorizados a fim de que a interlocução pudesse ser possível. Outro aspecto que se salienta é o reconhecimento da autoridade do interlocutor, pois a própria “medida” do intelectual é dada pela “estatura” do contendedor. Assim, é desejável que as contendas se prolonguem, já que atestam a pertinência e o pertencimento do intelectual ao “jogo”, por isso os debates públicos se dão em termos de duelo cortês, assistido pelo público em geral e, especialmente, pelos pares.

¹⁹ Coronel Marques Guimarães, drs. Aurélio Py, Fabio Barros, Franklin Pessoa, Germano Petersen Junior, Alcides Maia, Emilio Kemp, Monsenhor Mariano da Rocha, Zeferino Brasil, Benjamim Flores e outros. Mais as comissões das Escolas Superiores: Faculdade de Direito, Escola de Comércio, Faculdade de Medicina e Escola de Engenharia. (Jornal *O Diário*, 2 de outubro de 1916, Museu da Comunicação José Hipólito da Costa, Porto Alegre)

todos pelo amigo e colega da ABL Alcides Maia. A partir daí por onde passou foi saudado como *celebridade*. Porto Alegre teve sua rotina alterada durante a estada do poeta. Seu objetivo era falar da finalidade da Liga de Defesa Nacional e do nacionalismo aos patrícios do Rio Grande do Sul e, em especial, aos intelectuais locais. Em seu quarto dia na capital do estado, foi recepcionado solenemente pela Academia de Letras do Rio Grande do Sul, que era presidida pelo Monsenhor Mariano da Rocha, no Theatro São Pedro. Em seu discurso, “*perante uma assistência numerosíssima e seleta*”, Olavo Bilac enalteceu o “*nacionalismo literário*” dos homens de letras do sul, declarando: “*não vim aqui pregar o patriotismo e o civismo, que já aprendestes em dois séculos de valor*”. Na verdade Bilac estava estabelecendo a agenda intelectual a ser seguida pelos intelectuais rio-grandenses que deveria ter o nacionalismo como núcleo e cumprir o *dever* patriótico:

A vossa literatura é uma força. Já a provastes para a coesão e consciência dos rio-grandenses: coligindo e catalogando as lendas do povo, os contos singelos e as ingênuas trovas dos vossos campinos, e, depois, com o vosso talento e a vossa cultura, estabelecendo em romances e poemas os vários aspectos do trabalho, das lutas, do amor, do entusiasmo de toda a vida da população – de certo modo criastes a existência moral da sociedade em que viveis, porque a fixastes em beleza artística. ***Deveis agora aproveitar esta força para uma multiplicação de coesão e consciência, - para o trabalho de unidade da Pátria. Professai e pregai, em todas as páginas que escreverdes, este princípio: a riqueza, o progresso, a ventura de cada um dos fatores da Federação não devem ser unicamente inventados e aumentados para o engrandecimento próprio, mas para o engrandecimento do Brasil.*** (O Diário, 5-10-1916, p. 5) (Grifo meu)

Todos os passos de Olavo Bilac em Porto Alegre foram registrados nos jornais da época, pelos jornalistas que o acompanhavam para onde quer que fosse. Em todos os eventos dos quais participou, o “*eminente poeta*”, atraiu “*multidões*” e a “*concorrência do que de mais fino em Porto Alegre*”, e a cada discurso arrancava “*verdadeiras ovações*” de suas assistências.

A única figura da capital que aparentemente permaneceu indiferente a presença do festejado poeta foi o presidente do estado, Borges de Medeiros. Nos 14 dias em que Bilac esteve em Porto Alegre, o poeta da Liga e o líder republicano não se encontraram. Em telegrama publicado no jornal *O Diário*, Bilac lamentou o encontro que não houve. Embora, tenha sido exitoso em sua missão de dar aos intelectuais rio-grandenses a diretriz da nacionalidade à produção intelectual local, quanto ao propósito de fazer propaganda da Liga de Defesa Nacional, seu esforço

foi momentaneamente malogrado. Em parte, talvez isso se deva a aparente apatia do presidente do estado em relação ao tema. Para se ter uma idéia do pouco caso que Borges de Medeiros teve para com a missão de Olavo Bilac, no dia 30 de outubro, morreu, em Porto Alegre, o Coronel Freitas Valle, intendente de Alegrete. Com celeridade após tomar conhecimento do fato, o presidente do estado foi ao velório do correligionário republicano. Outra indicação, é que a seção sul-riograndense da *Liga* foi fundada somente em 1º de dezembro de 1917, com certo atraso, e, depois da reprimenda do Presidente da República a Borges de Medeiros (Gertz, 2002, p.93).

Acompanhado e ciceroneado pelo colega Alcides Maia,²⁰ depois do dia 14 de outubro Bilac saiu em excursão pelo Rio Grande, passando pelas cidades de Cachoeira, Santa Maria, São Gabriel, Santana do Livramento, Bagé, Pelotas e Rio Grande. Pelo interior do estado, a recepção e as homenagens ao poeta continuaram efusivas. Em Santa Maria, por exemplo, a chegada de Bilac parou literalmente a cidade que “*fechou o comércio*” para recebê-lo. Em Pelotas Bilac chegou em 1º de novembro para divulgar a pregação nacionalista, sendo recebido com “*verdadeira apoteose*”, permanecendo até o dia 6. As palavras do “*egrégio legionário da Defesa Nacional*” aos pelotenses reunidos no *Clube de Tiro 31*, são lembradas com orgulho pelo historiador de Pelotas, Fernando Luis Osório.

Senti cheios de fé os vossos corações, transbordando fervor patriótico, ressoando da música da saúde e da alegria; e admirei encantado, a vossa robustez e o vosso entusiasmo, a vossa bravura e o vosso desinteresse, o belo desempenho, a disciplina e exaltação cívica, congregados em torno do vosso presidente e do vosso instrutor. A simpatia com que me acolheis é a clara demonstração do vivo civismo e do intenso brasileirismo que sempre viveram e arderam na fiel a radiante Pelotas. (Osório, 1918, p. 172)

Também serviu para inflar o ego nacionalista de Fernando Osório, o fato de Bilac, no *Clube de Tiro 31* de Pelotas, ter armado o primeiro escoteiro no dia 5 de novembro de 1916, e, segundo o cronista da cidade, “*o poeta fez colocar na sala de honra da Liga da Defesa nacional, no Rio de Janeiro, quadros de propaganda cívica*

²⁰ A certa altura da turnê, os escritores se separam. No dia 27 de outubro, Alcides Maia chegou a Uruguaiana, seguindo depois para Itaqui. Convidado para proferir conferências em Uruguaiana, no retorno de Itaqui, Maia foi recepcionado na “gare” e cumpriu um vasto programa de festas, bailes, banquetes e até uma “caçada a raposa”, que foi promovida pelo Tenente Heitor Mendes Gonçalves, realizada na fazenda do Coronel Martins Carvalho, em homenagem ao “ilustre poeta pátrio”. (*O Diário*, 1-11-1916, p. 3)

compostos pela direção do Escotismo de Pelotas: significou ‘seu inteiro apoio oficial à patriótica iniciativa’ (Osório, 1918, p. 173).

Neste contexto e na esteira da propaganda de Bilac, o *Clube de Tiro 31* de Pelotas, na época presidido por Fernando Luis Osório, publicou o livro *Pátria Nova* (1916) – uma coletânea de poesias e discursos nacionalistas de poetas e escritores rio-grandenses, entre os quais Alcides Maia. Fernando Osório também publicou o livro *O espírito das armas brasileiras* (1918). Em seus livros constantemente refere-se a Alcides Maia e a Olavo Bilac para referendar suas idéias de nacionalismo, deixando clara a sua filiação intelectual. Fernando Osório estabelecia trocas epistolares com Alcides Maia, freqüentemente citadas em seus livros. Com Bilac, “*Príncipe dos poetas brasileiros*”, Osório mantinha uma relação de profunda admiração. A presença de Bilac em Pelotas, onde Osório proferiu o discurso no Teatro 7 de Abril, na sua recepção, fê-lo assimilar as idéias patrióticas de modo muito profundo. Assim, percebe-se a integração do Rio Grande do Sul em um sistema intelectual que, a partir de 1916, torna-se marcadamente nacionalista.

1.3.1 Introdução de Jorge Salis Goulart no cenário intelectual rio-grandense na voga do nacionalismo

O objetivo deste sub-item é apresentar ao leitor a figura de Jorge Salis Goulart, um jovem poeta que começou sua trajetória intelectual neste momento em que o pensamento brasileiro estava impregnado pela idéia do nacionalismo e a função do artista e do intelectual havia adquirido um novo sentido e que, sobretudo, os padrões e as normas de legitimidade intelectual haviam se modificado. Portanto, aos novos artistas, poetas, escritores era “imposta” uma nova “agenda” na qual o caráter nacionalista deveria aparecer com destaque. Na ocasião da visita de Olavo Bilac a Pelotas em 1916, Jorge Salis Goulart tinha 17 anos e era aluno do *Ginásio Pelotense*. Esta instituição recebeu a visita do poeta do nacionalismo e rendeu-lhe homenagens do corpo docente e discente.²¹

A cidade de Pelotas, na região sul do Rio Grande do Sul, dá-nos mostras do quanto estas idéias haviam penetrado o pensamento da época. Cidade de forte tradição artística e intelectual, que já havia sido o núcleo da vida artística e “cultural”

²¹ *O Diário*, 4-11-1916, p. 3.

do estado, quando gozava da condição de principal pólo econômico da província nos tempos do Império, mas que nunca perdera o interesse pelas atividades literárias, continuava a fornecer escritores e produções intelectuais e artísticas. Esta característica era assinalada e tida como motivo de orgulho para os pelotenses. Assim se expressa Jorge Salis Goulart, nascido em Bagé, mas radicado em Pelotas, cidade que estabelecera como sua base profissional: “*É este espírito de Pelotas, que na verdade a cidade tem um espírito: de aristocracia e de amor a tudo quanto é belo*” (Goulart, 1922). Salis escreveu essas palavras em artigo publicado na revista *Ilustração Pelotense*,²² de publicação quinzenal, na seção *Impressões literárias*, no ano de 1922, por ocasião do lançamento do livro *A cidade de Pelotas – Corpo, Coração e Razão*, de Fernando Luis Osório. Este livro tratava-se de um trabalho monográfico impregnado da visão organicista da sociedade, com laivos poéticos e exaltados sobre a cidade de Pelotas e repleto de apelos patrióticos aos jovens, que revela a fecundidade e perenidade da pregação patriótica de Bilac, como se vê neste trecho:

A juventude brasileira é como floração renovadora das robustas gerações da Independência, da Abolição e da Propaganda. Sobre ela o Brasil *ergue a fé*, vanguarda da raça, linha avançada, aqui do civismo pelotense transborda o seu fervor no centenário político desse *imenso colosso gigante* que lhe cumpre *erguer de pé* a voz deste hino de amor, que é o hino da Pátria, e em reverencia à soberba e admirável Bandeira que no Brasil transmite como a própria alma do povo, traduzidas nas vivas cores da luz, do sol e da esperança – o verde tropical e o ouro das minas anunciando o futuro, insígnia que recebemos da Independência e que ao firmamento arrancou, para representar a União Brasileira – um símbolo de estrelas. (Osório, p. 8)

Neste momento, Fernando Luis Osório²³ era um prestigiado intelectual em sua cidade natal, professor da Faculdade de Direito de Pelotas e membro do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, que integrava uma ampla e sólida rede de relações sociais, políticas e intelectuais em âmbito local, regional e nacional. Era irmão do deputado Joaquim Osório, que fora membro da Comissão de Redação dos Estatutos da Liga de Defesa Nacional. Enquanto Jorge Salis Goulart

²² Este artigo da revista *Ilustração Pelotense* encontra-se no arquivo Jorge Salis Goulart e Walkyria Neves Goulart, livro I, pág. 288, no IHGRS.

²³ Fernando Luís Osório Filho (1886-1939), sociólogo, ensaísta, romancista, conferencista, historiador, poeta e biógrafo. Formado pela Faculdade Livre de Direito do Rio de Janeiro. Professor na Faculdade de Direito de Pelotas e no Ginásio Pelotense. Irmão do Deputado Federal Joaquim Luís Osório e sobrinho do chefe republicano Pedro Luís Osório. Membro da Academia Rio-grandense de Letras e do IHGRS (Martins, 1978, p. 413)

era um bacharel em direito recém formado que tinha um único livro de poesias publicado, e buscava conquistar seu espaço no meio intelectual regional. Em sua crítica, Salis Goulart acerta na avaliação do “confrade” pelotense situando-o no seu contexto histórico, e assim, destaca e justifica o forte caráter nacionalista da obra: *“Filho do momento é ainda o Dr. Fernando Osório. Na verdade ele é um dos tantos que tem surgido dessa alevantada campanha do nacionalismo, que com sua seiva eficiente percorre o nosso organismo social de sul a norte”*. Esta fala, a meu ver, mostra que Salis Goulart era consciente da importância e alcance da temática “nacionalista” no mundo das letras do Brasil.

Na sequência do texto, Salis deixa entrever que o “espírito” do nacionalismo de 1922 já não é o mesmo de Bilac lá em 1915-16. Bilac pronunciou-se no contexto da I Guerra, quando a questão nacional estava diretamente ligada a postura do Brasil frente ao conflito bélico internacional, portanto o apelo às armas fazia todo sentido ao se falar em patriotismo. Em 1922, o contexto é outro. É um período de paz e comemorações cívicas pelo centenário da Independência do Brasil. Portanto, na sua leitura do nacionalismo Salis expressa críticas ao “nacionalismo das armas”:

[...] nacionalismo compreendido num sentido amplo e não somente no daqueles que pensam que ser nacionalista é por uma carabina no ombro ou dar um plantão á porta de uma companhia do quartel, abrangendo a regeneração dos nossos costumes, de nossa moralidade, combatendo o egoísmo, a hipocrisia, a deslealdade, tendo por norma a nossa probidade administrativa e a nossa instrução, que penetra no fundo das casernas a fim de que a mocidade brasileira ali encontre mais incentivos para amar a Pátria, mais equidade, mais ideais e menos rudeza, que afugentou das almas todos os estímulos elevados, penetrados por um sopro seco do deserto, pela brutalidade do materialismo absorvente [...](Ilustração Pelotense, 1922)

Numa perspectiva mais geral, no que diz respeito ao sentido e qualidade da obra, o critério utilizado por Salis na avaliação demonstra o alcance e a permanência da visão pregada por Bilac e outros intelectuais no pós-guerra. Funde a qualidade poética e o patriotismo de Fernando Osório expresso no texto para reconhecer e reivindicar-lhe o valor intelectual. Em outras palavras, confirma que o livro de Osório corresponde ao padrão de legitimidade intelectual vigente na época:

E ainda é mais importante notar que o dr. Fernando conserva a mesma alma de **patriota entusiasta** e de idealista ardoroso, de verdadeiro **poeta da história**, que ele faz amar e admirar através da sua palavra incendiada e dos seu estilo fluente. [...] essa qualidade poética, longe de prejudicar a

perfeição da obra, é no entanto muito importante, sendo mesmo um **fator de utilidade social**. (grifo meu)

Salis termina o seu artigo na *Ilustração Pelotense* sugerindo que o livro *A cidade de Pelotas* “editado em menores proporções e redigido em estilo muito simples, fosse adaptado nos colégios de Pelotas a fim de que os futuros cidadãos se educassem no amor a terra natal [...]”. Isto ilustra mais uma vez o entendimento prevalente do papel pedagógico do intelectual cuja função era guiar a sociedade à consciência patriótica.

O processo de (re)formulação de uma identidade para o Rio Grande do Sul, nos anos 1920, pode ser vinculado em um contexto mais amplo, dentro do movimento intelectual que após a Primeira Guerra tornou-se marcadamente nacionalista à medida que as esperanças de salvação para o Brasil voltaram-se para a construção de uma identidade nacional (Costa, 1967, p. 401, 402).

Como uma questão regional, que se impunha dentro do contexto da crise dos anos 1920, havia a busca de *reconhecimento* e espaços – políticos e intelectuais – para o Rio Grande do Sul nos centros de poder do país (Nedel, 1999). Este *reconhecimento* implicava aos intelectuais gaúchos a criação de vias de acesso e trânsito no meio literário-intelectual nacional rompendo com o “isolamento da província”.

O que estava em jogo não eram apenas aspirações políticas, mas intelectuais também. Neste aspecto, o Rio de Janeiro não era somente a capital política da República, mas também a capital “do mundo das letras” do país. No cenário nacional das letras, Alcides Maia obteve relativo êxito. Seus livros tiveram boa receptividade pela crítica do centro do país. Porém, no Rio Grande do Sul seu papel como intelectual alcançou maior destaque.²⁴ O valor simbólico de pertencer a Academia Brasileira de Letras lhe valia a consagração como escritor e poeta no âmbito local. Foi um importante e diligente divulgador das idéias nacionalistas através da sua produção literária de caráter regionalista e suas peças jornalísticas. Por seu turno, o

²⁴ A contenda entre Paulo Arinos (pseudônimo de Moysés Vellinho) e Rubens de Barcellos veiculada pela imprensa do Rio Grande do Sul no ano de 1925, em torno do regionalismo alcidiano, repercutiu e segundo Gutfreind, “artigos se sucederam, e surgiram grupos, apoiando cada um dos polemistas” (Gutfreind, 1998, p.39). Moysés Vellinho foi projetado no ambiente cultural do estado, através da violenta crítica às obras regionalistas de Alcides Maia, e sua defesa do regionalismo à Simões Lopes Neto. Por seu turno, Rubens de Barcellos defendeu o escritor criticado. Isto dá uma idéia da posição de Maia no cenário literário e intelectual do RS na década de 1920 e, ao mesmo tempo, evidencia a centralidade da questão do regionalismo na agenda intelectual da época.

início da trajetória de Jorge Salis Goulart evidencia que as tomadas de posição do escritor “novo” para alcançar o reconhecimento intelectual passavam necessariamente pela adoção do discurso nacionalista.

De certa forma, pode-se dizer que o ambiente intelectual regional, a partir da segunda década do século XX, tendia a ajustar-se à agenda intelectual nacional. O jovem escritor, para ser aceito pelos pares que já tinham sua posição “definida” no “campo” intelectual regional ou nacional, precisava “jogar” de acordo com as regras estabelecidas, seguindo as normas e padrões aceitos e instituídos pelos agentes e instâncias que detinham o poder de legitimação no campo intelectual. Salis Goulart agiu desta forma na década de 1920, assim como Alcides Maia o fizera na década anterior.

1.4 A agenda intelectual: identidade regional

A questão identitária no Rio Grande do Sul colocou-se bastante cedo para as elites econômicas, políticas e culturais do estado. Ainda no século XIX quando surgiram as primeiras tentativas empreendidas pelos intelectuais reunidos em torno do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil de construir uma identidade nacional para o Brasil na voga do Romantismo, as elites políticas e culturais do estado sulino também já se debatiam com a problemática da definição da identidade sul-riograndense. No primeiro momento o mote das discussões que colocavam em relevo a questão da identidade sul-riograndense eram as divergências políticas e a percepção da elite do estado de perdas econômicas impetradas de cima para baixo desde o governo central do Império aos súditos sulinos.

Roberto Damatta (2004) diz que o Rio Grande do Sul é um bom exemplo de regionalismo com foco político.²⁵ Para o antropólogo, as disputas políticas agenciam a emergência da forma de identidade chamada regional “não apenas no sentido que a disputa faça surgir a identidade, mas também quando a identidade é acionada, burilada e percebida dentro de uma questão com conseqüências práticas e

²⁵ Concordo com Damatta, especialmente para este período, principalmente do século XIX e meados do XX. Coradini já apontou como, a partir da década de 1940, parte das elites culturais do estado se afastaram do foco político, defendendo um regionalismo mais voltado para seus aspectos culturais, distanciando-se da mobilização política, devido ao seu desgosto com a participação do RS e seus políticos nos rumos da política brasileira pós Revolução de 30 (Coradini, 2003).

concretas” (2004, p. 25). A identidade regional é assim percebida e acionada como arma política. Neste mesmo sentido, Newton Garcia Carneiro (2000), em sua dissertação de mestrado, sugeriu que haveria uma defasagem entre as pautas das províncias e o programa político centralista estabelecido pelo Império. Para ele, a relação entre o regional e o nacional – em especial o discurso regionalista – estava imbricada no conflito político entre os projetos de centralização e descentralização.

Segundo a historiadora Anne Marie Thiesse (1995) o termo *regionalismo* surgiu em língua francesa no final do século XIX, para contrabalançar o excessivo centralismo político exercido a partir da capital - Paris - em relação ao resto do país. O forte centralismo político francês remonta ao Antigo Regime, tendo sido reafirmado pelos regimes que o sucederam. O regionalismo francês foi concebido como forma de corrigir esse “mal” da política francesa e não como antítese ao nacional. Segundo Thiesse, na França “o regionalismo não se desenvolve em oposição ao sentimento de identidade nacional, mas como forma consensual da reunião nacional”, portanto, para “corrigir os males de que a nação padecia”, desempenhando “na história francesa um papel de consolidação da identidade nacional”. Desde meados do século XIX, observa-se a tendência de valorização da “província” como “repositório da moderação” em contraparte à Paris – “cidade perigosa”, “a cidade das revoluções”, e em especial a partir de 1870, após a derrota da França diante da Alemanha, os dirigentes da Terceira República e intelectuais elaboraram uma nova definição para a força da França. O período da Terceira República (1870-1940) corresponde ao auge do nacionalismo na França, quando os líderes republicanos e nacionalistas franceses se propuseram a criar a ‘França’ e os ‘franceses’ por toda a área do estado francês através de meios institucionais e culturais. Dialeticamente, segundo esta proposta nacionalista, a força da França repousaria na harmonia e diversidade natural das suas diferentes regiões. Assim afirmava Gastón Paris citado por Thiesse:

A França deve suscitar ou ressuscitar uma imagem de si própria em toda a riqueza de sua infinita diversidade, em toda força de sua evolução milenar, em toda fecundidade inesgotável de seu gênio. Esta imagem ela deve a si mesma, ela deve à natureza, que derramou sobre ela as mãos cheias o que em outros lugares distribuiu de forma desigual. (1995, p. 4)

Em 1900, foi fundada por intelectuais provincianos uma associação chamada Federação Regionalista Francesa, com o propósito de “lutar contra os excessos do

centralismo”. Este movimento pode reunir “notáveis de direita, moderados e radicais”, e ainda contar com a não hostilidade da esquerda socialista, dado ao seu programa ser “suficientemente vago para evitar divergências”. Para Anne Marie Thiesse, no sentido estrito de reformas políticas, o regionalismo pouco conseguiu ou mesmo foi desprovido de efeitos, mas no plano da consciência nacional atuou profundamente como tema de união com a “capacidade notável de poder enunciar a existência de diferenças ao mesmo tempo em que as neutralizava, deslocando-as do plano social para o plano geográfico”, afirmando a comunidade de interesses e a complementaridade das diferentes regiões francesas (1995, p. 7-8).

Segundo Murari (2008), na literatura brasileira, a convergência entre nacionalismo e regionalismo na fase realista é clara, e sendo este último tido como o “único verdadeiro brasileiro”. Nas palavras da autora:

Em analogia com o movimento francês também surgido no final do século XIX, podemos dizer que o regionalismo brasileiro tornou-se um campo agregador que simultaneamente evidenciava as diferenças e as neutralizava, remetendo-as a referentes comuns. A preservação das idiossincrasias locais é convertida em um projeto único oposto a veleidades separatistas, no qual as diferentes regiões desempenhariam papéis complementares, dentro de uma lógica conciliadora que pode acabar por dissimular diferenças sociais realmente efetivas. (2008, p.157)

Seguindo a análise da autora, inferimos que o regionalismo gaúcho pode ser visto como uma forma de conciliar interesses econômicos, sociais e políticos da elite regional frente a interesses de outras elites regionais percebidas como mais próximas ao poder central. Assim, o regionalismo gaúcho não se constrói contra a nação, tampouco, seria a antinomia do nacional, mas uma forma de corrigir “injustiças” cometidas pelo governo central, não indo contra a unidade nacional, mas defendendo interesses vistos como prejudicados, em detrimento do centro ou outras regiões. O processo de alinhamento da identidade regional à identidade nacional pressupõe certa tensão. O que não implica em afirmar que tal tensão se configure em movimento de oposição ou exclusão. Trata-se mais de acomodação de interesses em vários níveis não hierárquicos: o político, o econômico, o cultural, o intelectual, etc.

Para Letícia Nedel (1999), a ênfase dada pelo *regionalismo* rio-grandense ao isolacionismo e à autonomia política durante as primeiras décadas do regime republicano castilhistas no estado, forneceu os elementos necessários para a

constituição do “estigma” do RS como “corpo estranho à nação” por intelectuais brasileiros como José Veríssimo, Silvio Romero, Capistrano de Abreu e outros. Para Nedel a trajetória do regionalismo mostra as diferentes formas de manipulação deste estigma pelas elites políticas e intelectuais: no final do século XIX, como estratégia de dominação política interna e, nos anos 1920, o “estigma” ou “a marca da especificidade” é apropriada “como via de acesso ao nacional e justificativa para a liderança moral do estado frente ao restante do país” (1999, p. 96).

Para o historiador Joseph Love (1993), que estudou o regionalismo *gaúcho* sob o enfoque político, este conceito se define:

como un comportamiento político caracterizado, por un lado, por la aceptación de la existencia de una unidad política mayor, pero por otra parte, por la búsqueda de favoritismo y autonomía en las decisiones de la unidad mayor en las políticas, económicas y sociales, aun corriendo el riesgo de poner en jaque la legitimidad del régimen político imperante. (1993, p. 4)

Na compreensão do fenômeno do regionalismo, segundo Love, importa menos as “peculiaridades regionais” *per se* e mais os fatores que podem demonstrar-se “que afectan las relaciones políticas, económicas y sociales de la región con otras regiones y con la unidad gubernamental mayor, generalmente el Estado-nación” (1993, p. 5).

Sandra Jatahy Pesavento (1993) considerou que o regionalismo é uma representação da realidade produzida num campo de lutas que ocorrem no âmbito das práticas sociais. Seguindo a lógica bourdiana, a historiadora afirma que “toda construção imaginária de uma sociedade traz, pois, no seu bojo, uma vontade e uma ação de construir um poder simbólico, que responde a interesses de grupos sociais precisos” (1993, p. 386). Sandra Pesavento cita Bourdieu ao definir regionalismo como:

um caso particular de lutas simbólicas, nas quais os sujeitos estão engajados seja individualmente e em estado disperso, seja coletivamente e em estado organizado, e que tem por jogo a conservação ou a transformação das relações de forças simbólicas e dos lucros correlativos, tanto econômicos quanto simbólicos. (1993, p. 386)

Cabe, no entanto, aqui ressaltar que não compreendo a identidade regional como simples manipulação burguesa – uma invenção das elites econômicas, políticas e culturais; nem tampouco, como um dado natural prévio – que cada povo

teria definida a identidade em sua própria *essência*. É certo que o apelo a identidades específicas, seja de um espaço regional ou nacional, em geral, está relacionado à consecução de objetivos econômicos e políticos. E no processo de construção de uma identidade e na fixação de uma memória social e cultural participam diversos agentes, entre os quais destacamos, para efeito de análise, os intelectuais.

Porém, esta construção não se dá no vazio. É preciso haver o equilíbrio entre o impacto da atividade dos intelectuais e a influência do passado cultural para a “construção” discursiva em torno da identidade nacional ou regional. Em outras palavras, existe intrínseca e complexa relação entre o papel dos intelectuais e suas condições sociais (econômicas, culturais e políticas) com os elementos da herança ou patrimônio cultural, pela necessidade de ressonância social. Para Antony Smith (2000), teórico do nacionalismo, há uma relação de continuidade entre o passado étnico²⁶ de muitas “províncias” e “regiões” e as nações modernas. Aliás, uma identidade regional pode conter elementos de uma nação em potencial, ou que venham a ser requisitados em movimentos separatistas. Assim, Anthony Smith afirma que as identidades “se reconstituem constantemente através de processos de seleção, a partir de um etnopatrimônio, de elementos simbólicos, e de reidentificações com o etnopatrimônio reconstituído” (2000, p. 9). Mas ele admite que estes processos não se dão de forma espontânea. Diversos grupos dentro do corpo social “se comprometem com os processos de seleção, reconstrução e reidentificação, sobretudo, os intelectuais, mas também os burocratas, os clérigos e os dirigentes”. Por outro lado, isto não significa, no entender de Smith, que as elites intelectuais operem livremente estes processos. Estão elas “coagidas” e “limitadas” pela necessidade de ressonância social:

Assim sendo, as elites operam dentro dos limites da ressonância popular das identificações tradicionais, do conhecimento histórico do momento e das tradições históricas compartilhadas, se querem que suas inovações e reinterpretações culturais tenham conseqüências sociais e políticas perduráveis. (2000, p. 10)

Que elementos da tradição histórica ou do etnopatrimônio foram selecionados para a construção do “discurso” da identidade sul-riograndense? Quem os selecionou e com que objetivo?

²⁶ Smith refere-se ao conceito de Etnicidade no sentido cultural.

Sobretudo, a tradição *campeira* foi selecionada como matriz da identidade sul-riograndense, que tinha como núcleo as grandes propriedades chamadas *estâncias*, e cuja atividade girava em torno da agricultura e pecuária. O tipo social eleito como síntese do povo que habita o RS foi o *gaúcho*. Como já foi observado acima, tais elementos não foram escolhidos livremente pelos intelectuais – literatos e historiadores –, mas porque eram os mais susceptíveis de serem socialmente aceitos pela maioria da população. Os objetivos estiveram ligados a vários níveis de interesses (econômicos, políticos, sociais, culturais) relacionados ao conflito e, ao mesmo tempo, o desejo de integração com o todo nacional.

1.4.1 A questão da identidade regional: historiografia e a definição do “campo” historiográfico rio-grandense

Ainda no século XIX, surgiram os primeiros esforços literários no sentido de delinear os traços “originais” conformativos da sociedade sul-riograndense. Estes trabalhos de eruditos e literatos da província eram produzidos a partir de foros não diretamente submetidos à órbita governamental, tais como revistas e associações literárias. Entre 1868 a 1900, em Porto Alegre, surgiram 36 associações literárias, muitas das quais editavam suas próprias revistas (Nedel, 1999, p. 76). Entre estas associações figurava principalmente o Partenon Literário.²⁷

Letícia Nedel (1999) observa que neste período de “regionalismo literário” história e literatura²⁸ foram inseparáveis:

A preocupação com a história – e sobretudo com a reabilitação da memória farroupilha e a singularidade dos processos envolvidos na formação do Rio Grande do Sul – foi outro componente próprio à atividade literária da época, passível de ser encontrado em obras de autores positivistas e não-positivistas e nos programas de edição de diversas revistas e almanaques circulantes. Parece certo que nos tempos de instauração do regionalismo literário, história e literatura foram praticamente inseparáveis e, até que se observasse uma distinção mais clara entre os ofícios intelectuais, a penetração no universo literário era um passo necessário aos que quisessem falar do mundo social. (1999, p. 78)

²⁷ Criado em Porto Alegre em 13 de junho de 1868, editou a *Revista Mensal* de forma intermitente até 1885.

²⁸ Muitos temas históricos foram (e continuam sendo) explorados pela literatura sul-riograndense, tais como, a Revolução Farroupilha, as Missões, as charqueadas, o castilhismo, o Estado-Novo, e a ditadura militar, o que demonstra a profícua relação entre literatura e história no RS.

Segundo a perspectiva de Nedel, autores como Assis Brasil, Alcides Lima e Alfredo Varela²⁹ foram os primeiros a realizarem “abordagens sistematizadas do passado colonial” do RS, filiados à “corrente memorialista platinista”. Conforme a autora:

Tomando a geografia e a situação de fronteira como chave explicativa da formação regional, esses trabalhos procuraram destacar as particularidades do Rio Grande do Sul diferenciando-o e redefinindo suas relações com o restante do Brasil além de, tarefa tida como indispensável, justificarem a necessidade de um regime republicano que ligasse as províncias por laços federativos. (1999, p. 84)

A tendência *platinista* foi mantida nas primeiras décadas do século XX no discurso historiográfico voltado à justificação do regime positivista no estado.³⁰

No contexto da *crise dos anos vinte*, outra tendência historiográfica se impõe. No dizer de Ieda Gutfreind (1998), a historiografia de “matriz *lusitanista*”, que situa a formação histórica e social do RS na órbita do império português na América e realça o Rio Grande à posição de “guardião das fronteiras” e “sentinela da nacionalidade”.

Esta última é que se tornou hegemônica na produção historiográfica tradicional do RS, a partir do final dos anos 1920, e desde o IHGRS.

A primeira filiam-se os historiadores que enfatizam algum tipo de relação ou de influência da região do Prata na formação histórica sul-rio-grandense e comumente defendem que a área das Missões Orientais, com os aldeamentos jesuíticos do século XVII, compõe a história do Rio Grande do Sul. A outra, a matriz lusitana, minimize as aproximações do Rio Grande do Sul com a área platina e conseqüentemente defende a inquestionável supremacia da cultura lusitana na região. (1998, p. 9-12)

O Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (IHGRS) foi criado em 1920 (às vésperas do centenário da Independência) com o propósito explícito de “integrar o Rio Grande ao calendário cívico da nação, preparando a comemoração do centenário farroupilha e arquivando as teses ‘separatistas’, predominantes ao tempo de Júlio de Castilhos” (Nedel, 2007, p. 94).

²⁹ A autora distingue os dois primeiros autores do último, por terem escrito suas obras no início da década de 1880 – em meio à propaganda republicana –, enquanto este escreveu em 1897, no contexto da afirmação dos republicanos positivistas no controle da presidência do estado.

³⁰ Alfredo Varela pode ser identificado como o seu maior expoente (Gutfreind, 1998, p. 31).

Foram eles [os historiadores do IHGRS] os primeiros a se darem conta dos prejuízos políticos implicados em uma definição regional demasiadamente calcada na ênfase da especificidade histórica e cultural da região, mobilizando-se – desde a aliança entre liberais e republicanos, no final dos anos vinte – em favor da construção de um abasileiramento da memória sul-rio-grandense. (Nedel, 1999, p. 52)

Os historiadores do IHGRS acionaram um discurso historiográfico regional com teor nacionalista com o propósito de inserir o RS no arcabouço cultural brasileiro, com vistas a tornar o estado apto à competição política (mas não só) com outras unidades da federação. No entanto, não se trata de um esforço *singular* e autóctone dos historiadores rio-grandenses. A questão nacionalista e da identidade nacional estava na agenda intelectual brasileira desde o pós-guerra. Conquanto fossem questões abertas, expunham a necessidade de acomodar – e aparar arestas com – a identidade regional a fim de que não contrastasse demasiadamente com o programa nacional. Antes que pudessem entrar no debate sobre a nacionalidade e apresentar soluções sobre o que é o nacional, ou ainda, pretender espaços políticos para o estado, os intelectuais locais tinham que patentear de modo inequívoco que o rio-grandense é antes de tudo um brasileiro.

Podemos elencar como características gerais da produção historiográfica oficial³¹ ou dos historiadores ligados ao IHGRS no período das décadas de 1920 e 1930:

- centrava-se na história militar e política;
- utilizava referenciais teóricos cientificistas e deterministas do século XIX, tal como expressos por Taine, Spencer, Vidal de La Blanche, etc;
- a exploração do tema da “fronteira” e posição do “gaúcho” como seu guardião;
- a oposição entre o gaúcho brasileiro e o gaúcho platino.
- descrição ufanista do passado histórico do RS.

Os estudos sobre a historiografia sul-riograndense por muito tempo caracterizaram a produção histórica de 1920 a 1970 sem nenhum ponto de inflexão,

³¹ O Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul não era um órgão oficialmente estatal, porém desde a sua criação esteve muito próximo ao Estado. O presidente do estado, Borges de Medeiros, foi eleito ainda em 1920, sócio honorário do Instituto, bem como em muitos momentos o Instituto esteve contemplado nas verbas orçamentárias do estado. A nosso ver, a relação entre os intelectuais e política, longe de fragilizar a identidade dos intelectuais enquanto tais, antes serviu para realçar a auto-percepção da sua identidade e protagonismo social.

ressaltando o *lusitanismo* e as funções ideológicas da escrita histórica neste longo interregno.³²

Como se vê, coube à historiografia sul-riograndense parte do processo de acomodação entre a identidade regional e nacional, mas também ela própria foi afetada por esse processo, à medida que também os historiadores escrevem a partir de *lugares sociais*. Assim, vemos a historiografia do estado ora enfatizando o caráter “particular” da história do Rio Grande do Sul, ora dando maior ênfase aos aspectos que a unem ou pretendem uni-la à história e identidade nacional, no jogo de tensão criado pela disputa e complementaridade de interesses entre a parte e o todo, elites regionais e elites mais ligadas ao centro, os intelectuais locais e os do centro. Assim cambiam, e às vezes divergem os discursos locais sobre identidade. Em outro sentido, a campanha nacionalista empreendida pelos intelectuais brasileiros acaba por revelar a defasagem da condição dos intelectuais locais no debate sobre a nacionalidade devido à ênfase no caráter particular da história do RS. Como dissemos antes, era necessário correr atrás do prejuízo e sepultar qualquer dúvida sobre a brasilidade dos gaúchos. Para os intelectuais locais o regionalismo era a chave para abrir e decifrar a nacionalidade.

³² Mas surgiu, ainda no início dos anos 1980 no auge da hegemonia do marxismo na historiografia rio-grandense, o interesse pela revisão dos principais temas e abordagens da historiografia tradicional. O livro *RS: cultura & ideologia*, da série documenta, publicado pela editora Mercado Aberto, sintetiza esse esforço. Nele, historiadores inspirados no referencial teórico marxista procuraram desconstruir os mitos da história gaúcha. Entre eles, o artigo de Sandra Pesavento, intitulado *Cultura e Ideologia*, focou-se na mobilização da cultura e da ideologia como instrumentos de afirmação e legitimação da classe dirigente no poder. No mesmo sentido, a dissertação de mestrado de Marlene Medaglia Almeida, *Introdução ao estudo da Historiografia sul-riograndense: inovações recorrências do discurso oficial (1920-1935)*, (UFRGS, 1983), investigou as instituições ligadas à pesquisa histórica rio-grandense, em especial o IHGRS, utilizando o conceito de “intelectuais orgânicos” de Antonio Gramsci, para perceber os intelectuais a serviço da classe dominante, portanto interessados em dar sustentação ideológica à aludida classe. A tese de Doutorado de Ieda Gutfreind, *A construção de uma identidade: a historiografia sul-riograndense de 1925 a 1975*, (USP, 1989), é exemplar neste sentido e um marco nos estudos historiográficos do RS. Trabalha a historiografia sul-riograndense sob a perspectiva da afirmação de uma identidade para o RS e da união das elites regionais através de um projeto conciliador amplo, após o fim dos conflitos e revoluções regionais na década de 1920, para buscar o reconhecimento do estado sulino e garantir espaços no centro do poder nacional. Tem-se que ter cautela quanto a esta visão, pois enfatizá-la demasiadamente pode parecer que em 1925 os membros do IHGRS tinham definido o horizonte da Revolução de 30. A necessidade de reformular a identidade do RS foi dada antes, pelas discussões sobre o nacionalismo, nas quais o RS apresentava muita dificuldade de ser inserido e articulado simbolicamente ao quadro nacional. Somente a partir do final dos anos 1990 começaram a surgir novos trabalhos sobre a historiografia e intelectualidade gaúcha que mostram novas nuances na atuação e produção dos historiadores e intelectuais do RS no período entre os anos 1920 e 1970 do século passado, entre os quais destacamos: NEDEL, Leticia. *Paisagens da Província*. (1999); CORADINI, Luis Odaci. *As missões da “cultura” e da “política”: confrontos e reconversões de elites culturais e políticas no Rio Grande do Sul (1920-1960)*; RODRIGUES, Mara. *A institucionalização da formação superior em História: o curso de Geografia e História da UPA/URGS* (2002).

Por que a questão da identidade regional foi um núcleo de reflexão tão importante e presente na produção historiográfica do RS?

Antes de tudo, deixa-se claro, porém, que o interesse aqui não é pela questão da identidade regional em si, *em sentido estrito*, mas de percebê-la como peça da produção dos historiadores do IHGRS capaz de indicar um projeto intelectual com desdobramentos político-sociais.

Percebe-se a questão da identidade regional como que influenciando naquele momento de pré-formação do *campo* intelectual no RS. Como os intelectuais locais não formavam um *campo* estruturado, com força suficiente para definir a sua própria agenda, esta definição foi imposta de “fora”. Pode-se dizer que o problema social expresso por agentes sociais exógenos ao meio intelectual rio-grandense “impôs” aos intelectuais locais a *problemática* a ser trabalhada por eles: a identidade regional. Esse tema dialoga com questões políticas e de disputas (e acomodação) relacionadas com a implantação e consolidação do regime castilhistas, e mais tarde, na segunda década do XX, com o tema da identidade nacional que tomou conta da agenda intelectual brasileira (no primeiro pós-guerra). Assim, a agenda foi definindo o campo e a configuração imediata dos espaços e das posições dos agentes, e a sua posição em relação ao campo intelectual nacional. Posteriormente, no âmbito interno da produção cultural do RS, quando o campo intelectual gaúcho começa a se estruturar, e levando-se em conta o jogo móvel de posições refletido nas disputas que se estabelecem entre dominantes e dominados na estruturação do campo coloca-se a “luta” entre as correntes lusitanista e platinista pela definição dos critérios legítimos do regionalismo.³³

A identidade regional foi uma peça muito importante da produção literária e “histórica” do RS desde o último quartel do século XIX, e também foi item de não somenos importância na pauta da produção historiográfica dos historiadores do IHGRS (1920). No primeiro momento (final do século XIX) não se pode pensar na idéia, de “campo” de produção cultural no sentido bourdiano³⁴, internamente diferenciado e relativamente autônomo ao campo político, pois a literatura, a

³³ Essa foi uma disputa durável na historiografia sul-riograndense. Ieda Gutfreind percebeu ambas as correntes como a oposição consentida uma da outra, sem ter dado muita importância aos aspectos de demarcação de espaço, disputa e hierarquia no campo intelectual, mesmo porque este não era o objetivo de seu trabalho naquele momento.

³⁴ Um espaço social e ideológico cujas estruturas internas permitem aos intelectuais a tomada de consciência frente a outros campos, a partir de um capital social e simbólico próprio, e formas de reconhecimento e consagração internos, portanto com identidade profissional clara.

“história” e a política, em geral, eram exercidas pelos mesmos agentes, que submetiam a produção intelectual a objetivos político-ideológicos pragmáticos e imediatos. As vinculações entre os dois meios são próprias e constitutivas da atividade intelectual da época. As clivagens são inúmeras.

Além disso, do ponto de vista institucional e simbólico, o político levava grande vantagem sobre o intelectual, já que possuía suas normas e instituições de consagração e reprodução bem definidas, enquanto que, a despeito da relativa efervescência cultural atestada pela grande quantidade de associações literárias e publicações, o meio intelectual não logrou conquistar a diferenciação necessária no espaço social para constituir-se, mediante organização, como um campo específico.

Datamos o começo da institucionalização do campo intelectual no RS, a partir da década de 1920 do século passado, tendo a história como carro chefe.³⁵ Houve tentativas anteriores de se criar “Institutos Históricos” no RS ainda no século XIX. Existiu também um esforço de organização do campo literário sul-riograndense em 1901, quando foi criada a Academia Rio-Grandense de Letras, em sua primeira fase, mas teve vida efêmera, durando apenas alguns meses.

Em 1920, os intelectuais do IHGRS iniciam uma luta permanente ao custo de trabalho e estratégias específicas para gerar e acumular uma espécie muito particular de capital simbólico, que torna a sua ação irredutível à ação puramente ideológica. Não significa dizer que houvesse contradição ou incompatibilidade entre as suas atuações intelectuais e políticas. Mas uma não pode ser reduzida à outra. A troca de correspondência entre intelectuais nos mostra que suas relações eram orientadas por mais do que uma lógica política. O intelectual movimentava-se no espaço social compelido por pelo menos estas duas lógicas – a política e a intelectual, importando dizer que tais lógicas eram complementares.

Não se trata, portanto, de negar o papel e as vinculações políticas dos historiadores do IHGRS, mas sim, focar o campo intelectual em sua dinâmica e relações internas, levando em conta os esforços dos seus agentes pelo acúmulo de um capital simbólico específico do campo – o reconhecimento e a consagração

³⁵ A literatura como vimos, sempre esteve muito próximo à história no RS, sendo na maioria dos casos exercida pelas mesmas pessoas. Mas os intelectuais do IHGRS compreendiam que apesar desta proximidade e afinidade, a história e literatura eram substancialmente diferentes. Nesta diferenciação a história era “superior” ao trabalho literário pelo caráter de “verdade” que podia alcançar. Em outros termos, ser historiador representava possuir um capital cultural diferente do literato, que lhe dava uma *distinção social*, e por sua vez justificava a entrada no IHGRS.

intelectual – que dita as posições hierárquicas internamente, e dá a posição do campo em relação aos demais e ao universo social como um todo.

Neste momento, o campo intelectual gaúcho começa a institucionalizar-se (criando suas próprias formas de reconhecimento e consagração), mas preservando e de certa forma aprofundando a relação com o campo político, já que a luta pela definição do campo é também a luta por espaços na esfera política ou, mais especificamente, do Estado. O IHGRS foi formado por um quadro de 55 sócios fundadores, entre os quais, 38 eram sócios efetivos, 16 eram correspondentes e um honorário³⁶ – o que por si só revela uma diferenciação interna – entre os quais contavam-se professores, advogados, políticos, estancieiros, militares, jornalistas, médicos, padres, engenheiros.

Profissão	Sócios efetivos	Sócios correspondentes	Sócio honorário	Total
Advogados	8	10	1	19
Jornalistas	7	5		12
Militares	6			6
Padres	5			5
Professores	5			5
Médicos	2	1		3
Engenheiros	2			2
Escritor	1			1
Estancieiro	1			1
Notário	1			1

Quadro 1 - Profissões dos sócios fundadores do IHGRS. Dados retirados do quadro de sócios fundadores presente no IHGRS.

Esta ampla base da origem sócio-ocupacional dos membros do Instituto – que abrangia profissões liberais, Exército, Igreja e Estado – nos indica a dimensão do projeto no cenário cultural e intelectual do estado, revelando-nos, ao menos, três tendências: primeiramente, a atividade literária de ficção ou poesia, e o jornalismo, não eram vistos como incompatíveis com o trabalho histórico. Em segundo lugar, o alcance do IHGRS a tantas áreas e profissões, indica a intenção explícita de um

³⁶ Na data inicial, o único membro honorário era Antonio Borges de Medeiros, presidente do estado. Mas ainda no primeiro ano do Instituto, o sócio correspondente Francisco de Assis Brasil, também recebeu o título de “Sócio Honorário”.

projeto político-institucional, que deseja firmar-se com uma ampla base de colaboradores. Desta forma, não devemos inferir que todos os 55 sócios fundadores participassem efetivamente das atividades do Instituto, mas tê-los no seu rol de membros representava ao Instituto a posse de importante e necessário de capital simbólico e social que lhe garantia a legitimidade, e funcionava como trunfo nas suas futuras lutas por reconhecimento. E por fim, embora seus membros também transitassem pelo universo literário, o mote aglutinador e justificador do IHGRS era a história, o que dava a esta disciplina a primazia entre as demais áreas intelectuais. De 201 textos publicados entre os anos de 1921 e 1932, nos primeiros 48 volumes da Revista do IHGRS, a grande maioria, 155 trabalhos ou 75% do total, eram de natureza histórica³⁷ (Caimi, Colussi, 2001, p. 61).

São os intelectuais reunidos em torno do IHGRS que a partir de uma agenda intelectual se organizam, detendo um certo capital cultural e social, para *impor a maneira legítima de ver o mundo*, em outras palavras, dizer aos rio-grandenses (e ao Brasil) o que é o Rio Grande do Sul. Assim, naquele momento de formação do campo intelectual, o primeiro desafio do grupo era conquistar a legitimidade para poder “impor sua visão”. Esta legitimidade necessitava ser construída mediante a posse e acúmulo do capital simbólico que tornasse a sua fala “sagrada”, ou seja, em última instância o que estava em jogo era a definição da cultura legítima (Bourdieu, 1989).

O processo de construção da legitimidade se observa de forma clara a partir da estruturação do campo institucional da produção historiográfica no RS, pela organização político-institucional de um grupo que busca obter reconhecimento mediante critérios próprios, não esperando que sua legitimação partisse apenas do campo político, e, através de lutas de concorrência (lusitanistas, platinistas, católicos, positivistas, etc.), cujo móvel é a representação do mundo social e a hierarquia interna ao campo. Esse conjunto de historiadores compartilha um capital (mais ou menos) comum de aquisições, conceitos, métodos e procedimentos de verificação histórica, suficientes para fornecer-lhes um grau mínimo de “identidade

³⁷ É interessante relacionar a produção dos historiadores do IHGRS – que em grande parte foi dedicada a história político-militar – com a sua atividade sócio-ocupacional. Desnecessário dizer de suas vinculações políticas. Por outro lado, vemos que seis deles, inicialmente, eram militares – todos efetivos. Um deles, o major Souza Docca, foi o sócio do Instituto que mais publicou artigos na Revista do IHGRS, entre 1921 e 1932. Vinte e três trabalhos ao todo, ou seja, sozinho ele respondia por mais de 11% dos artigos da revista. Sendo que somente três sócios publicaram mais de dez artigos neste período (Caimi, Colussi, 2001, p. 59).

de grupo”, e a partir destes critérios “elegem” quem pode ou não fazer parte daquela agremiação. Assim a produção na área de ficção ou poesia não franqueia a entrada no IHGRS, mas somente a abordagem dos temas “sociológicos” e históricos.³⁸ Tais critérios os levam a uma *prática* e uma *escrita* relativamente coesa e própria³⁹. Por outro lado, não menos importante, estes critérios nos revelam estratégias de delimitação e diferenciação em relação a outras atividades intelectuais como a literatura. As interlocuções com intelectuais e instituições de outras regiões do país e da América Latina também revelam o caráter de organização do campo institucional, bem como estratégias de busca de visibilidade e reconhecimento, pelos Institutos homólogos e os pares nacionais e internacionais no campo intelectual.

Mas permanece a pergunta: porque a identidade regional foi tão importante na pauta da produção histórica no RS, notadamente, no contexto a partir dos anos 1920?

Respondo esta questão inspirado, principalmente, pelos trabalhos de Ieda Gutfreind e Leticia Nedel. Seguindo a trilha inaugurada por Gutfreind que apontou a questão política para explicar o esforço da intelectualidade rio-grandense pela redefinição da identidade do Rio Grande do Sul, passando pelos aportes teóricos e metodológicos de Leticia Nedel que, em seu artigo *A recepção da obra de Gilberto Freyre no Rio Grande do Sul*, sugeriu que entre as décadas de 1930-1950 estava ocorrendo um processo de definição do “campo” e da identidade profissional dos intelectuais “locais” e a delimitação de seus espaços no cenário cultural nacional, frente aos intelectuais de outros estados e regiões, cheguei a elencar cinco motivos principais pelos quais o campo intelectual rio-grandense que se estruturava naquele momento não podia fugir à problemática da identidade regional.

³⁸ Há as exceções que reforçam a regra. Alguns casos indicam que o Instituto se movia por mais de uma lógica, portanto “critérios intelectuais” podiam ser associados a outros para a escolha dos membros do IHGRS. Por exemplo, a eleição de Borges de Medeiros como “sócio honorário”, e depois com “Presidente de Honra”, ou de Getúlio Vargas como “Grande Sócio Benemérito”, levam a crer que o IHGRS na luta por reconhecimento soube lançar mão dos recursos disponíveis (seu capital simbólico) para reforçar sua afirmação, frente ao campo político, sem, nunca interromper com ele as suas relações, mas ao contrário, aprofundá-las. Assim ter membros ocupando posições-chaves dentro da estrutura do Estado era visto como um signo do poder simbólico do Instituto. Em outras palavras, o grupo do IHGRS teve que realizar ações e tomadas de posição mobilizando redes e relações objetivas entre posições em diferentes campos do espaço social, jogando com a distinção para alcançar a legitimidade necessária (Bourdieu, 1989).

³⁹ A sincronia da produção dos historiadores do IHGRS foi sendo construída aos poucos ao longo das décadas de 1920 e 1930, sem nunca chegar a ser plena e livre de contradições, mas o grupo hegemônico – os “lusitanistas” – conseguiu harmonizar seu discurso em termos gerais, e em grande parte, logrou neutralizar a corrente oposta – os “platinistas”.

Pois bem, o campo intelectual local, cuja gênese se dava naquela conjuntura, era uma questão chave por vários motivos:

a) políticos – a intelectualidade sul-riograndense percebeu que o RS estava cada vez mais perdendo espaços no cenário político nacional. Uma identidade regional que enfatizava as diferenças com o restante do Brasil, bem como as similitudes com o Prata, criava dificuldades na integração e nas demandas regionais por mais espaço de atuação para os políticos do estado nos foros nacionais. Os intelectuais do RS viam a necessidade de estatuir uma identidade regional que integrasse o estado à Nação, porém preservando as especificidades locais.

b) intelectuais – 1) o alinhamento da identidade regional à nacional era um pressuposto para os próprios intelectuais do estado serem “aceitos” (reconhecidos e legitimados) pelos seus pares nacionais. Veremos mais adiante como era importante – pelo caráter de dependência e subordinação do campo local – para o intelectual local da época ser lido e reconhecido no meio intelectual brasileiro, tanto pelos escritores consagrados como por aqueles que representam instituições legítimas do mundo intelectual e, também, pelas diversas instâncias de produção e difusão da cultura como os jornais e revistas do centro do país; 2) a agenda intelectual nacional colocava a questão nacional como primordial no trabalho do intelectual. A necessidade de definir a identidade nacional acabava por expor a problemática das identidades regionais como questões que precisavam ser articuladas e harmonizadas com o ideal nacionalista. Esta questão tornava-se nodal para intelectuais de um espaço regional periférico como o Rio Grande do Sul. Assim, os intelectuais locais definiram como sua a atribuição de (re)formular a identidade regional.

c) culturais – existe também o objetivo de tornar os atributos culturais do estado aptos a concorrência com outros atributos regionais pelo caráter representativo da nação e, ao mesmo tempo, que servissem de modelo ao “*resto do Brasil*”. Lembremos que até a década de 30 os atributos culturais “mais representativos” da cultura nacional ainda não estão definidos. É um jogo aberto no qual as literaturas regionais do norte/nordeste e sudeste tem nitidamente mais espaço e no qual os sul-rio-grandenses ficaram marcados e circunscritos como contribuição de alcance apenas regional. Conquanto, neste aspecto, participe mais efetivamente a literatura do que a história, entretanto, o suporte para a literatura rio-grandense colocar-se em posição de concorrer com outras literaturas deveria estar

assentado em bases historiográficas. Este estado de concorrência se dava em primeiro plano no nível intra-regional pela definição dos “porta-vozes” e produtores representativos e produtos coletivos da cultura regional. O IHGRS saiu na frente nesta luta. No nível extra-regional, a literatura e a interpretação da identidade regional foi o móvel das lutas entre intelectuais pela imposição das tradições genuinamente brasileiras e pela “exportação” dos atributos culturais – como o “heroísmo do gaúcho” –, a partir de meados da década de 1920.

d) editoriais – em decorrência, ou talvez como premissas do ponto anterior estejam o desejo e as dificuldades da intelectualidade do estado de entrar no mercado editorial nacional. É certo afirmar que o campo da produção cultural, e juntamente com ele, o campo editorial, só se define no Brasil a partir de 1930. Portanto, ao se falar nos objetivos editoriais, está se falando nos termos compreendidos na época. Ou seja, aqueles intelectuais queriam ser editados e lidos pelo “*Brasil e pelo Rio Grande que lê*” (o que não significa dizer os alfabetizados do país ou do RS e sim o “meio letrado” da nação e do Rio Grande do Sul). Buscava-se vencer a “*prevenção*” que havia contra os livros produzidos na “*província*”. O estado da concorrência entre intelectuais se refletia na disputa indireta entre as casas editoras.

e) a agenda de discussão – pode relacionar-se a definição da discussão em torno da identidade regional como problemática legítima do “campo” histórico, numa atitude concorrencial – e “imperialista” – com outros “campos”. Internamente, a agenda de discussão em torno deste tema passa a determinar as tomadas de posição com relação aos recursos sociais dos agentes na concorrência interna pelo domínio do campo – apreendida, por exemplo, nas “críticas severas” desencadeadas por um discurso que destoasse da matriz lusitanista.

Levar em conta estes motivos para compreender a “opção” dos intelectuais do RS pela temática da identidade regional nos ajuda a perceber esta questão de forma não voluntarista, mas como uma problemática à qual não podiam ignorar. Um viés voluntarista, nesse caso, pode levar a crer que os intelectuais, especialmente os reunidos no IHGRS, em 1920, definiram uma agenda clara que teleologicamente os levaria ao desfecho da Revolução de 30. A agenda foi determinada por questões exógenas ao campo intelectual local. A partir dela – a questão regional – os intelectuais locais iniciaram a disputa por posições intelectuais que era, ao mesmo

tempo, a luta pela definição do campo e pela definição dos critérios legítimos do regionalismo e da identidade regional.

Ser brasileiro era um pressuposto para que o RS fosse incluído no panteão cívico, político, intelectual, editorial e cultural da nação. Portanto, existiam objetivos de integração, de busca por espaços e concorrências nesse processo.

1.5 Os espaços de sociabilidades intelectuais no RS na década de 1920

A cidade de Porto Alegre desde o final do século XIX, com a consolidação dos republicanos no controle do estado, logrou conquistar a posição de principal pólo industrial do RS, deslocando para si o centro econômico do sul do estado, que até o último quarto daquele século estava sediado nas cidades de Rio Grande e Pelotas, com as indústrias portuária e das charqueadas. O desenvolvimento da economia no sul do estado havia garantido a estas cidades também um elevado nível de desenvolvimento das atividades “recreativas”, artísticas, culturais e intelectuais. Na busca pela distinção social através do refinamento dos hábitos e gostos através do consumo de bens culturais que a identificasse com o padrão de vida da “Corte”, que a diferenciasse das elites “campeiras”, e que estabeleceu uma concorrência entre as próprias elites rio-grandina e pelotense, estas investiram, sobretudo esta última, na criação de espaços de cultura e lazer, como os teatros e *clubs* onde eram recebidos nomes importantes da Corte para realizar recitais, óperas e sinfonias. Havia intensa mobilização cultural através de associações literárias que organizavam saraus literários e dramáticos. Também foi neste núcleo industrial e cultural que desenvolveu-se, inicialmente no RS, uma imprensa relativamente vigorosa, pois nunca interrompeu suas atividades desde sua criação, em Pelotas, no ano de 1851, embora a maioria dos empreendimentos tivesse curta duração (Cunha, 2009, p. 19). Foi nesta região, portuária e saladeiril, que se estabeleceram as primeiras e principais livrarias e gráficas de livros do estado. Com o declínio das bases econômicas da região, por volta de 1890, e com os investimentos na capital do estado, as gráficas do sul do RS abriram filiais em Porto Alegre, e por fim estabeleceram ali, suas sedes. A Livraria Americana, fundada em 1875, em Pelotas, instalou já em 1879 e 1885 filiais em Porto Alegre e Rio Grande, respectivamente. O mesmo caminho percorreu a Livraria Universal (Batista, 2008, p. 57, 60, 61).

Em 1883, na fase final do Império, Porto Alegre tinha 40.000 habitantes (Batista, 2003, p. 53). Em 1923, esse número já era quatro vezes e meia maior, contando com uma população de 180.750 habitantes (Torresini, 1999, p. 41). Para este aumento demográfico, concorreram fatores como o fluxo de imigrantes, a industrialização e as políticas do governo estadual voltadas para o desenvolvimento da capital.

Na década de 1920, o Rio Grande do Sul ocupava a primeira posição no ranking nacional da alfabetização, com a taxa mais baixa de analfabetismo do país: 64,2% (Torresini, p. 42). Este dado é fundamental, para se pensar na formação de consumidores de cultura e de uma elite intelectual. A difusão do saber e da literatura⁴⁰, e a escolarização também são necessárias para a criação de uma “comunidade imaginada” (Anderson, 1989). Estes elementos concorrem para que nas primeiras décadas do século XX, especialmente na segunda, ocorra a concentração e ascensão da vida cultural em Porto Alegre.

A partir desta pequena contextualização podemos pensar nos espaços em que circulavam na década de 1920 as elites intelectuais do RS. O cenário privilegiado do trânsito e atuação destes agentes sociais era, sem dúvida, a cidade de Porto Alegre. Um traço marcante da capital, nas reminiscências dos contemporâneos, é a descrição do seu provincianismo. Todos se conheciam e freqüentavam os mesmos lugares. Alcides Maia na década de 1930, em artigo no *Correio do Povo*, expressou como os intelectuais do RS olhavam para o Rio de Janeiro como modelo tanto no aspecto estético e urbanístico, como no aspecto intelectual.

Por assim dizer, Porto Alegre se constituía como campo de possibilidades, delimitando as escolhas dos agentes, dando a elas significados apreensíveis pelas próprias experiências por eles compartilhadas. Em outras palavras, a trajetória, a produção, o horizonte de expectativas e de possibilidades do indivíduo histórico são marcados por certos limites que, em última instância, condicionam os rumos da sua ação. Assim, a arena social ou cultural, na qual os agentes se movem formando redes sociais – sejam elas estruturas formais ou informais – tem importância

⁴⁰ Batista cita que Halleweel e Paulo de Gouveia apontaram que no Rio Grande do Sul eram publicados com regularidade e variedade, desde o final do século XIX até as primeiras décadas do XX – em especial, pela Livraria Americana e sua coleção *Biblioteca Econômica* – muitos títulos da literatura mundial, sem autorização dos editores e sem pagar direitos autorais, o que ajudava a baratear o custo dos livros (Batista, p. 59, 60).

fundamental na constituição da carreira individual, pelo fato de nela se constituírem os lugares de aprendizado e de trocas intelectuais, o movimento de fermentação e circulação de idéias (Gomes, 1999, p. 23). É o espaço de um pequeno universo de relações intelectuais.

Esta perspectiva que recoloca o indivíduo no seu espaço social de relações miúdas (amizades, camaradagens, aproximações, redes, inimizades,...) pode revelar aspectos que de outro modo ficariam subsumidos na pesquisa e que, talvez, expliquem, em parte, causas e conseqüências de escolhas e tomadas de posição, que dificilmente se vislumbraria, ignorando este tipo de recorte. Tal viés assume maior importância em se tratando de um campo intelectual de institucionalização incipiente, onde, a princípio, os posicionamentos e adesões vinculam-se, muitas vezes, diretamente às relações de amizade e camaradagem pessoal, pois, nesse contexto, o caminho mais curto para a inserção no meio pretendido é o estreitamento dos laços pessoais.

1.5.1. A Rua da Praia e suas livrarias

Já é clássica a apresentação da Rua da Praia no centro de Porto Alegre como o espaço privilegiado de circulação e encontro dos intelectuais desde o final do século XIX e início do XX. Nesta rua encontravam-se instaladas as principais casas de comércio da cidade. Era o equivalente local da Rua do Ouvidor no Rio de Janeiro. Aí, à semelhança das mais prestigiosas livrarias e casas editoras da capital federal, como a Garnier e a Laemmert, na Rua do Ouvidor, encontravam-se as principais livrarias de Porto Alegre: a Livraria Americana, a Gundlach e a Livraria do Globo⁴¹. Além, das redações dos principais jornais da capital: *Correio do Povo*, *A Federação* e o *Diário de Notícias*.

Karina Batista (2009) atribui o prestígio da Livraria Americana, “às traduções e à regularidade e variedade de sua produção”, enquanto a Livraria Gundlach “destacava-se, em grande medida, pelo capital simbólico mobilizado no seu salão”

⁴¹ Laudelino Barcellos estabeleceu a Livraria do Globo em 1883, na Rua da Praia, número 268, em frente à Livraria Gundlach, “cujo salão era o ponto de encontro de políticos da época” (Batista, p. 54). Anos depois, tal posição seria ocupada pela primeira.

(2009, p. 60). Cita a descrição que Barbosa Lessa fez do salão da livraria no final do século:

Mas o que realmente o fez parar, já com a imaginação ligada, foi o largo salão da Livraria Gunlach. Ponto de encontro, nos sábados à tarde, dos figurões políticos da província e dos intelectuais remanescentes da Sociedade Parthenon Literário. Ponto de convergência, em qualquer dia, dos figurões que vinham da Corte para uma retomada de contato com a terra natal (...). Ponto de ligação de Porto Alegre com o mundo, através dos anuários *Almanaque Bertrand* e *Almanaque de Lembranças Luso-Brasileiro* (com muitas informações úteis sobre Lisboa, o Porto e a Corte do Rio de Janeiro) e dos periódicos *L'illustration*, *Le Petit Journal*, *Le Figaro* e *Le Monde*.(Lessa apud Batista, 2009, p.60)

Desta forma, conclui Batista que “houve um tempo em que as livrarias não eram “livrarias” e sim “a Casa”, um espaço de convívio, de reuniões, à semelhança dos grandes salões, em que o livreiro assumia o papel do anfitrião e era conhecido pelo seu nome” (2009, p. 72). Na década de 1920, a Livraria do Globo havia conquistado o prestígio, sendo freqüentada pela elite intelectual e política do estado, como atesta o depoimento de Érico Veríssimo:

Não sei com que espécie de interesse Henrique [Bertaso] via meterem-se no pequeno elevador que levava ao andar superior, ao gabinete de Mansueto Bernardi, o orientador literário da firma, os intelectuais mais famosos de Porto Alegre. Lá ia Zeferino Brasil apoiado na sua bengala, a cara morena e enrugada de cacique, gravata à Lavallière, cabeleira longa. Havia sido ‘eleito’ Príncipe dos Poetas Gaúchos e tinha escrito muitos livros, dos quais o próprio Henrique já vendera muitos exemplares. Quem era o cavalheiro grisalho, com ar de diplomata, simpático e alinhado? João Pinto da Silva, secretário do governo do Dr. Borges de Medeiros e crítico literário, autor de livros cujos títulos Henrique sabia de cor, como *Vultos no meu caminho* e *Fisionomia de novos*, este último recém aparecido. Seria poeta ou prosador – ou ambas as coisas? – o baixinho sorridente de ar plácido que as vezes ‘dava as caras’ no gabinete de M. Bernardi? Não, esse não escrevia livros. Era político, tinha sido naquele mesmo ano eleito deputado federal pelo Partido republicano Rio-Grandense. Chamava-se Getúlio Dorneles Vargas. O magro baixo e simpático que as vezes aparecia com ele era João Neves da Fontoura, deputado estadual, considerado orador de grande eloqüência. E o moço de beleza varonil e palavra fácil e aliciante, que de raro em raro se juntava a todos aqueles freqüentadores do pequeno cenáculo de Mansueto Bernardi? Era o bacharel em ciências jurídicas e sociais, Oswaldo Aranha, que não publicava livros, mas tinha uma inteligência viva e um poderoso magnetismo pessoal (...). Toda aquela gente importante freqüentava a Livraria do Globo, subia ao território de Mansueto Bernardi para uma prosa e para passar os olhos pela última novidade literária, o ‘vient de paraître’, como se costumava dizer nos arraiais literários (...). (2009, p. 74)

A concorrência da elite intelectual às mais prestigiosas livrarias, no final do século XIX e início do XX, é um fenômeno que se repete aqui ou alhures, não por simples mimetismo ou emulação, mas por uma certa racionalidade de organização do “campo” intelectual. No Rio de Janeiro, os intelectuais afluíam à Garnier, desde o final do século XIX. Em Porto Alegre, à Gundlach, e depois à Livraria do Globo. Em Pelotas, à Livraria Universal, no final do século XIX. Da mesma forma, as incursões ao “gabinete do Mansueto”, não eram um fenômeno particular da vida intelectual em Porto Alegre. O “orientador literário” de uma livraria, que fazia as vezes de editor, desfrutava de prestígio por possuir uma posição chave no “campo” intelectual: decidir que obras e que autores seriam publicados.

Vários contemporâneos lembraram esse período, destacando que os intelectuais reuniam-se em “grupos”, que formavam “rodas” para discutir política, literatura e os destinos do Brasil, enquanto bebiam e ouviam as músicas executadas por “orquestras” ao vivo. O Café Colombo é frequentemente lembrado como ponto de encontro obrigatório de um certo grupo da intelectualidade porto alegreense. Localizado na esquina da Rua da Praia com a rua General Câmara, em frente à Livraria Americana, era o ponto inicial de um “itinerário noturno” dos jovens aspirantes a intelectuais “boêmios” da década de 1920.⁴² Durante a estada de Olavo Bilac, os convites para participar dos eventos oficiais, tais como conferências literárias e patrióticas, podiam ser comprados no *Café Colombo*. Também as notas publicadas “a pedido” em jornais da época como o “*Diário*” mostram a estreita relação entre este espaço de sociabilidade e a intelectualidade porto-alegrense.⁴³

As estruturas informais, as sociabilidades e as camaradagens fazem parte do espaço social que constitui o meio intelectual. Portanto, freqüentar um espaço de sociabilidade intelectual e ser reconhecido pelos demais como um “*camarada*”, como parte do “*grupo*” é também fazer parte do meio. Assim, estes jovens aspiravam à

⁴² Segundo Torresini (1999, p. 51) faziam parte do “grupo do Café Colombo”: Augusto Meyer, Moisés Vellinho, Viana Moog, Darci Azambuja, Theodomiro Tostes, Ernani Fornari, Athos Damasceno Ferreira, João Santana, João Manuel de Azevedo Cavalcanti, Mário Quintana, Leônidas Garcez, Rui Cirne Lima, Dámaso Rocha, Raul Bopp, Major Guerreiro, Vargas Netto, Aluísio Franco, Paulo Correia Lopes, Paulo de Gouvêa, Sérgio de Gouvêa e Dante Laytano. Em comum possuem o fato de terem “estreado” na cena literária na década de 1920. Segundo Monteiro (2006, p. 40), Augusto Meyer foi um elemento de ligação entre este “grupo” e a “geração de escritores e poetas da virada do século”.

⁴³ Charles Monteiro (2006) e Torresini historiaram as sociabilidades intelectuais na década de 1920, destacando outros locais como espaços de convivência, entre eles, destacamos a Confeitaria Central e o Chalé da Praça XV. Monteiro afirma que “os hotéis também eram importantes espaços de sociabilidade, pois hospedavam as personalidades políticas, jornalistas, músicos e artistas de teatro de passagem pela cidade” (2006, p. 44).

oportunidade de publicar seus livros de poesias e conquistar uma posição de reconhecimento no espaço intelectual rio-grandense. Além disso, estes grupos eram excelentes “locais” de recrutamento intelectual.

O “*grupo*” intelectual da geração da virada do século – também chamado por Walter Spalding, segundo Charles Monteiro (2006), de “*grupo de poetas da Praça da Harmonia*” – já reconhecido, ao nível local, tentara criar formas de reconhecimento e institucionalização de suas posições. Uma delas foi a Academia de Letras do Rio Grande do Sul que vigorou na década de 1910, mas não subsistiu.

Mas o principal esforço no sentido de institucionalização do meio intelectual no RS não foi suscitado nos círculos e pelos motivos literários, e sim no campo da produção “científica” e na voga da pregação nacionalista, através da criação do IHGRS em 1920. Este instituto reuniu os principais nomes da produção intelectual até consolidar-se como o principal espaço institucional de produção do saber histórico no estado, até ser deslocado pela institucionalização da pesquisa histórica nos cursos universitários de pós-graduação na década de 1970.

Capítulo 2 – Jorge Salis Goulart: a luta por um espaço no campo intelectual brasileiro

Neste capítulo apresento o cenário cultural no qual Jorge Salis Goulart estudou e iniciou sua trajetória profissional e intelectual. Destaco a forte tradição jornalística de Pelotas, onde Salis firmou-se como jornalista político dirigindo três importantes jornais: o *Jornal da Manhã*, o *Diário Popular* e o *Diário Libertador*. Seguindo os primeiros passos da trajetória do escritor pelotense pretendo demonstrar as principais tomadas de posição e a formação de redes sociais no campo político como estratégias da rápida ascensão de um jovem oriundo de setores médios da sociedade pelotense às instâncias de produção ideológica da estrutura do poder local em Pelotas e, ainda, evidenciar a mobilização de recursos sociais e simbólicos na luta pelo reconhecimento dentro do campo intelectual brasileiro.

2.1. Meio Cultural e Intelectual em Pelotas no início do século

A cidade de Pelotas foi para Jorge Salis Goulart, que nascera em Bagé, em 1899, a primeira e principal arena da sua atuação profissional e intelectual. Pelotas marcou o campo de possíveis e definiu o horizonte de expectativas do nosso biografado. Para se compreender a trajetória de um indivíduo é fundamental compreender o espaço social no qual ele se insere e movimenta-se. Não atentar para a importância da arena cultural que envolve o espaço de movimentação dos indivíduos em um estudo biográfico é dar um sentido artificial a suas trajetórias. Portanto, tomamos a cidade de Pelotas como esta arena cultural fundamental para a definição e os rumos da carreira e tomadas de posição do personagem deste estudo.

A esta altura – primeiras décadas do século XX – Pelotas não podia ufanar-se de ser o centro cultural do estado, cujo ápice se dera nos anos finais do Império e que, segundo historiadores como Mário Osório Magalhães (1981), naquele período fora “dentre as cidades gaúchas aquela que apresentara maior desenvolvimento cultural”. No entanto, ainda possuía forte tradição de valorização da cultura. Para Bourdieu a cultura pode ser considerada um conjunto de bens simbólicos cuja posse asseguram ao possuidor a *distinção* social e prestígio.

A indústria saladeiril de Pelotas proporcionou aos charqueadores conquistarem grandes fortunas e elevado padrão de vida, se comparado ao estilo de vida rústico dos pampas dos seus congêneres estancieiros rio-grandenses. A par do enriquecimento de algumas famílias de charqueadores, está a aristocratização da sociedade, através da concessão pelo Imperador de títulos nobiliárquicos, pela ajuda econômica oferecida por aqueles aos cofres do Estado. Concomitantemente a esse processo de enriquecimento ocorria a aristocratização dos gostos, o refinamento e a aquisição e consumo de bens culturais que os distinguiam cada vez mais dos estancieiros rio-grandenses. A elite econômica da cidade investiu na aquisição de capital cultural para suas famílias enviando seus filhos para receberem formação superior em centros urbanos como Rio de Janeiro e Buenos Aires, ou mesmo na Europa – Portugal e França.

A vida material e arquitetônica da cidade ainda traz as marcas desse período. Os belos e imponentes sobrados construídos por engenheiros europeus, ao mesmo tempo, afirmavam a distinção social dos indivíduos mais abastados da sociedade pelotense do século XIX, e a emulação entre eles que “competiam” para mostrar maior opulência. Charqueadores e aristocratas concorreram às suas expensas para a edificação de inúmeras obras e instituições públicas, culturais e filantrópicas que deram a Pelotas feições mais urbanas e “modernas”, como a Biblioteca Pública, a Santa Casa, a Companhia Hidráulica.

Outro traço da sociedade aristocrática que se desenvolveu em Pelotas nos oitocentos foi a constituição de locais de lazer e de apreciação da cultura. Um deles foi o Teatro 7 de Abril, fundado em 2 de dezembro de 1833, a partir da Sociedade Cênica do Teatro 7 de Abril, que tornou-se a principal casa de espetáculos da cidade. O Teatro era assim descrito por Fernando Osório em 1922, depois de reforma no edifício sob a presidência do Cel. Guilherme Echenique: “a lotação do teatro é de 26 camarotes de primeira ordem, 18 de segunda, 50 balcões, 500

poltronas na platéia e 300 localidades nas galerias” (Osório, 1922, p. 211). Pelo palco do teatro passaram companhias teatrais vindas de outros estados e países (Cunha, 2009, p. 36).

Na apreciação e desenvolvimento do gosto e cultura musical tiveram destaque durante o século XIX a *Filarmônica Pelotense* e o *Clube Beethoven*. As senhoras da elite com muita frequência dedicavam-se ao estudo do canto e do piano. Entre as damas da sociedade pelotense destacaram-se a artista “amadora” Baronesa do Sobral e a soprano profissional Zola Amaro, que conquistou fama e respeito internacionais. A Baronesa de Sobral ilustra o perfil das mulheres de Pelotas que faziam parte da elite. Tornou-se “exímia pianista e cantora de muito merecimento” pelo estudo acurado. Seus dotes de pintora também foram destacados por Fernando Osório (1922, p. 214). Zola Amaro, aos 14 anos fez sua estréia cantando “*Verônica*” na *Procissão do Senhor Morto*, em Pelotas. Depois de casar-se continuou cantando ainda como artista amadora. Mas quando instalou-se em Buenos Aires, começou sua carreira como cantora profissional apresentando-se naquela cidade e em outras como Rio de Janeiro, Milão, Roma, Veneza, Turim, Palermo, Haia, Rotterdam, Amsterdam, etc. Osório diz que quando ainda morava em Pelotas a residência de Zola Amaro torna-se “*um verdadeiro centro de cultura musical onde são recebidos os ‘astros’ da cena lírica que chegam a Pelotas*” (Osório, 1922, p. 114). Na década de 1920, o papel representado pela *Filarmônica Pelotense* e o *Clube Beethoven* nos oitocentos, foi suprido pelo *Conservatório de Música*, fundado em 1918, o qual “*criou admiráveis discípulas, inculcando o gosto dos melhores autores clássicos e modernos*” (Osório, 1922, p. 213).

Todos estes espaços criaram a valorização de certos atributos sociais e culturais, logrando conquistar certo grau de prestígio aos seus possuidores, ao ponto de se desenvolverem lutas pela ocupação de postos de destaque no interior deste cenário. Embora isto aponte para uma dinâmica muito característica de um “campo”, o prestígio criado e as lutas que ocorriam neste espaço social de valorização dos bens culturais não se separam dos interesses próprios do “campo político”, estando a eles vinculados e subordinados. Jaqueline Cunha (2009) conta um episódio de conflito pela posse da presidência da Biblioteca Pública de Pelotas envolvendo Antônio Joaquim Dias, proprietário do jornal *Correio Mercantil*:

Em 1879, envolveu-se em um conflito na Biblioteca, porque, pretendendo eleger-se presidente do estabelecimento, propôs, em uma reunião anterior à eleição o nome de quarenta e cinco novos sócios, o que garantiria a ele o cargo desejado. No entanto, um grupo da diretoria, denominado “grupo dos oito”, impediu a filiação desses novos sócios e apresentou uma chapa para concorrer à eleição, derrotando Dias. O dono do jornal Correio Mercantil ficou pelo menos dois anos afastado das atividades da Biblioteca e quase excluiu de seu jornal notícias sobre a instituição. (Cunha, 2009, p. 57)

Neste caso é muito provável que o motivo da luta pela presidência da Biblioteca tenha sido o prestígio social decorrente da ocupação de um posto importante na instância cultural da cidade, mas isto não impedia e, ao contrário, era reforçado pela aspiração aos trunfos políticos que poderiam advir de tal posição. Cremos que não seria acertado atribuir os esforços pela difusão cultural *per se*, mas deve-se compreendê-los associados a interesses que eram muito ligados a política. Isto, no entanto não impediu que o capital cultural e intelectual fosse ganhando cada vez mais força frente a outros capitais à medida que as instâncias de produção e difusão da cultura foram ganhando reconhecimento, possibilitando a participação destes agentes no jogo propriamente político de maneira mais efetiva. Assim estes capitais tendiam a se reforçar mutuamente.

Outro aspecto de relevo em se tratando do “espírito” de valorização da cultura em Pelotas é a formação de uma consistente imprensa local – principal instância de produção ideológica e cultural – movimento que está na raiz e ao mesmo tempo foi impulsionado pelo processo de desenvolvimento, como diz Jaqueline Cunha (2009), de “um sistema literário em Pelotas”. Também não se pode deixar de destacar que já no último quartel do século XIX Pelotas era um “centro editorial” no Rio Grande do Sul, sendo a sede de duas das principais gráficas da província, a Livraria Americana e a Livraria Universal (Almeida, 1983, p. 126).

2.1.1. A imprensa pelotense

Desde meados do século XIX formou-se na cidade de Pelotas um importante centro de imprensa do estado. O *Diário Popular*, na comemoração dos cem anos da imprensa em Pelotas, no ano de 1951, publicou um artigo de Carlos Leopoldo Casanovas, que fez um breve histórico da imprensa pelotense citando o nome de

todos os jornais da cidade desde o primeiro a ser impresso – “*O Pelotense*” – em 7 de novembro de 1851. (Arquivo J.S. Goulart)

Segundo Casanovas, de 1951 a 1900 foram criadas 124 publicações, das quais 80 (64,5%) foram de curta duração, sendo editados pelo período de um ano, e apenas 13 (10,4%) duraram três anos ou mais. As principais publicações foram: *O Pelotense*, de 1851-1855, de Candido Augusto de Mello; *O Noticiador*, de 1864-1868, de Luiz José de Campos; *Jornal do Comércio*, de 1870-1882, de Antônio Joaquim Dias; *Diário de Pelotas* (3º do mesmo nome), 1868-1889, de Ernesto Augusto Gernsgross e órgão do Partido Liberal; *Progresso Literário*, 1877-1879, de Theodósio Garcia e J.J. Cesar; *Cabרון*, 1879-1889, de Guerra & Chapon; os jornais abolicionistas *Férula*, 1881-1882, *A Voz do Escravo*, 1881, e *A Discussão*, 1881-1888, todos editados por Fernando Osório, Epaminondas e Saturnino Arruda; *Diário Popular*, 1890, ainda hoje em circulação, fundado por Theodósio Menezes.

No período das duas primeiras décadas do século XX, segundo o inventário de Leopoldo Casanovas, 23 jornais foram fundados em Pelotas, de 1901 a 1924. Sendo que na década de 1920, o mais importante jornal da cidade em circulação, desde 1890, era o *Diário Popular*, então órgão do Partido Republicano Riograndense⁴⁴, e a *Opinião Pública*, desde 1896, ambos fundados por Theodósio Menezes. Destacamos: *A Cavação*, 1905-1911, de Carlos R. de Souza; *O Templário*, 1919, órgão da Loja Simbólica Fraternidade; *A Defesa*, 1909, de João C. de Freitas, órgão da classe caixeiral; *Jornal da Manhã*, 1922-1925, de José Teixeira Cardoso, cujo redator chefe era Jorge Salis Goulart; *O Libertador*, 1924, órgão político dirigido por Francisco Maciel Junior e depois Julio Ruas, que fazia oposição ao *Diário Popular*. Ainda no âmbito da imprensa tinha circulação na década de 1920 a revista quinzenal *Ilustração Pelotense*, dirigida pelo poeta e militar Januário Coelho da Costa, que dava grande destaque a produção literária e artística dos intelectuais locais. Além destas publicações que tinham fim “comercial”, os alunos da Faculdade de Direito de Pelotas criaram um jornal próprio chamado *O Acadêmico* no qual exercitavam suas habilidades jornalísticas e literárias, e que servia como ensaio para atuar no “mercado profissional” de imprensa.

⁴⁴ O *Diário Popular* apresentava-se aos leitores com a “folha de maior circulação no sul do estado”, bem como trazia agradecimentos aos “numerosos assinantes e anunciantes”. Na década de 1920 Jorge Salis Goulart foi diretor da folha.

Cunha observou, para o período de 1851 a 1889, que dado ao alto índice de analfabetismo e ao elevado valor de um jornal, os jornalistas e articulistas podem ser considerados, ao mesmo tempo, produtores e consumidores dos textos produzidos, e acrescenta:

Assim o que ocorria na imprensa era uma troca de opinião entre “amigos”, uma vez que os leitores/consumidores estavam entre os intelectuais que produziam os textos, e os estudantes e as mulheres que, ainda em parcela menor, também os liam. (Cunha, 2009, p. 19)

Entendemos que essa situação tenha se alterado um pouco nas duas primeiras décadas do século XX, não, porém, de forma drástica, preservando-se a produção jornalística ainda restrita a um círculo estreito de leitores. Embora as estatísticas oficiais digam que o Rio Grande do Sul fosse o estado da Federação com o mais “baixo” índice de analfabetismo, tal índice continuava elevado chegando a 64,2% (Torresini, 1999, p. 42). Também este indicativo não permite concluir que todos os alfabetizados fossem leitores/consumidores da imprensa. Portanto, não se pode desvincular a prática jornalística e de imprensa de modo geral – desde a sua produção até ao seu consumo – de seu caráter de conferir *distinção* pela posse e consumo de atributos culturais, compartilhados por uma parcela reduzida e “privilegiada” da população. Por outro lado, a imprensa enquanto principal instância de produção ideológica e cultural, na época, era o espaço por excelência ocupado por intelectuais que lhes proporcionava gratificações e rendimentos econômicos, assim como posições intelectuais.

Paradoxalmente, os jornais que serviriam para a standardização de um conjunto de bens ou produtos da cultura e a disponibilização (e inculcação) de informações (que podem ser de natureza política, noticiosa ou moralizadora) acabam por reproduzir as formas de diferenciação social. Jaqueline Cunha (2009) diz que após o expediente nas tipografias e na Biblioteca Pública, os intelectuais e o público interessado se reuniam para ler e discutir os jornais recebidos de outras localidades, o que servia para “homogeneizar o repertório” (2009, p. 20). Ou seja, ler um jornal demandava o domínio da linguagem culta e rebuscada da época, da mesma forma que o domínio das formas discursivas, tanto para a produção quanto para o consumo, eram signos de “riqueza” e autoridade associados ao *habitus* burguês. O que não significa afirmar que a origem da autoridade dos produtores dos

discursos estivesse no próprio discurso e em sua forma culta, mas sim nas condições sociais objetivas dos agentes e das relações de produção e consumo.

Segundo Rildo Cosson citado por Cunha (2009), no século XIX “o exercício da literatura era uma parte da vida pública, com escritores se engajando em todas as questões da sociedade da época” (2009, p. 24). Também, conforme Francisco Rudiger (1993), no Brasil durante o período de construção do Estado Nacional, “as forças políticas descobriram o emprego da imprensa na formação da opinião e os políticos ligaram suas carreiras às atividades jornalísticas” (1993, p. 12). Em outras palavras, o trabalho literário e jornalístico foi se construindo como uma atividade na qual deveriam imiscuir-se todos aqueles que desejassem trilhar a senda da vida pública. Neste período as atividades políticas, literárias e jornalísticas tornam-se partes constitutivas e inseparáveis da ação do homem público, que as utilizava para alcançar fins pragmático-partidários imediatos resultando que “a classe política transformou a imprensa em agente orgânico da vida partidária”, mas esse movimento produziu outro reflexo “a propriedade de um jornal se tornou meio de ascensão política” (1993, p. 24). Com o tempo o trabalho na imprensa foi sendo reconhecido como capaz de dotar um indivíduo de *distinção* concomitantemente ao processo em que os políticos foram assumindo a “função social de jornalistas”. Assim, a função de jornalista associou-se à posse do capital simbólico indispensável e passível de ser convertido facilmente em capital social e político, necessário para “alavancar” uma carreira pública. Esta podia ser uma via especialmente útil aos indivíduos que, desprovidos de capital econômico e cuja classe social de origem não era a dominante, desejassem formas de acesso e ascensão a posições na estrutura de poder.

Neste aspecto Salis Goulart representa um bom exemplo de indivíduo oriundo de setores médio-urbanos – não aristocráticos – da sociedade que buscavam a ascensão social, mas que por conta da família podia contar com um certo capital de relações sociais. Seu pai – Virgílio Goulart, natural de Bagé, nascido em 1872 – era agrimensor.⁴⁵ Seus tios maternos, Armando Salis e Oscar Salis, eram farmacêutico

⁴⁵ Na época a profissão de agrimensor exigia a formação superior. Possivelmente, Virgílio Goulart tenha estudado no *Liceu de Agronomia, Artes e Ofícios* (criado em 1887) que depois recebeu o nome de *Liceu Rio-grandense de Agronomia e Veterinária* em 1889. Este liceu foi reorganizado em 1909 com o nome de *Escola de Agronomia e Veterinária* (Osório, 1922, p. 164). O certo é que Virgílio Goulart não era desprovido de capital cultural. Em 1900 chegou a produzir *O Almanaque Recreativo Sul-Riograndense*, juntamente com Júlio César na cidade de Bagé (Almeida, p. 314). Teve poesias publicadas no *Almanaque Literário do Estado de São Paulo*, s/d. (Martins, 1978, p. 258).

e Coronel do Exército, respectivamente.⁴⁶ Aos 15 anos incompletos Salis Goulart foi para Pelotas como pensionista para estudar no Ginásio Pelotense.⁴⁷ A descrição de sua entrada no colégio ficou registrada na revista *Ilustração Pelotense* (1922): “*Por volta de 1915 entrava eu ainda bisonho pelo ar da roça, no Ginásio Pelotense onde o meu espírito ia buscar avidamente as luzes desejadas da instrução*”. Somente sete anos depois – o que mostra a rapidez de sua ascensão como escritor no cenário intelectual local – Salis escreve no mesmo artigo e na mais importante revista da cidade, sobre o clima intelectual que predominava no Ginásio no seu tempo de aluno: “*o Ginásio Pelotense era então uma colméia de intelectualismo, onde fervilhava o que Pelotas tinha de mais seletos entre as suas inteligências*”. Aos “*lentes*” da instituição se referia como “*plêiade brilhante*”.

Não temos fontes disponíveis que dêem indicações precisas sobre as condições materiais de sua família e sobre a forma como foi custeado o curso superior de Salis Goulart, mas o fato é que continuou seus estudos na *Faculdade de Direito* de Pelotas formando-se bacharel em fevereiro de 1922. A criação de uma Faculdade de direito na própria cidade facilitou o acesso dos filhos das classes abastadas à formação superior, que não precisariam sair de Pelotas para completar os estudos, e ao mesmo tempo, possibilitou o ingresso de jovens oriundos dos setores médios que não teriam recursos econômicos para estudar em Porto Alegre, São Paulo ou Rio de Janeiro, e introduziu um novo elemento no modelo de reprodução social das classes dirigentes e na divisão do trabalho político e intelectual. Desde o começo, a faculdade distribuiu bolsas de estudo aos estudantes que não tinham como pagar seus estudos, cumprindo certos propósitos defendidos pela maçonaria. Mas, sobretudo, a faculdade de direito se tornou a principal instância de recrutamento e formação dos futuros quadros políticos e intelectuais da classe dirigente local.

⁴⁶ Embora seus tios maternos vivessem ainda em Bagé, é possível que em algum momento seus contatos políticos e sociais decorrentes de suas atividades profissionais tenham sido mobilizados em favor da formação de redes de relações sociais que impulsionaram o início da carreira de Salis.

⁴⁷ Segundo Fernando Osório, o Ginásio Pelotense foi fundado pela maçonaria “*empenhada na disseminação de escolas onde o ensino leigo assegurasse a liberdade de consciência aos futuros cidadãos de uma democracia*”. Anexas ao Ginásio foram criadas as Escolas de Farmácia e de Odontologia. Além disso, da Congregação do Ginásio Pelotense saiu o projeto de fundação da Faculdade de Direito, que começou a funcionar em 1913. (Osório, 1922, p. 165). A criação da Faculdade de Direito de Pelotas pode ser compreendida no contexto de abertura das faculdades livres de direito, depois da Reforma Rivadávia Correa, de 1911, que instituiu “a liberdade de ensino com vistas a eliminar os privilégios acadêmicos, estabelecer a competição livre, tudo isso com o objetivo de aperfeiçoar os padrões de ensino então vigentes”. (Miceli, 1979, p. 36)

Enquanto estava no curso superior cumpriu também o serviço militar.⁴⁸ Sobre os seus esforços e dificuldades durante este período há o registro de uma carta que escreveu a sua noiva Walkyria de Araújo Neves que residia na cidade vizinha, Rio Grande.

Minha querida Walkyria

Arranjei com o comandante do Batalhão dispensa do exercício da manhã e também dispensa para fazer exames, embora coincida como exame de companhia. Entretanto, havendo marcha para fora em dia que não for de exame, ele não dispensa. Os meus exames são nos dias 9, 10, 12, 16 e 17. Tenho pedido ao nosso Divino que me proteja. Tenho pensado muito em ti, minha adorada. Tu és o meu único consolo nesta vida de martírios. Recebi uma carta de Monteiro Lobato, dizendo que o meu livro já entrou para o prelo juntamente com outros; que tem demorado devido ao assassinato do cunhado do gerente; mas que espera breve me ir mandando as provas. É por ti que eu trabalho, é por ti que eu estudo. Tenho andado muito nervoso, porque é quase certo que vou marchar para fora nos dias que medei entre as provas escrita e oral, em que eu deveria estudar. Ontem perdi o sono. Entretanto, acho-me agora um tanto mais calmo. Domingo, pensa muito em mim, sim? Pensa naquele que vive só por ti e que respira só porque sabe que tu és tão santa, tão doce, tão carinhosa como um coração de irmã que me consola e que me guia nesta estrada de abrolhos. Adeus! Recebe todo o meu presente; toda a minha vida, todo o meu futuro.

A carta não possui data. Mas podemos inferir que foi escrita nos meses finais do ano de 1921. O livro mencionado na carta, o *Chuvas de Rosas*, só foi publicado em 1922, editado por Monteiro Lobato. Salis queixa-se à noiva que terá de realizar os exames do curso (provavelmente as provas finais da faculdade de direito) na mesma semana de marchas e manobras militares. Conciliar as duas atividades parece ao jovem Salis um trabalho penoso: “*nesta vida de martírios*”. O fato de não poder dedicar-se aos estudos nos dias que intercalam os cinco dias de exames é capaz de o deixar nervoso a ponto de lhe tirar o sono. Salis Goulart declara que seus esforços para seguir a “*estrada de abrolhos*” se justificam por Walkyria, “*seu único consolo*” a quem dedica sua vida: “*Recebe todo o meu presente; toda a minha vida, todo o meu futuro*”. Esta carta é um registro importante, pois remete às dificuldades e ao empenho e luta de Salis para conquistar o diploma de formação superior, que representava o capital cultural necessário para uma trajetória profissional e intelectual reconhecida, uma vez que seus interesses apontavam neste sentido, pois já possuía um livro de poesias publicado a esta altura – *Auroras*

⁴⁸ Provavelmente com seu soldo de soldado Salis tenha custeado (parte de) seus próprios estudos na Faculdade.

e *Poentes* (1919) – e outro em vias de publicação – *Chuva de Rosas* (1922). Para Bourdieu a transmissão da competência legítima da arte, da literatura ou de outras dimensões do capital cultural, segundo critérios escolares depende do nível de instrução estimado pelos títulos sociais e pela trajetória social.

Na faculdade Salis deu os primeiros passos na atividade de imprensa. Trabalhou como redator da folha dos alunos do curso de direito – *O Acadêmico*. Em 1919 já era o redator-chefe do periódico. Neste jornal acadêmico eram publicados notas e artigos referentes à sua instituição, ao corpo docente e discente, mas também notícias da cidade. Nele publicavam-se, ainda, poesias e notas literárias escritas pelos próprios alunos. A folha mantinha-se através do apoio financeiro dos anunciantes e também contava com assinantes, que acreditamos serem poucos, possivelmente os professores da instituição. Desta maneira os acadêmicos podiam exercitar suas habilidades de escrita jornalística e literária, importantes para exercer de forma bem sucedida a profissão do direito, pois o jornalismo constituía-se uma espécie de tribuna para os advogados e políticos. Da mesma sorte que através das idéias e talentos revelados nas páginas do “*Acadêmico*”, os professores podiam perceber quais dentre os jovens estudantes se destacavam como “promissores” pelas competências propriamente intelectuais e pelo alinhamento ao pensamento político e social da classe dirigente. Dali começava-se a criar expectativas sobre aqueles alunos que mereciam maior atenção e futuramente poderiam ser recrutados aos quadros intelectuais e políticos. Ainda em 1919, Jorge Salis Goulart foi designado representante e correspondente da revista estudantil *Ariel* de Montevideu.

Desta forma Salis é introduzido no “jogo” da produção cultural em uma posição muito subordinada. Em relação aos professores – que representavam posições dominantes – os jovens acadêmicos tinham a “obrigação tácita” de conquistar a aprovação e, quiçá, a admiração. Ressalte-se que, de forma geral, jornalistas, escritores, os professores e alunos de escola superior ocupavam posições de dominados dentro da classe dominante, sendo que os alunos não oriundos da própria classe dominante ocupavam posições mais subordinadas ainda. Portanto, mais do que um espaço de exercício livre do aprendizado da prática jornalística, o trabalho no jornal acadêmico era uma tribuna para os alunos mostrarem algum talento e expressarem uma visão comprometida com a reprodução da ordem social.

A experiência na redação do *Acadêmico* foi para Salis o início de uma trajetória bem sucedida no campo jornalístico para o resto da vida. Depois de formar-se em 1922, Jorge Salis Goulart teve sua primeira experiência profissional no jornalismo como redator-chefe do *Jornal da Manhã*, fundado naquele mesmo ano e que funcionou até 1925. O cargo de redator-chefe de um jornal representava uma *posição* social importante que abria possibilidades para o estabelecimento de laços e redes sociais fundamentais para o crescimento e afirmação profissional e intelectual. Em outras palavras, permitia aumentar o seu capital social necessário para conquistar e consolidar melhores posições no espaço social. Ao escrever uma carta e subscrever abaixo de seu nome “*Jornal da Manhã*” o redator-chefe acionava o capital simbólico da empresa jornalística com o qual podia jogar com outros escritores, jornalistas e críticos literários de Pelotas, Porto Alegre, Rio de Janeiro ou Montevideú. Ou ainda, para tratar com políticos locais usando o prestígio e o “poder” do jornal para obter o reconhecimento de sua posição em um jogo permanente pelo acúmulo de mais capital simbólico. Nas relações estabelecidas entre os agentes dos diferentes campos, político ou intelectual de modo geral, estes agentes procuravam deixar clara a sua posição dentro do seu respectivo campo, pois ao fazer isso, ao mesmo tempo, queriam obter o reconhecimento de suas posições e também expressar o seu volume e espécie de capital acumulado do qual poderiam lançar mão em “benefício” do outro, em uma relação de barganha ou “troca de favores”.

Quando Salis é inserido no mundo profissional da imprensa pelotense – na década de 1920 –, esta já conta com sete décadas de existência, portanto já está constituída uma rede estruturada de relações que incluem posições de aproximação e afastamentos entre proprietários, políticos, redatores, colaboradores, anunciantes e leitores. A imprensa também logrou conquistar ao longo das décadas a geração e o acúmulo de capital simbólico para o “campo” jornalístico através da credibilidade e prestígio alcançado pelos intelectuais ligados a imprensa.

Jorge Salis Goulart trabalhou na redação do *Jornal da Manhã* até a extinção do diário em 1925. Simultaneamente, trabalhou como correspondente telegráfico e epistolar para o *Diário de Notícias* de Porto Alegre. A partir de 1º de setembro de 1925, passou a desempenhar unicamente a função de correspondente epistolar enviando para o periódico da capital do estado notícias sobre a “*vida pelotense nas suas múltiplas formas de atividade*” e crônicas literárias.

Sua próxima experiência como jornalista foi como diretor do principal jornal de Pelotas, *O Diário Popular*, a partir de 11 de novembro de 1927. Neste mesmo mês também assumiu a função de correspondente de “*A Federação*”, da capital do estado. Estes dois jornais eram os órgãos oficiais do Partido Republicano Riograndense, em Pelotas e em Porto Alegre, respectivamente. Salis Goulart a partir de então seria reconhecido como jornalista político. Sua relação com o PRR, no entanto, é anterior, desde os tempos de aluno da Faculdade de Direito. O *Acadêmico*, de 19 de novembro de 1922, publicou o discurso de Salis Goulart proferido às vésperas da eleição para a presidência do estado. Salis falou em nome da “mocidade acadêmica republicana de Pelotas” aos líderes do Partido Republicano na cidade de Pelotas, entre eles o “chefe” Coronel Pedro Osório:

A Função Social do Partido Republicano Castilhistas
 [...] foi essa função social do Partido Republicano Castilhistas: vencer o caudilho em toda a linha. E essa continuará sempre a ser enquanto a administração dos seus governos for lançando as bases sólidas de todos os progressos materiais: incremento da instituição pública, colonização eficiente, estrada de ferro e portos, enfim tudo o que torna o Rio Grande do Sul uma fonte produtora de energia e de exemplos de solidariedade para o resto do Brasil. [...] É por isso que a mocidade republicana, num gesto de gratidão ao partido que semelhante a um deus tirou do caos da desordem o nosso organismo político e social, é por isso que a mocidade acadêmica republicana de Pelotas proclama como seu candidato à próxima eleição para presidente do estado o nome benemérito do chefe glorioso desse partido, o Dr. Borges de Medeiros.

Este discurso sintetiza uma tomada de posição de Salis como estratégia (consciente ou não) para aumentar seus recursos sociais mediante a fala autorizada em nome de seus colegas acadêmicos – o que por si só revela a posse de alguma espécie de competência social – firmando o apoio ao chefe do partido dominante no estado desde o fim do século XIX, o PRR, e a algumas bandeiras históricas do partido. A entrada para o PRR assim deve ser compreendida como um “caminho natural” para o jovem que pretendesse alcançar algum grau de sucesso profissional, especialmente quando sua formação escolar havia se dado em uma instituição fundada por republicanos.

Portanto, quando se diz “estratégia” não se quer afirmar com isso uma ação orientada por uma lógica ou princípios intencionais claros para o agente. Muitas vezes as estratégias de carreira dos indivíduos, além de não seguirem uma única lógica de intencionalidade, são “impostas” pelas condições sociais objetivas. Assim,

paralelamente ao esforço para ampliar o capital cultural mediante a posse do diploma de formação superior, também procurou ampliar seu capital social através da vinculação político-partidária e da projeção que sua condição de porta-voz dos acadêmicos e redator-chefe da folha escolar puderam lhe oferecer, num processo homólogo e sincrônico.

Os efeitos da sua tomada de posição no partido dominante da política rio-grandense foram importantes e permanentes na trajetória do intelectual Salis Goulart. Através da militância e engajamento no PRR, Salis pode constituir redes sociais fundamentais para sua carreira, seja como jornalista, intelectual ou professor. Nisto, percebe-se o quanto naquele momento histórico e naquelas condições sociais o meio intelectual era dependente em relação ao campo político. As estratégias intelectuais de um agente dependem estreitamente de sua posição na estrutura de distribuição do capital intelectual, que por sua vez é uma posição de dominado dentro da classe dominante (Bourdieu, 2006). A condição de dominado é duplamente acentuada, no caso de Salis, pois o reconhecimento e a legitimação intelectual na época são dados em parte pelos agentes do campo político, e porque sua origem social não é a classe dominante.

A admissão de Salis Goulart como diretor do *Diário Popular* assim como a colaboração em *A Federação* se deram evidentemente em função de sua ligação com o PRR e suas redes e laços de lealdade dentro do partido. Fazia parte da rede de sociabilidades fundamental de Jorge Salis a tradicional família Osório de Pelotas, acionada em muitos momentos para conseguir favores no campo político e intelectual. Os Osório⁴⁹ foram praticamente os responsáveis pela introdução de Salis em muitas arenas abrindo-lhe muitas portas, através da mobilização de seu poder político e do extenso capital de relações sociais no interior da classe dirigente; por exemplo, a nomeação como correspondente da *A Federação* em Pelotas que se deu por indicação do Coronel Pedro Luiz da Rocha Osório. Também fazia parte da

⁴⁹ A família Osório formava um dos clãs mais importantes e influentes de Pelotas desde metade do século XIX. A partir da Guerra do Paraguai, no entanto, a importância política da família ganha projeção nacional. O patriarca da família, o General Osório tornou-se Ministro da Guerra do Império. Dentro da estratégia familiar de poder, os filhos do General Osório foram estudar no Rio de Janeiro. Entre seus netos, Joaquim Osório seguiu a carreira política mais centrada no Rio de Janeiro como Deputado Federal pelo Rio Grande do Sul, enquanto Fernando Luís Osório Filho permaneceu em Pelotas cuidando da arena política doméstica, gerindo os bens econômicos da família, bem como assumindo os encargos do trabalho intelectual. A família Osório também ampliou o poder político e o capital de relações sociais através do mercado matrimonial com as famílias de charqueadores mais ricas da cidade.

mesma rede de amizade e solidariedade o jornalista e correligionário Pedro Vergara, que fora diretor do *Diário Popular* até 1925, sendo então substituído por Salis Goulart, quando transferiu-se de Pelotas para Porto Alegre para assumir a direção de *A Federação*. Estes dois diários são exemplos de jornais ligados a um partido político, no caso, o PRR e depois Partido Republicano Liberal. Portanto, a pessoa escolhida para dirigir uma destas folhas precisava ter demonstrado inequívoco compromisso ideológico com o partido e que desfrutasse da confiança dos líderes políticos na sua competência profissional e intelectual. Em editorial do *Diário* de 13 de janeiro de 1927 Salis foi apresentado como novo diretor da folha:

Assume hoje as funções de diretor deste órgão republicano, o nosso dedicado companheiro político Jorge Salis Goulart, nome lisonjeiramente conhecido nas letras rio-grandenses e afeito as lides jornalísticas, onde se há distinguido pelo seu talento, cultura e ardor partidário.

No desempenho da elevada missão que lhe é confiada pela direção do partido republicano de Pelotas, terá o Sr. Dr. Salis Goulart ainda melhor ensejo de patentear os seus apreciados predicados intelectuais, seguindo a rota traçada pela superior orientação republicana do Rio Grande do Sul, da qual o “Diário Popular” é autorizado e legítimo representante. (Diário de Pelotas, 13-01-1927)

Segundo Rudiger (1993), neste período a política impôs a profissionalização do jornalista: “não havia espaço para amadorismo” e ainda “os partidos dispunham de seus órgãos regulares, mantidos cada vez mais por pessoal profissionalizado nesse tipo de jornalismo, dominante na época” (1993, p. 33).

João Luso fez um registro sobre esse período em que Jorge Salis Goulart estava na direção do *Diário Popular*. E conta como ficou impressionado com a rapidez e facilidade de Salis para escrever seus artigos políticos, que levam a reforçar a idéia do “profissionalismo” da atividade do jornalista político:

Estive em sua casa, adorável de meiguice hospitaleira, acompanhei-o a sua redação. E uma noite, entre o cinema e o jantar, vi-o escrever um artigo político. Francamente, nunca eu seria capaz de imaginar que sobre tão graves questões – como sempre hão de ser as políticas – se pudesse discorrer, disreterar assim. Salis Goulart que era nutrido, claro de pele, de olhos suaves, um todo de benignidade pachorrenta, sentou-se diante da máquina, desceu as mãos carnudas e alvas sobre as teclas e entrou a “tocar” o artigo. Ainda perguntei se a minha presença não o incomodava. Responde que não absolutamente. Indaguei que tempo aquela tarefa lhe tomaria. – Vinte, vinte e cinco minutos... declarou ele, sem interromper a labuta dos dedos pelo teclado.

Cheguei a pegar um jornal, para entreter o tempo, enquanto ele redigisse o seu artigo de fundo.

Não foi preciso. O seu próprio trabalho me prendeu, me fez esquecer os minutos que voavam. O artigo saía sem interrupções, sem hesitações, [...] A prosa do diretor do *Popular* corria assim por um declive doce, tocando com a sua ondulação ligeira às margens eriçadas, às vezes, dos espinheiros, ou enredadas no cipoal da política. Era o tempo estritamente necessário para compor as palavras e os períodos... o busto do jornalista conservava tal tranqüilidade e tão pouco os seus braços se moviam que chegava a parecer tudo aquilo obra da máquina, como se esta, por si mesma, pensasse, matraqueasse, pusesse as vírgulas e os conceitos, e os ditos amenos e as imagens sensacionais... corridos vinte e um minutos – puxei o relógio – Jorge Goulart levantava-se, sempre calmo, levemente risonho. E como eu o cumprimentasse por aquele dom admirável de improvisado: – devo confessar, disse ele, que um soneto, e as vezes uma simples quadra me leva muito mais tempo a fazer.

Sabem quem, nesse momento, ele me recordou? O nosso Castro Menezes que, redigindo os seus profundos, substanciosos artigos sobre economias e finanças em quaisquer destas mesas da redação, sem deixar de colaborar na palestra dos companheiros com as mais estouvadas pilhérias, mas desde que passasse a escrever uma crônica de fantasia, se isolava, se concentrava como um algebrista sobre um problema novo – e aí de quem o fosse interromper! Goulart lidava com os princípios políticos e a mais emaranhada luta de partidos, como Menezes com os castelos feitos de algarismos formidáveis. E, infalivelmente se mostrando senhor do assunto, acertava sempre. (Jornal do Comércio, Rio de Janeiro, 1935)

João Luso termina por exaltar as qualidades de cronista político de Salis, porém a meu ver sua facilidade para lidar com a escrita política era decorrente de uma prática constante imposta pela necessidade de editar um jornal diário. A atividade cotidiana levava ao apuramento “técnico”. Possivelmente os assuntos mudassem de um dia ao outro, mas o pano de fundo ideológico-partidário permanecia o mesmo. Portanto, ao jornalista cabia dar às “novas” contendas políticas a tonalidade exigida pelo interesse partidário imediato matizado por um quadro ideológico mais geral.

Outra característica da “profissionalização” do jornalismo político e que aponta para o caráter orgânico da profissão era a imposição pelo diretor do jornal de uma pauta de discussões e temas a serem desenvolvidos pelo corpo editorial, em especial nos momentos de crise ou agudização de alguma luta política ou eleitoral. Por exemplo, no ano de 1932, período conturbado na política estadual⁵⁰, Salis Goulart recebeu uma correspondência de Pedro Vergara, diretor de *A Federação*, na qual este encomenda um artigo “*curto mas de grosso calibre*”:

⁵⁰ O contexto da Revolução Constitucionalista levou a oligarquia gaúcha a cindir-se. Uma parte ficou contra o governo central e outra, sob a liderança do interventor Flores da Cunha, manteve o apoio ao governo de Getúlio Vargas. Depois da pacificação do estado, Flores da Cunha fundou o Partido Republicano Liberal que “tornou-se o porta-voz, a nível político-partidário, da corrente da oligarquia gaúcha que ficara ao lado de Vargas” (Pesavento, 2002, p. 109).

Porto Alegre, 8 de dezembro de 1932.

Jorge amigo,

Saúde

A Federação está na brecha. Precisamos a cada instante meter mais e mais lenha na fôrnalha. [...]

Manda-me já e já o teu primeiro artigo que deverá ser curto mas de grosso calibre.

Sem mais, um abraço do velho

Pedro Vergara

As alegorias de “batalha” expressas pelas imagens de “brecha” e “calibre” para emprestar um caráter de urgência e veemência ao pedido que o diretor da folha republicana da capital faz ao colaborador político pelotense, mais do que apenas figuras de linguagem, fazem alusão ao caráter da atividade do jornalismo político na época que, muitas vezes ao longo da década de 1920, teve de enfrentar em termos de violência política no sentido literal.

No ano seguinte, quando solucionada a crise e consolidada a vitória de Flores da Cunha e do Partido Republicano Liberal⁵¹, Vergara “pede” novamente “colaboração” de Salis para um número especial da folha.

Porto Alegre , 29 de maio de 1933.

Prezado amigo Dr. Jorge Salis Goulart

Pelotas

Saúde

A Federação, por iniciativa minha, vai dedicar um número especial à vitória do nosso partido, e eu quero, então, prestar uma grande homenagem ao nosso formidável condutor, o general Flores da Cunha, a quem tudo devemos: a salvação do Rio Grande e da República e a formação do nosso partido.

Aquele número especial, pois, deverá conter uma poliantéia, com a colaboração de todos os nossos escritores políticos à figura extraordinária de Flores da Cunha. Peço, pois, com urgência, a tua colaboração, para esse número.

Sem outros motivos, sou

Am^o grato e ador.

Pedro Vergara

Diretor

Além do caráter de beligerância da atividade jornalística ligada à política e dos excessos de louvor ao líder republicano que saltam aos olhos, vemos pelo tom usado nestas duas cartas que o colaborador político era em última instância um “empregado” do partido. Sem rodeios o diretor declara “*peço, pois, com urgência, a*

⁵¹ O Partido Republicano Liberal formou-se basicamente por elementos do PRR e, em menor medida, contou com a adesão de membros do Partido Libertador. A tomada de posição de Salis Goulart ao lado das forças políticas lideradas por Flores da Cunha reconverteu-se em ganhos profissionais. Ao ser fundado o PRL, Salis Goulart tornou-se membro da executiva municipal do partido em Pelotas e primeiro diretor do jornal do partido naquela cidade, o Diário Liberal.

tua colaboração para esse número”, não deixando espaço para negativa do jornalista. Estas cartas espelham o momento já vivenciado desde a década de 1920 de crise do Partido Republicano e está relacionado com a própria crise desse tipo de jornalismo político que atinge seu grau máximo com a instalação do Estado Novo em 1937.

2.2. Redes de relações e possibilidades de inserção no meio intelectual em 1920

Não se pode falar em campo de produção cultural, relativamente autônomo, no Brasil antes de 1930. Contudo, desde a segunda metade do século XIX, desenvolveram-se no Rio Grande do Sul diversas instâncias de produção cultural, tal como associações literárias – sendo o Parthenon Literário, a principal – as escolas superiores, as faculdades livres de direito, a imprensa, revistas, livrarias, museus, etc. Todas essas instâncias culturais, de forma diferenciada, tinham que pagar seu tributo ao campo político, mas constituem o estágio embrionário de uma elite intelectual e do campo da produção da cultura do século XX.

Paralelamente ao desenvolvimento da imprensa no estado, proliferaram os almanaques, que consistiam em publicações anuais com muitas informações de caráter geral, tais como estatísticas, calendários, tarifas públicas, instruções de higiene, poesias, etc. Já destacamos no item anterior que Pelotas e Rio Grande, pólo das indústrias saladeiril e portuária do estado foram, até 1890, o centro industrial do Rio Grande do Sul. A prosperidade econômica fez-se acompanhar do desenvolvimento cultural. Este fato é observado, por exemplo, através da presença da publicação dos almanaques na região.

A partir dos dados apresentados por Marlene Medaglia (1983), que teve como base o texto de Julio Petersen publicado no Correio do Povo em 1967, e também utilizando os dados citados por Luiz Antonio Assis Brasil (1999) temos o seguinte quadro do número de almanaques publicados no Rio Grande do Sul no século XIX por local de publicação:

Cidade - RS	Número de Almanagues – séc. XIX
Porto Alegre	6
Rio Grande	3
Pelotas	6
Caçapava	1
Cruz Alta	1
Santa Maria	1
Bagé	1

Quadro 2 - Almanagues rio-grandenses no século XIX. Fonte: Almeida, 1983, p. 313, 314; Assis Brasil (org.), 1999.

Conforme o quadro acima, vemos que no século XIX há um predomínio de publicações no sul do Rio Grande do Sul, e se tomarmos em conjunto as cidades de Rio Grande, Pelotas e Bagé, vemos que 10 dos 19 almanagues publicados no século XIX no Rio Grande do Sul foram editados na região sul do estado (província). A despeito de que tais fontes não sejam completas, oferecem, ao menos, uma visão parcial sobre o desenvolvimento e distribuição espacial de uma das instâncias do campo de produção cultural naquela época, a saber, aquela ligada à imprensa, já que boa parte destes almanagues era vinculada a jornais.

Como vimos no primeiro capítulo, as primeiras e principais gráficas do Rio Grande do Sul no último quartel do século XIX pertenciam a livrarias cuja sede também estava no sul da província. Era o caso da Livraria Americana com sede em Pelotas e depois instalada em Rio Grande e Porto Alegre, e da Livraria Universal que fez o mesmo itinerário de expansão. Ambas por fim fixaram sua sede na capital rio-grandense. Estas livrarias, além de exercerem um papel fundamental na difusão da cultura no final do Império e depois no início do período republicano no Rio Grande do Sul, também foram importantes na formação de um “gosto” literário burguês que influenciou uma geração de jovens que aspiravam à carreira intelectual.

A Livraria Americana popularizou diversos títulos da literatura universal traduzidos para o português, através da coleção de bolso que podia ser adquirida a preços acessíveis, já que os livros eram editados sem pagar os direitos autorais. Por seu turno, a Livraria Universal publicava um bom número de títulos não traduzidos da literatura francesa, cuja leitura requeria o domínio do francês, não estando, portanto, ao alcance de toda a população alfabetizada, senão àqueles que faziam parte das elites letradas e que receberam uma educação erudita, e este tipo de

literatura encontrava melhor mercado no campo das famílias aristocráticas tradicionais como o que existia em Pelotas.⁵² Estes elementos constituíram em parte o campo de possibilidades no âmbito da cultura que permitiu a formação de um meio intelectual relativamente produtivo no Rio Grande do Sul, em especial em Pelotas, no início do século.

Estas condições, ao lado de muitas outras, prepararam o terreno para que surgisse no século XX no Rio Grande do Sul – ainda que timidamente para os padrões atuais, mas significativo para a época – um incipiente campo da produção cultural, e uma geração de jovens escritores se lançasse na competição por um espaço neste campo, tendo que lidar com vicissitudes próprias de um campo em estado rudimentar de diferenciação e que aos poucos lograva conquistar uma lógica própria, porém longe ainda de ser autônoma.

Os intelectuais envolvidos no processo lento e contínuo de esboço e formação de um campo de produção cultural no Rio Grande do Sul, nas primeiras décadas do século XX, tiveram que enfrentar a condição “periférica” dentro do *campo* intelectual brasileiro, ou seja, na “estrutura das relações objetivas entre posições que ocupam os indivíduos ou os grupos posicionados em posições de concorrência pela legitimidade” (Bourdieu, 1996). Esta condição os colocava em nível desfavorável na luta pela conquista de espaço com intelectuais de outras regiões do país, pois antes de entrarem em luta concorrencial necessitavam obter em primeiro lugar o reconhecimento dos pares nacionais.⁵³

O campo da produção cultural na década de 1920 era bastante elementar e limitado. No entanto havia uma efervescência cultural. Vários fatores contribuíram para que surgisse uma geração de novos escritores que ao longo da década de 1920 buscaram “*um lugar ao sol*” no cenário intelectual rio-grandense e que foram a vanguarda do processo de diferenciação do “campo” intelectual local. Entre estes fatores podemos citar: a criação das escolas superiores de Porto Alegre, criação das faculdades de direito, aumento da escolarização, crescimento no número de livros produzidos por gráficas do estado, a tradição jornalística decorrente de uma

⁵² Jaqueline Cunha (2009) organizou uma lista dos livros anunciados pela Livraria Universal através dos jornais da época (séc. XIX), segundo a qual 36 títulos eram oferecidos em francês e 24 títulos oferecidos em língua portuguesa (Cunha, 2009, p. 178-180). Esta lista não representa, por certo, a totalidade dos livros ofertados pela livraria, tampouco somente os livros por ela publicados e sim os que eram vendidos, portanto, para os quais existia mercado tanto pela demanda do consumo e do gosto burguês, ao qual ao mesmo tempo ia construindo e consolidando.

⁵³ Lembramos ao leitor a fala de Alcides Maia sobre o período do início do século XX: “*Éramos novíssimos e queríamos o nosso lugar ao sol. Espaço e luz para todos...*” (Almeida, 1994, p.46).

imprensa forte, o aumento do número de livrarias, os locais de sociabilidades culturais e intelectuais, etc.

Como dissemos anteriormente, estes jovens intelectuais se depararam com diversas dificuldades, das quais ressaltamos: primeiro, não havia um campo intelectual estruturado e diferenciado de outros campos, em especial, do campo político, na década de 1920; segundo, o campo que se esboçava naquele momento era periférico em relação ao campo da produção cultural nacional, cujo centro estava no eixo Rio-São Paulo; e por fim, os jovens escritores sequer haviam tido trabalhos publicados até 1926.

Dentre as condições objetivas que favoreceram a progressiva diferenciação do campo intelectual local, destacamos a criação de espaços de produção e difusão da literatura rio-grandense. Neste sentido, a *Livraria do Globo* destaca-se pelo papel importante na publicação de autores locais, da publicação do *Almanaque Globo* a partir de 1917 – primeiro grande projeto editorial da empresa – e da *Revista do Globo*, criada em 1929. A trajetória da *Livraria do Globo* se confunde com a própria formação do campo de produção cultural no Rio Grande do Sul. A partir de meados da década de 1910 a *Livraria do Globo* logrou conquistar um importante capital simbólico através da publicação do *Almanaque do Globo*, que teve como diretores Mansueto Bernardi⁵⁴ e João Pinto da Silva⁵⁵. Este último desfrutava do *prestígio* de ser um importante crítico literário no estado, e cujo reconhecimento no campo intelectual foi mobilizado a favor do *Almanaque* e também da própria Livraria. Mansueto Bernardi tornou-se o administrador e divulgador da seção de obras e edições da livraria de 1918 a 1930. Na prática atuava como “*editor*” da casa. Foi o responsável por lançar praticamente todos os jovens escritores do “*grupo do Café Colombo*”. Imprimiu as diretrizes seguidas pela Livraria e implementou um projeto literário, intelectual, comercial e político durante a década de 1920, e que serviu de base para que na década de 1930 a *Livraria do Globo* se tornasse uma das três principais editoras do país. Lançou e foi o primeiro diretor da *Revista do Globo* em 1929, antes de afastar-se da Livraria para ocupar o cargo de diretor da Casa da Moeda no Rio de Janeiro a pedido de Getúlio Vargas, em 1931.

⁵⁴ Mansueto Bernardi (1888-1966), poeta, crítico literário, historiador e ensaísta. Administrador da Editora Globo, diretor da Revista do Globo. Foi Intendente de São Leopoldo, funcionário da Secretaria do Interior do RS, Diretor da Casa da Moeda (RJ) e membro do IHGRS. (Martins, 1978, p. 81).

⁵⁵ João Pinto da Silva (1889-1950), poeta, crítico, historiador e sociólogo. Jornalista, redator de O Diário, co-diretor do Almanaque do Globo e membro do IHGRS (Martins, 1978, p. 443-4).

A publicação através da gráfica da *Livraria do Globo*, depois *Editora do Globo*, bem como ter seus textos publicados na *Revista do Globo* representava ter acesso a um dos principais canais de legitimação do campo intelectual do Rio Grande do Sul nos anos 1920. A posição estratégica ocupada por Mansueto Bernardi à frente da seção de publicação da livraria permitiu que ao redor de si se criasse um “grupo” de intelectuais – jovens em sua maioria – desejosos da oportunidade de publicar pela livraria: “o grupo da Globo”. A importância da posição de Mansueto era reforçada pela incipiência do campo da produção cultural local, pois não havendo os elementos de diferenciação como autonomia relativa e formas institucionais de legitimação e consagração, a aproximação e os vínculos pessoais eram o caminho mais rápido para se obter o reconhecimento das qualidades intelectuais. A importância do caráter pessoal, mas também o papel estratégico do “editor” no centro das redes de relações intelectuais fazia com que a própria livraria do Globo e o escritório de Mansueto Bernardi se transformassem em um importante local de sociabilidades intelectuais.

Odaci Luiz Coradini (2003) afirma que M. Bernardi era o principal ‘intelectual’ envolvido na defesa da idéia da “cultura” como construção de um “panteão” de “heróis” e “monumentos” da mitologia regional e de um *novo regionalismo* e, também, “um dos principais árbitros quanto aos critérios de avaliação das ‘obras’ dessa ‘cultura’ e sua eventual publicação simultaneamente a serviço da ‘cultura’ e da ‘política’” (2003, p. 8).

O *Relatório da Diretoria* da Livraria do Globo mostra o capital simbólico conquistado pela Livraria sob a tutela literária e administrativa de Mansueto Bernardi. Diz que após o expediente aos sábados convergiam à porta da livraria “intelectuais, artistas plásticos, políticos e profissionais liberais simpáticos à causa da Cultura” (Torresini, 1999, p. 56).

A expansão de gráficas, livrarias e publicações ao longo da década de 1920 fez com que, ao final da década em 1929, o Rio Grande do Sul fosse responsável por 10% dos livros editados no país, atrás apenas do Rio de Janeiro e São Paulo, responsáveis por 60% e 20% dos livros editados no país, respectivamente. Miceli (1979) afirma que em relação às tiragens estes três estados detinham juntos 94% da produção de livros em 1929 (1979, p. 84).

Os relatórios da Livraria do Globo sobre a produção de livros de 1925-1929 apontam para algumas tendências para o período que Mansueto Bernardi dirigiu a

edição da livraria. Das diversas inferências que podem ser feitas a partir do quadro apresentado por Torresini sobre a produção editorial da Livraria do Globo de 1925 a 1929, queremos destacar a visível valorização dos escritores rio-grandenses e da literatura local. Veja-se o quadro abaixo:

Gênero	Frequência	%
Literatura Estrangeira	48	23,6
Literatura Rio-grandense	39	19,1
Literatura Brasileira	-	-
Ciências Sociais e Econômicas	34	16,7
Direito e Legislação	31	15,2
Ciências	16	7,8
Outros	11	5,4
Dicionários, Gramáticas e Teoria Literária	9	4,4
Almanaques e Memoriais	3	1,5
Esportes e Lazer	-	-
Culinária e Trabalhos Manuais	-	-
Não registrados	8	3,9
Não classificados	5	2,4
Total	204	100,0

Quadro 3 - Relatório da Diretoria 1925-1929. Fonte: Torresini, p. 63.

O resultado de uma linha editorial de valorização da literatura regional é que 20% dos títulos editados pela livraria são de escritores rio-grandenses. Torresini cita a entrevista de Mansueto publicada em 1º de janeiro de 1931, que representa um balanço do seu trabalho a frente da seção editorial da Livraria ao longo da década de 1920: *“apesar das enormes dificuldades a vencer, tem sido satisfatório. Nossos volumes se vendem hoje em todo o Brasil. Desapareceu, pode-se dizer, completamente, a prevenção que havia contra o livro da província”* (Torresini, 1999, p. 65). Essa fala de Bernardi revela a persecução de um projeto editorial de conquista de mercado para os livros produzidos no Rio Grande do Sul, mas também um projeto intelectual de busca por espaços no cenário intelectual e literário nacional para os escritores gaúchos durante década de 1920, do qual a Livraria era um dos principais instrumentos de notoriedade dos escritores locais. Também revela a percepção que os intelectuais locais tinham sobre a *“prevenção”* aos livros

produzidos e escritos no sul ao nível de mercado e das instâncias de reconhecimento intelectual em âmbitos nacionais.

Érico Veríssimo ao falar sobre Mansueto Bernardi destaca algumas características do “*mentor literário da Globo*” e ressalta o “projeto” ambicioso da criação de uma editora “nacional” na Livraria do Globo:

Mansueto Bernardi, poeta e prosador, lá estava no primeiro andar, sentado à sua escrivaninha, selecionando livros para pedir a editoras da Itália, da França e da Espanha – ou então lendo originais que autores conhecidos lhe mandavam, na esperança de que o mentor literário da Globo os fizesse editar. Ele próprio era autor de livros como *Terra convalescente*, e a sua quase paixão mística por São Francisco de Assis (o santo, não a cidade) o levaria a reunir um dia num volume os seus ternos *Poemas franciscanos* (1927). Homem inteligente e de boa vontade, tinha uma personalidade catártica, recebia bem – embora sem exageros de cordialidade – todos os escritores que o procuravam, tanto os velhos como os novos. Um de seus sonhos diletos era criar na Globo uma editora de âmbito nacional, projeto esse que não contava com a simpatia da direção suprema da Casa. Nascido em Treviso, Itália, viera Mansueto Bernardi para o Brasil quando ainda menino. Falava agora um português duma pureza castiça, mas com prosódia gaúcha – nítida, escandida, quadrada – e com uma leve musiquinha italiana. Esguio de figura, tinha uma dessas faces angulosas, de lábios finos e olhos esquivos, que a gente encontra nos museus da Europa. (...) Personalidade complexa, tinha ele pela política uma inclinação maquiavélica, que alternava com inocências doçuras franciscanas. (Veríssimo, 1981, p.3-6)

Apesar de “*a direção suprema da casa*” não apreciar a idéia da criação de uma editora de âmbito nacional na Livraria, este projeto veio a consolidar-se na década de 1930 pelas mãos de Érico Veríssimo e Henrique Bertaso. Porém, as bases haviam sido plantadas desde o início da década de 1920, e para cujo resultado concorreu de forma indiscutível o trabalho de Mansueto Bernardi. Evidentemente, tal trabalho não foi um esforço solitário. As ambições e projetos intelectuais e literários daquele período eram debatidos pelos grupos ou rodas de escritores, especialmente os “novos” que queriam ocupar um espaço na cena intelectual e literária. Seria ingenuidade acreditar que tais projetos fossem resultado exclusivo de um gênio particular. As discussões conjuntas destes grupos “*do Café Colombo*” ou “*da Globo*” com frequência giravam em torno dos rumos da literatura no país e da política. Destas discussões nasceram revistas – como a *Madrugada* – e os próximos números do *Almanaque da Globo* (que contava com uma seção literária – e da *Revista do Globo*. A diferença está que individualmente nenhum destes intelectuais (ou sem a existência de uma estrutura como a da Livraria do Globo) teria força capaz para levar a cabo projetos, tal como o de vencer a “*prevenção*” contra os

livros produzidos no Rio Grande do Sul, ou mesmo criar uma revista produzida na “*província*” e que tivesse alcance nacional como a *Revista do Globo*, em outras palavras, conquistar espaço literário para os livros e escritores rio-grandenses no campo da produção cultural do país. Daí decorre o protagonismo da Livraria do Globo que no final da década de 1920 era a única empresa local capaz de se lançar em um projeto como este e, também, de seu diretor editorial Mansueto Bernardi, por ocupar uma posição singular na configuração das redes de relações sociais dentro do campo intelectual e político local durante aquela década.

2.2.1 A inserção de Salis Goulart no campo intelectual de 1920

Jorge Salis Goulart oferece exemplo de um intelectual que se coloca em luta pela geração e acúmulo de capital simbólico próprio do campo intelectual, que enfrentou o obstáculo de pertencer a um campo de produção cultural ainda em fase de formação na periferia do campo intelectual interno. E mesmo no interior do campo do qual fazia parte ocupava posição subordinada, por ser um novato – na carreira e na idade – e também por estar deslocado do centro intelectual local – a cidade de Porto Alegre. E exatamente por enfrentar tais dificuldades e ter de contorná-las, a trajetória⁵⁶ e as estratégias de carreira dentro do campo intelectual de Salis Goulart tornam-se reveladoras do funcionamento deste campo em suas relações internas, bem como em sua relação com os agentes dominantes no campo intelectual nacional, pois é em relação à posição que o agente ocupa no campo que vai definindo sua trajetória e assumindo certas tomadas de posição.

Salis Goulart fez sua estréia no cenário intelectual lançando seu primeiro livro de poesias “*Auroras e Poentes*”, em 1919, publicado pela Livraria Universal. Este livro serviu principalmente para apresentá-lo aos escritores pelotenses e rendeu-lhe frutos no meio intelectual local. A revista *Ilustração Pelotense* publicou um comentário de M. S. Gomes de Freitas:

⁵⁶ A noção de trajetória empregada aqui traduz-se “como uma série de *posições* sucessivamente ocupadas por um mesmo agente (ou um mesmo grupo) num espaço que é ele próprio um devir, estando sujeito a incessantes transformações” (Bourdieu, 1996, p.189).

Antes de aparecer *Auroras e Poentes* o nome de Jorge Salis Goulart era já apontado simpaticamente como o de um inspirado cultor do Verso, no qual sempre procurou obedecer ao seu complexo temperamento individual. Não digo bem *procurou*. Devera antes dizer, para mais me aproximar da verdade, foi subjugado pelas imposições incoercíveis do seu temperamento adolescente, de natural votado a cristalizar no Verso as emoções que lhe salteiam o animo, ainda inexperiente. (Ilustração Pelotense, 15-09-1919)

O escritor e “crítico” pelotense destaca que mesmo antes da publicação de *Auroras e Poentes* já havia expectativas sobre o futuro trabalho de Jorge Salis Goulart como poeta. Sobre o talento ou mesmo sobre o valor da obra nada é dito, a não ser como numa espécie de ressalva sutil que escusa toda a obra pelo “*temperamento adolescente*” e “*ainda inexperiente*” do autor.

Salis enviou uma carta e um exemplar de *Auroras e Poentes* ao mais reconhecido crítico literário do Rio Grande do Sul, que juntamente com Mansueto Bernardi dirigia a publicação do *Almanaque do Globo* e que escrevia artigos de crítica literária nos jornais da capital: João Pinto da Silva. Ao que o crítico respondeu através de carta:

Porto Alegre, 26 de agosto de 1919.
 Meu caro Sr. Jorge Salis Goulart
 Recebi a sua carta e o exemplar das “Auroras e Poentes” que você teve a bondade de me enviar, com a mais cativante e imerecida das dedicatórias. O seu livro, apesar de tudo, nos promete um esplêndido poeta. Não se preocupe com o que lhe não diz e muito menos com o que lhe possa dizer a imprensa, daqui, do Rio, de qualquer parte. Há no seu temperamento, na sua inteligência elementos de primeira ordem, com os quais triunfará, mais hoje, mais amanhã sem necessitar do elogio de ninguém.
 Receba um fraternal aperto de mão
 Do seu confrade patrício e admirador
 João Pinto da Silva

Esta resposta de João Pinto da Silva talvez não tenha agradado ao Jorge Salis. Em lugar de uma crítica elogiosa ao seu primeiro trabalho, o escritor de Porto Alegre tece uma crítica cortês, mas que não deixa dúvidas: “o seu livro, **apesar de tudo**, nos promete um esplêndido poeta”. João Pinto da Silva vai além. Praticamente justifica de antemão e prepara o espírito de Salis para as críticas que se farão, ou mesmo à indiferença que a imprensa de Porto Alegre (talvez a sua própria) viesse a dispensar ao livro de *debut* do poeta pelotense. Certamente não foi era essa a expectativa de Salis para a recepção ao seu livro de estréia.

O segundo livro de poesias de Salis já demonstra uma estratégia mais ousada na busca pelo reconhecimento intelectual. Ao contrário do primeiro livro, em seu *Chuva de Rosas* (1922) Salis buscou um editor reconhecido, que era também um escritor de sucesso e influente no campo de produção cultural do país – Monteiro Lobato – e uma editora de alcance e prestígio nacional: a Companhia Editora Nacional. Assim rompeu com os limites da cidade de Pelotas e do Rio Grande do Sul, talvez por imaginar que ter seu nome ligado a uma grande editora fosse um caminho mais curto e seguro para o reconhecimento local, e quem sabe pensando em uma possível “desforra” em relação à aceitação e reconhecimento não alcançados com seu primeiro livro. Pensamos que esta estratégia é reveladora de uma percepção mais ou menos consciente de Salis Goulart sobre o funcionamento do campo intelectual no estado em que se encontrava no início da década de 1920 em relação à hierarquia do campo e aos padrões de legitimação intelectual vigentes à época. O Rio Grande do Sul ainda não possuía a esta altura uma editora de prestígio que pudesse emprestar capital simbólico a um escritor desconhecido. Outro elemento que aponta para uma estratégia mais ou menos consciente acerca dos padrões de legitimação da época é que Salis neste seu livro buscou ser apresentado por um escritor que ocupava uma posição reconhecida no campo intelectual nacional e, portanto “superior” aos pares da província – João Ribeiro – o qual escreveu o curto prefácio ao *Chuva de Rosas*:

Certamente, só um poeta, um pintor delicado, um artista enfim como vós sois, poderia achar a expressão a um tempo etérea e sensível para coisas tão indefinidamente sutis... É suavemente fino, espiritual e luminoso, e inculca uma ternura e sensibilidade que me parecem raras na poesia dos nossos tempos.

João Ribeiro – Da Academia Brasileira de Letras

Possivelmente esta tática foi sugerida por Monteiro Lobato que era um especialista no assunto de divulgação de livros e autores. Um bilhete enviado por Lobato a Salis evidencia que este recebeu do autor de *Urupês* sugestões e conselhos sobre o trabalho de divulgação direcionado aos intelectuais rio-grandenses: “*mando-te mais 30 ex. para distribuir pela imprensa e críticos **dai***”.

O prefácio de João Ribeiro não passou despercebido aos escritores e críticos literários rio-grandenses. Um dos mais respeitados poetas da “província” naquele momento era Zeferino Brasil, que teceu copiosos elogios ao autor de *Chuva de*

Rosas e não deixou de assinalar e reiterar as palavras que João Ribeiro escrevera no prefácio da obra:

[...] O poeta de “Chuva de Rosas espalhou nos seus poemas as cores adequadas à brandura do tema. Nem uma só vez o artista traiu o poeta: tudo aí é róseo e suave.

[...] ora, essa facilidade de expressão, imprimindo à idéia uma forma clara, é justamente a qualidade primorosa que singulariza o temperamento poético de Salis Goulart.

Ele é evocativo, e, quando descreve, o objeto visionado não só é “visto” como também “sentido”.

Nestes versos, como, aliás, em todos do livro, não se percebe uma frase métrica forçada, uma rima martelada, uma imagem que não seja natural. O soneto abre e fecha com uma espontaneidade cristalina de água fluente.

Basta! São assim doces e harmoniosas todas as poesias de Salis Goulart, **e João Ribeiro, no prefácio do livro, citando estâncias de uma delas – “Violino” – diz: eis o que é suavemente fino, espiritual e luminoso e que inculca uma ternura e sensibilidade que me parecem raras na poesia dos nossos poetas.**

E realmente. (grifo meu) (Goulart, 1924, p. 93)

A “jogada” de Salis – ser lançado a um só tempo por um editor e uma editora reconhecidos, e ser prefaciado por um membro da instituição de maior prestígio e que detinha o poder de conferir legitimidade no campo intelectual nacional – consistiu em uma estratégia arriscada de saltar por cima das instâncias locais de consagração⁵⁷ buscando o reconhecimento em determinadas instâncias de legitimação do centro do campo intelectual nacional e, desta forma, ser introduzido por “cima” no campo intelectual rio-grandense. Esta estratégia teve efeitos de uma quase consagração no meio intelectual local e o seu sucesso deve-se ao próprio estado do campo intelectual local na época, que apresentava grande dependência cultural em relação aos padrões de legitimação ditados pelos agentes centrais do campo, e à fraca organização interna dos agentes locais. Contudo, parece ter havido quem não rendesse elogios ao segundo livro de Salis. A revista *Ilustração Pelotense* registra a opinião de João C. de Freitas que rebate com força as críticas que *Chuva de Rosas* recebeu sem identificar o autor de críticas “hostis”:

Crônicas Insulsas

⁵⁷ É certo que não havia naquele momento instâncias formais e institucionais de consagração no estado em que o campo intelectual local se encontrava no começo da década de 1920. Refiro-me às instâncias de consagração no sentido do reconhecimento que os intelectuais se davam entre si e às obras uns dos outros.

É verdade que o *Chuva de Rosas* encontrou quem o recebesse com hostilidade. Mas foi uma voz isolada, de algum doente cerdoso, que a cianose da inveja desfigura, a ponto de desclassificá-lo por dificuldade de identificação no rol dos bons críticos.

Para nós, o livro de Jorge Goulart foi um verdadeiro gozo espiritual.
João C. de Freitas (Ilustração Pelotense, 1^o-11-1922)

O crítico pelotense trata não só de menosprezar a crítica dizendo que foi uma “voz isolada”, mas também ataca o seu autor chamando-o de “doente cerdoso”, desfigurado pela “inveja” e termina por excluí-lo do “rol dos bons críticos”.

Apesar da pouca idade e da dificuldade adicional decorrente de morar longe da capital do estado, Salis saiu na frente dos jovens escritores de Porto Alegre – “o grupo do Café Colombo”, que só tiveram suas primeiras obras publicadas a partir de 1926, com exceção de Augusto Meyer que publicou seu primeiro livro de poesias em 1923 – na busca por um lugar no campo intelectual rio-grandense.

O terceiro livro de poesias de Salis Goulart revela ainda mais sobre as suas pretensões intelectuais no cenário intelectual rio-grandense e mostra o desejo de ir além. A esta altura já possui certos trunfos conquistados graças à boa acolhida que *Chuva de Rosas* teve no seio da intelectualidade rio-grandense. A esses trunfos somam-se novas estratégias de inserção e consolidação no campo intelectual local e de luta por um espaço no cenário nacional.

Entre as estratégias usadas por Salis está a mobilização de seu capital de relações sociais para conseguir que seu nome fosse veiculado pelos principais jornais e revistas (especialmente, as literárias) do centro do país com notas e críticas positivas sobre seu novo trabalho publicado em 1924 – *Colheitas de Ouro* – por escritores e críticos importantes.

Já no prefácio, Salis quis apresentar um trunfo que emprestasse maior força simbólica ao seu livro. Para isso buscou um nome de peso e que ocupasse uma posição central na hierarquia dos campos e em relação ao próprio campo intelectual nacional. O livro foi prefaciado pelo escritor português João Grave, que era diretor da Biblioteca Municipal do Porto, com o qual o pelotense trocou algumas cartas.⁵⁸ Porém, o prefácio ao *Colheitas de Ouro*, na verdade foi uma carta enviada pelo poeta português ao ter recebido uma cópia do livro anterior de Salis, e que ao publicar como prefácio, este suprimiu a parte em que João Grave fala de sobre o

⁵⁸ No Arquivo Jorge Salis Goulart estão somente duas correspondências enviadas por João Grave. As cartas enviadas por Salis ao poeta português não se encontram no arquivo.

Chuva de Rosas (1922), para que parecesse que falava do *Colheitas de Ouro* (1924). Eis a carta na íntegra:

Biblioteca Publica Municipal do Porto Gabinete do Director

Meu admirável poeta

Porto, 23 de agosto de 1922.

Acabo de ler, encantado, o seu belo livro de líricas – e ainda tenho nos olhos as imagens inexprimíveis por palavras sem ritmo **e o colorido dessa Chuva de Rosas que também, por vezes, é chuva de ouro**. É meu eminente camarada um alto artista, de fina sensibilidade, com o poder de exprimir, em estrofes maravilhosas, as mais fugidias impressões da sua intimidade. Completamente senhor da forma, sabendo lapidá-la e tira dela tanto as mais delicadas nuanças como todos os efeitos de som e cor, a sua poesia caracteriza-se pela emoção de que arde. Ora, poesia subentende emoção, como de certo não ignora.

É por este elevado dom que tanto valoriza a sua Arte, que eu ardentemente o aplaudo afirmando-lhe desde já, sem a menor hesitação, que virá a deixar uma obra que será um vergel de beleza.

As suas composições líricas parecem-me superiores por tudo: pela orquestração, pela pureza e esplendor das rimas, pela sobriedade formal, pela perfeição plástica e, sobretudo, por essa emoção de que já lhe falei que lhes comunica na alma e que é, em todo o grande poeta, uma virtude divina.

De todo o coração lhe envio daqui de Portugal, os meus calorosos aplausos, aproveitando o ensejo para lhe pedir que creia na sinceridade com que lhe fala o que é seu admirador convicto

João Grave

O trecho acima em negrito foi a parte suprimida do prefácio que foi publicado em 1924 e que identificava o nome do livro sobre o qual João Grave se referia na carta. Entretanto, foi publicada através Revista *Idéia Ilustrada* do Rio, uma nota sobre o *Colheitas de Ouro* assinada por João Grave destacando o cunho nacionalista da última obra poética de Jorge Salis: “o jovem aedo de *Chuva de Rosas*, aparecido há dois anos em linda edição de Monteiro Lobato, dá-nos desta vez um livro do mais puro e exaltado nacionalismo. [...] ensina o brasileiro a amar a sua terra fecunda”. O “exaltado nacionalismo”, assinalado por João Grave, era um importante elemento para quem quisesse alcançar o reconhecimento intelectual no Brasil da década de 1920, segundo os padrões estabelecidos de legitimação dentro campo intelectual da época. Como de certa forma o *Colheitas de Ouro* foi mais focado aos intelectuais do centro do país, Salis investiu pesadamente no viés nacionalista utilizando a poesia como meio de expressá-lo, pois de acordo com as normas intelectuais vigentes nos anos 1920, a poesia ainda era tida como o gênero mais rentável do ponto de vista social e intelectual ao escritor que buscasse a visibilidade e afirmação no meio letrado (Miceli, 1978, p. 92). Como veremos mais

adiante Salis expressou através da poesia aquilo que os agentes dominantes do campo intelectual consideravam que deveria ser a função da arte: promover o patriotismo.

Sobre o resultado da estratégia de ter João Grave assinando o prefácio do livro temos uma indicação de que foi bem sucedida. O jornal do “Brasil” do Rio de Janeiro publicou uma nota que ressalta o prefácio do poeta português:

Vindo do Rio Grande do Sul, chega-nos agora, um livro de versos, “Colheitas de Ouro”, poema rural.
 Prefácio por João Grave, o estilista português que nos acostumamos a cultivar, nas páginas dos poemas do Sr. Salis Goulart sente-se o bucolismo de uma alma boa que se afez as coisas simples dos campos.
 Há versos nelas de sublime espiritualidade e rimas de suntuosa sonificação [...] (“Brasil”, Rio de Janeiro, Arquivo JSG, p.120, livro I)

Uma das poucas correspondências ativas que tive acesso, graças a uma busca por obras de Jorge Salis Goulart em um site de uma livraria virtual de livros usados, é muito ilustrativa dos mecanismos dos quais ele teve de lançar mão para inserir-se no meio intelectual brasileiro e obter certo reconhecimento. Trata-se de uma carta enviada por Salis Goulart ao amigo escritor carioca Théo Filho. Na referida busca virtual deparei-me com a oferta do livro de poesias *Colheitas de Ouro*, editado em 1924 pela Livraria Universal de Pelotas. A descrição do livro assim dizia: *brochura com as capas gastas e pequenas perdas, miolo moderadamente acidificado, 1ª edição, 96 páginas. **Traz carta datilografada e assinada pelo autor endereçada a crítico do Rio de Janeiro, solicitando divulgação da obra na então capital da República.*** Imediatamente procedi à compra e após receber “meus” documentos em casa via postal, constatei que realmente a descrição fizera jus às condições materiais do livro, e que em seu interior estava o que mais havia me interessado na compra: a carta datilografada e assinada por Jorge Salis Goulart. Mas ainda para minha surpresa, o exemplar adquirido é o próprio enviado e oferecido por Salis ao tal “crítico” do Rio de Janeiro. Trata-se na verdade do escritor e romancista Théo-Filho. No alto da folha de rosto do livro está a subscrição de próprio punho de Salis: “A Théo-Filho, o maravilhoso romancista, oferece o autor”. Um caso de verdadeira “fortuna” para o historiador.

Manuel Theotônio de Lacerda Freire Filho – Théo Filho – nasceu em Recife em 1895, filho do escritor naturalista da escola recifense, fundador e primeiro

presidente da Academia Pernambucana de Letras, Theotônio Freire. Mas foi no Rio de Janeiro que desenvolveu suas atividades de escritor e romancista. Théo Filho foi contista, poeta, teatrólogo, romancista, novelista, cronista, diplomata e jornalista. Quando estreou como escritor, aos dezessete anos, com seu livro de contos *Os Rudes* (1912), foi entusiasticamente saudado por críticos e escritores respeitados à época. Serviu em *Boulogne Sur Mer*, França, como Cônsul do Brasil. Foi correspondente de jornais brasileiros em Paris, até o começo da Primeira Guerra Mundial. De volta ao Brasil, Théo Filho fez grande sucesso na capital fluminense dos anos 20 e 30 do século passado. Segundo Carlos Graieb (1999) era anunciado como “o romancista querido da sociedade carioca” chegando a alcançar grandes vendas como, por exemplo, seu livro *Dona Dolorosa* (1934) que chegou perto dos expressivos trinta “milheiros” – conforme a expressão usada na época. Gozava certo de prestígio de celebridade. Suas histórias em Paris, juntamente com outro representante diplomático brasileiro, José do Patrocínio Filho⁵⁹, tornaram-se célebres. Conforme Graieb, em Paris “eles alugavam apartamentos dos quais eram sucessivamente despejados, por promover bacanais com mulheres nuas e homens travestidos” (Graieb, 1999). Théo Filho na década de 1910 era um dândi, ou boêmio, como outros escritores que se destacaram num tipo de literatura que explorava temas “sórdidos” como cocaína, bordéis, taras, prostituição e liberação feminina.⁶⁰ Seus romances são crônicas da vida social carioca nas primeiras décadas do século XX, explorando o seu lado menos conservador. Mônica Velloso observou que a vida e a obra destes escritores eram unidades não-dissociáveis:

Prefaciando a obra de Théo Filho, *Annita e Plomark: aventureiros* (1923), José do Patrocínio Filho faz analogia entre a vida do autor – cheia de aventuras inverossímeis, violências, paixão e sensualismo – e sua obra. (Velloso, 1996, p. 36).

No ano de 1924 publicou seu romance chamado *O Perfume de Querubina Dória*, descrito como “romance de um amor tímido e inatingível” e ao mesmo tempo um “romance da vida noturna, das orgias, dos clubs e cabarets”. Em 1926, Théo Filho deu seqüência à série com o romance *Quando veio o crepúsculo*. Sobre este

⁵⁹ José do Patrocínio Filho (1885-1929), mais conhecido pelos apelidos de Zeca do Patrocínio ou Zé do Pato, filho do famoso abolicionista.

⁶⁰ Outros escritores contemporâneos e parceiros de Théo Filho que se destacaram na cena literária carioca entre as décadas de 1920 e 1930, seguindo o mesmo estilo foram: Benjamim Costallat, João de Minas e Mendes Fradique.

último, o poeta paraibano Silvino Olavo da Costa, na edição de 07 de março de 1926 do jornal *A União*⁶¹, comenta o romance e refuta as opiniões que incidem sobre Théo Filho de que sua obra seria “fútil”. Diz Olavo da Costa citado por Ferreira:

O papel do historiador psicológico da sociedade moderna, na tirania do seu otimismo pragmatista, é o de seu registrador de sensações e o de um fixador de atitudes efêmeras. Se a obra de Téo-Filho é fútil, a culpa não é sua e sim da sociedade que ele descreve, tal como é a sociedade do Rio de Janeiro. (Ferreira, 2008)

É o mesmo Silvino Olavo que informa-nos que Théo Filho em 1926 “é um romancista de maior atividade” e, ainda, que sua grande produção se dá “por força de contrato com a grande casa editora – Livraria Leite Ribeiro”. Segundo Ferreira, o crítico literário Silvino Olavo neste mesmo artigo

destaca que o autor divide sua jornada de trabalho, de catorze horas, entre o Ministério do Interior e a direção de três empresas literárias, sobrando-lhe algum tempo para a ‘vitoriosa faina dos romances. (Ferreira, 2008)

Hoje, se pode considerar Théo Filho praticamente um *outsider* ou “marginal” da literatura brasileira, mas na década de 1920, ocupava um lugar interessante no campo literário brasileiro, sendo conhecido e reconhecido nacionalmente, e localmente, no Rio de Janeiro, desfrutava de prestígio no campo literário, livre trânsito nos círculos intelectuais e popularidade junto ao público. Théo Filho vivia na capital da República, cercado por amigos escritores e boêmios cariocas, circulando pelos espaços de sociabilidades intelectuais próprios do Rio de Janeiro: cafés, revistas e salões. Neste sentido, Théo Filho enquadra-se bem no perfil de intelectual descrito por Ângela de Castro Gomes, que ao trabalhar com a cidade do Rio de Janeiro, destacou

sua condição de capital como responsável pelo papel-chave que há muito desempenhava como espaço de atração para intelectuais vindos de várias partes do Brasil. Esta era condição que inegavelmente facilitava e potencializava as potencialidades de comunicação da cidade e de “nacionalização” de seus estilos e valores, propostos e reconhecidos como “civilizadores”. Seria, nesse sentido, infrutífero lidar com a categoria de intelectual carioca como aquele nascido no Rio. Preferimos por isso, ter como referência básica a noção de um intelectual que constrói nesta cidade sua rede de sociabilidade fundamental, mantendo contato com sua terra natal e/ou tecendo articulações que se espriam para outras partes do país. (Castro Gomes, 1999, p. 19).

⁶¹ Jornal paraibano.

Os “intelectuais cariocas” desde o final do século XIX formavam um pequeno universo de relações e sociabilidades muito peculiar que transita entre salões, editoras, cafés e revistas. Théo Filho, assim como a maioria dos escritores da época, não podia dar-se ao luxo de viver exclusivamente da profissão de escritor. Ele, como não raro, a maioria dos intelectuais da época, estava ligado ao funcionalismo público, exercendo paralelamente diversas atividades literárias junto a revistas, jornais e editoras, realidade também assinalada por Monica Velloso:

Nesse sentido, é expressivo o depoimento de José do Patrocínio Filho. Em 1922, ao prefaciá-las crônicas de seu companheiro Orestes Barbosa, ele observa consternado que no Brasil é impossível ser apenas poeta. Começa-se no jornalismo, depois cai-se na burocracia e, no melhor dos casos, acaba-se amanuense. A falência do escritor é um fato, constata Patrocínio. (1996, p. 46)

Salis, por seu turno, estava geograficamente distante deste universo. Mas ao que parece, conhecia ou pelo menos estava bem informado acerca do que acontecia na “República das Letras”. E tinha uma estratégia de aproximação e inserção neste microcosmo de relações sociais e intelectuais. Escritor gaúcho, provinciano e desconhecido que residia longe do centro intelectual e literário brasileiro, mas que ambicionava inserir-se neste meio, precisava vencer alguns entraves. Nesse sentido, as sociabilidades intelectuais através de correspondência tiveram importância fundamental na mobilização do capital de relações sociais necessário para alcançar seus objetivos. Uma forma de se fazer presente mesmo estando longe.

Passemos à análise da carta:

A saudação econômica com que inicia a carta: “*Caro Théo*” deixa entrever uma certa proximidade, apesar de comedida, entre o remetente e seu destinatário. Indica que não se tratava da primeira correspondência enviada por Salis a Théo, já que não segue os códigos próprios da escrita de quem se apresenta a outro desconhecido pela primeira vez.

Seguindo à saudação, imediatamente Salis evoca o motivo da missiva: “*Tenho o prazer de remeter-lhe hoje alguns exemplares do meu livro ‘Colheitas de Ouro’, o qual dediquei ao Amigo, o qual tem sido para mim aí, na capital da República, um grande coração e um auxílio poderoso, a quem sou extremamente*

grato”. A dedicatória ao “Amigo” aqui não se refere apenas à subscrição cunhada pelo próprio autor, e sim ao fato de que o livro é realmente dedicado aos pais de Salis e a Théo Filho. A mesma folha de rosto do livro onde fez a dedicatória manuscrita já mencionada traz outra, impressa. Quase ao centro da página, em um quadro retangular colocado em sentido transversal, está escrito: “*A meus bons Pais, Virgilio da Silveira Goulart e Jandyra Salis Goulart, a quem tudo devo*”. E mais centralizado na página, em outro retângulo –também impresso – destacado em sentido horizontal, continua: “*e a Théo-Filho, o eminente romancista e amigo*”. Esta dedicação do livro chama a atenção, pois denota uma grande “gratidão” de Salis, que ao invés fazê-la somente a seus pais e quem sabe a sua jovem esposa, dedica-o ao amigo escritor carioca. Assim, aponta para uma estratégia de inserção no meio intelectual e editorial do Rio de Janeiro, através do amigo “padrinho”. Salis dedica-lhe o livro, mas pede favores especiais a Théo que se posiciona no centro de uma importante rede de contatos por estar na “*capital da República*”, constituindo-se para Salis “*um grande coração*” e, principalmente, “*um auxílio poderoso*”. Ainda na mesma folha de rosto do livro, Salis escreve à mão: “*Aguardo a honra da sua valiosa opinião pela imprensa ou por cartão*”.

Conforme Guimarães e Araújo (2004) a troca de favores era uma prática recorrente entre os intelectuais dessa época. Segundo estes autores:

Em um horizonte institucional precariamente desenvolvido, o caminho mais curto para a inserção profissional era o estreitamento dos vínculos particulares, em um jogo mútuo de reforço das posições intelectuais e de poder. (2004, p. 102)

Ainda segundo os mesmos autores, “como de hábito o caráter de permuta era sempre afirmado nas cartas. Nunca se pedia algo sem ter oferecido antes ou depois algum troféu.” (p.103). Ao que parece, ao dedicar o seu livro a Théo Filho, Salis não só estava reafirmando sua gratidão por favores prestados anteriormente, mas estava lubrificando a relação de permuta para poder fazer-lhe novos pedidos. É o que vemos a seguir quando Salis faz novos apelos.

Diz: “*Junto com o volume que lhe ofereço, vão mais três para que consiga chegar as mãos de Afrânio Peixoto, Medeiros de Albuquerque e Coelho Netto*”. Este pedido desdobrava-se em outro: “*Muito agradeceria ao prezado Théo se conseguisse algumas linhas sobre o meu trabalho, de um desses consagrados*

escritores patricios”. E segue, “peço também a sua autorizada opinião, a par das de Agripino Grieco e Pereira da Silva.” E finalmente, “Envio, junto, exemplares para a “Nação Brasileira”, “Archivos”, “Fon-fon”, “Revista da Semana”, “Imparcial”, “Rio-Jornal”, os quais rogo ao amigo fazer chegar ao respectivo destino.”

Detenhamo-nos um pouco em cada uma das solicitações feitas. O jovem poeta pede que três volumes dos que envia sejam entregues a três escritores renomados, todos com uma característica em comum: eram membros da Academia Brasileira de Letras. Este aparente detalhe pode significar que Salis compreendia que ter o aval de escritores reconhecidamente consagrados no meio intelectual era uma forma segura, ou pelo menos bastante provável, de ser legitimado neste meio. Ainda mais que tais escritores falavam a partir de um *lugar social* e institucional capaz de conferir legitimidade. Coelho Netto, a esta altura era um dos escritores mais lidos no Brasil. Velloso (1996) observou que depois da I Guerra Mundial, o campo intelectual carioca se modifica, e escritores como Coelho Netto, Afrânio Peixoto e Olavo Bilac passam assimilar os novos valores sociais, com uma nova visão do papel do intelectual e defendendo a causa nacional e patriótica, “assumindo cargos políticos e publicando obras que, obedecendo à demanda do mercado, se iriam tornar verdadeiros *best-sellers* na época” (1996, p. 57). No prefácio do *Colheitas de Ouro* Salis Goulart afirma uma profissão de fé para o artista, em que exalta os mesmos valores patrióticos prezados por aqueles escritores e defende a vocação artística e intelectual como tendo a obrigação de servir à Pátria e seu futuro:

O Brasil vive mais para o seu maravilhoso futuro do que para seu diminuto passado. [...] O artista, nesse movimento glorioso do nacionalismo pátrio, deve ir à frente, iluminando o caminho com o brandão aceso da sua inspiração privilegiada. [...] Idealizar essa terra fecunda, ensinar o brasileiro a amá-la, é o dever do verdadeiro artista patriota, não se compreendendo o patriotismo apenas na acepção restrita de quem passa um ano entocado á sombra da caserna. [...] Julgamos que, nesse ponto, o artista desempenharia uma nobre missão cantando a beleza da terra... é o que tentei fazer no livro ora lançado. Se não consegui realizar o meu intento, releve-se-me a ousadia, pelo muito amor votado por mim a esta grande Pátria. (Salis, 1924, p. 5,7,8)

Penso que Salis era mais ou menos consciente de que os mecanismos de consagração intelectual passavam pelo reconhecimento público daqueles homens que detinham a legitimidade e prestígio intelectual. E não querendo contar apenas com a sorte, pede ao amigo para que consiga algumas “linhas” daqueles *homens-*

instituição, as quais se presume deveriam ser preferencialmente dadas em algum jornal ou revista. Aliás, esse pedido, o remetente faz também a Théo na forma manuscrita ao pé da folha de rosto do *Colheitas de Ouro*: “*E aguardo a honra da sua valiosa opinião pela imprensa ou por cartão*”. (grifo meu)

Se Salis focou sua atenção nos homens-instituição, a imprensa, contudo não foi esquecida. Agripino Grieco e Pereira da Silva – mencionados na carta – eram críticos literários e nesta época dividiam a direção da revista *Mundo Literário* com o próprio Théo Filho. Além disso, exemplares para outras revistas e jornais do Rio de Janeiro são enviados. Pelo menos Agripino Grieco publicou uma nota sobre o *Colheitas de Ouro*.⁶²

Finalmente, Salis se encaminha para o fechamento da carta.

Desculpe o enorme incômodo. Mas como se trata do patrono do livro, será também o seu padrinho no meio intelectual carioca. Se quiser poderá mandar-me uma lista de pessoas ou jornais a quem eu devo mandar a minha modesta produção. Tenho lido composições minhas e de minha Senhora no “Archivos” e na “Nação Brasileira”. Agradeço de coração os grandes favores que me tem prestado. Mais uma vez, com um grande abraço, envio-lhe o meu sincero agradecimento.

Este momento da escrita revela a tensão que, ao mesmo tempo, expunha e era provocada pela assimetria da relação e que permeia toda a carta. O autor desculpa-se, para em seguida lembrar a Théo que o livro lhe fora dedicado, portanto é seu “*patrono*”, o que por sua vez o investe também do papel de “*padrinho*” da obra. É interessante observar que Salis lançou mão de um mecanismo comumente empregado nas relações sociais – o *compadrio* – como reforço da relação de reciprocidade intelectual. Esta também quem sabe foi uma forma sutil que Salis encontrou de afirmar o reconhecimento da hierarquia intelectual, e sua condição de “afilhado” nesta relação. Tal condição lhe permitia “incomodar” novamente, mas desta vez deixando o escritor-padrinho à vontade: “*se quiser*”.

Como no início da carta, Salis volta a enfatizar a sua gratidão: “*agradeço de coração os grandes favores que me tem prestado*”. Reforça a idéia que já havia expressado “*de que tem sido para mim, aí na capital da República, um grande coração, e um auxílio poderoso, a quem sou extremamente grato*”. Estes trechos

⁶² “As belezas da terra associando-se a mocidade deste poeta como a letra à música, como a voz ao instrumento. Panteísta ardente, o Sr. Salis Goulart sorve a luz e delicia-se nela como no suco de um pomo [...] A. Grieco”. Arquivo Jorge Salis Goulart/Walyria Neves Goulart, IHGRS, livro I, p. 120.

permitem perceber que esta relação “paternalista” entre os dois escritores já estava estabelecida há algum tempo. Mas por falta de fontes não nos é possível rastreá-la.⁶³

Por fim, na despedida afetuosa “*com um grande abraço*”, Salis novamente (e pela terceira vez) sente a necessidade de expressar sua gratidão: “*envio-lhe o meu sincero agradecimento*”. Termina com a assinatura e a data feitas à mão com tinta e bela caligrafia: “*Salis Goulart*” “*Pelotas – 29 – 5 – 924*”. E acrescenta abaixo da data também com o próprio punho um trunfo simbólico: “*O Jornal Diário da Manhã*” (do qual era redator-chefe).

Como vemos, Salis Goulart investiu pesadamente na divulgação de seu *Colheitas de Ouro*. Abusou da estratégia empregada por Monteiro Lobato para divulgar os livros de sua editora colocando a opinião de muitos escritores nacionais reconhecidos para balizar o valor de sua produção poética. Entre os nomes e as respectivas críticas sobre o autor que figuram nas últimas páginas do livro podem ser lidos: Margarida Lopes de Almeida, Paulo Arinos, Lima Barreto, Zeferino Brasil, Roque Callage, Homero Prates (de “O Paiz”, do Rio), André Carrazoni, Olmiro de Azevedo, Montiel Ballesteros, Alceu Wamosi, João Ribeiro, Pedro Bellan (do “Telegrapho”, Montevideú), Manuel Benavente, Vargas Vila (Barcelona), Leopoldo de Freitas, João Pinto da Silva e Breno Arruda. A maioria das citações destes escritores e críticos na realidade não era sobre o livro então publicado, e sim sobre os livros anteriores de Salis. Na maioria das vezes ele extraiu de cartas ou opiniões publicadas em jornais apenas os trechos nos quais recebia elogios.

Outra parte da estratégia foi publicar estas opiniões de forma que parecesse que diziam respeito ao *Colheitas de Ouro* (1924), com exceção apenas do comentário de João Pinto da Silva que Salis explicita que dizia respeito ao *Auroras e Poentes* (1919). Uma hipótese para explicar este fato é que sua relação com João Pinto da Silva nunca foi de grande solidariedade intelectual, tanto quanto era com boa parte dos demais. Outra característica do corpo de comentaristas que foram apensados ao seu livro é que estão presentes alguns nomes estrangeiros com os quais Salis mantinha laços de trocas intelectuais, como por exemplo, Montiel

⁶³ No Arquivo Jorge Salis Goulart no IHGRS há um único telegrama de Théo Filho enviado à família de Salis por ocasião do seu falecimento. Diz: “*Regresso São Paulo dolorosa surpresa imensa dor pêsames Théo Filho*”. S/d

Ballesteros⁶⁴ a quem Salis freqüentemente enviava suas poesias, livros e cartões, da mesma forma que era correspondido. Isto demonstra certa visão internacional do campo intelectual.

Estas estratégias salientam que o que estava em jogo era uma espécie específica de capital próprio do campo intelectual que se formava naquele momento: o reconhecimento intelectual dos pares. Na luta pessoal de Salis Goulart para obter tal reconhecimento empenhou-se lançando mão de todos os trunfos dos quais podia dispor.

Neste subcapítulo procurei compreender através dos intercâmbios epistolares de Jorge Salis Goulart as redes e práticas de sociabilidade intelectual, as opiniões e categorias estabelecidas socialmente, e perceber aspectos da sua trajetória individual, mas principalmente os mecanismos socialmente compartilhados pelos homens de letras da década de 1920.

Reforço a idéia aqui de que no Rio Grande do Sul da década de 1920 não havia condições históricas plenas para o desenvolvimento de um campo intelectual relativamente *autônomo* e altamente *diferenciado* como propôs Bourdieu em sua teoria dos campos. Porém, dentre os elementos que definem a existência ou não de um campo está a geração e o acúmulo de uma espécie particular de capital, cuja posse só pode ser plenamente satisfeita dentro do campo. Esta característica pode ser encontrada naquele contexto. Em outras palavras, Salis Goulart se pôs em luta pela geração de um capital simbólico específico, que não podia ser substituído ou satisfeito em outro campo, como o político, por exemplo. O capital em questão era reconhecimento intelectual legítimo vindo da parte de outros intelectuais reconhecidos.

Portanto, justifico a utilização do conceito bourdiano de *campo* não em sua rigidez teórica, mas porque nas condições históricas analisadas é possível vislumbrar elementos que apontam para a existência de uma lógica e princípios diferenciados, segundo os quais os agentes se moviam, lutavam e valorizavam certos atributos simbólicos.

⁶⁴ Escritor e diplomata uruguaio.

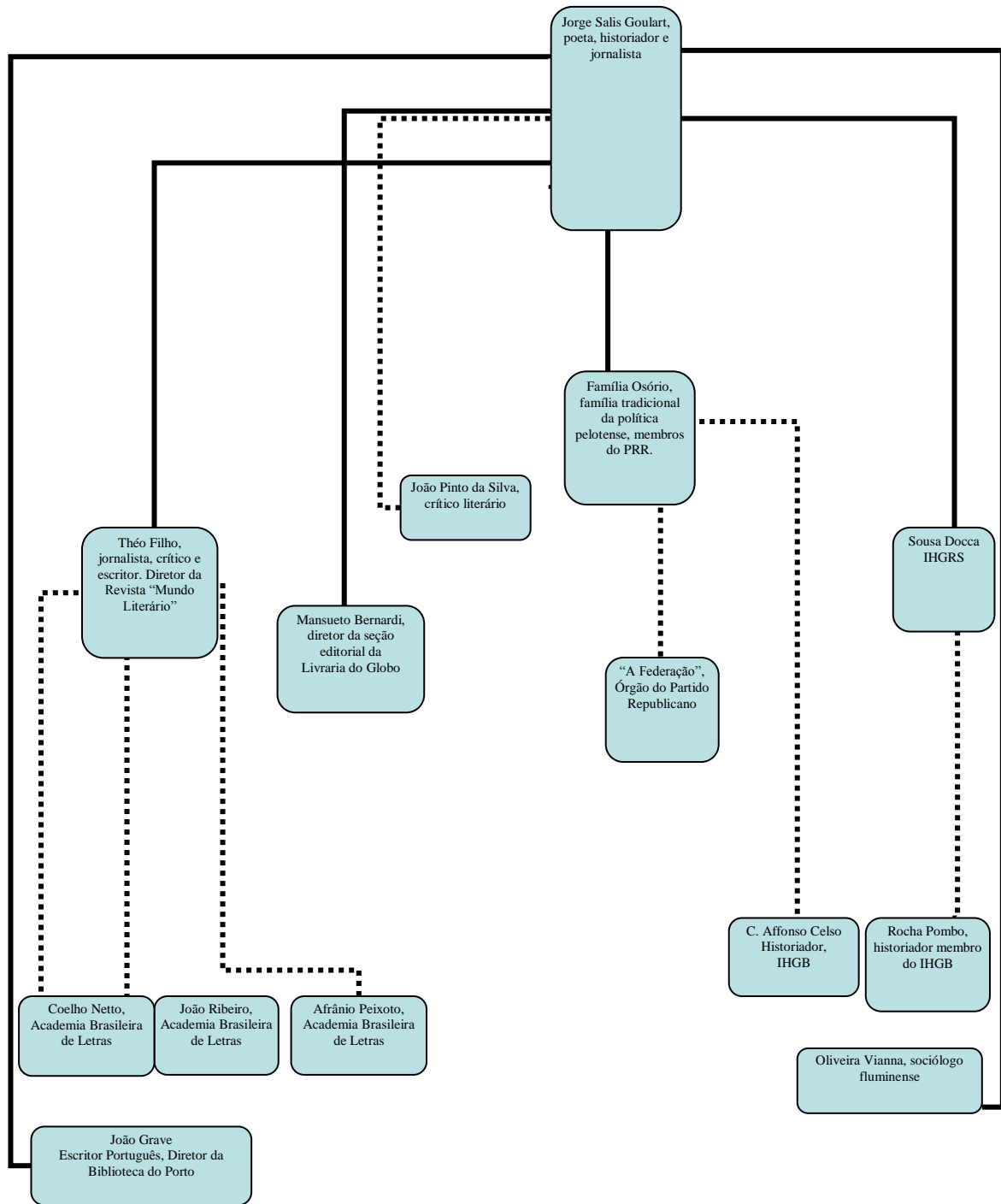


Gráfico 1 – Redes de Relações de Jorge Salis Goulart no campo intelectual brasileiro na década de 1920. Fonte: gráfico elaborado pelo autor.

Caro Theo.

Tenho o prazer de remetter-lhe hoje alguns exemplares do meu livro "Colheitas de Ouro", o qual dediquei ao Amigo, que tem sido ^{para} mim aqui, na capital da Republica, um grande coraço e um auxilio poderoso, a quem sou extremamente grato. Junto com o volume que lhe offereço, vão mais ^{três} para que consiga chegar ás mãos de Agripino Peixoto, Medeiros de Albuquerque e Coelho Netto. Muito a agradeceria ao prezado Theo si conseguisse algumas linhas sobre o meu trabalho, de um desses consagrados escriptores patrioticos. A Peço ^{em} tambem a sua autorizadíssima opinião, a par das de Agripino Grieco e Pereira da Silva. Envio, junto, exemplares para a "Nação Brasileira", "Archivos", "Fon-fon", "Revista da Semana", "Imparcial", "Rio-Jornal", ^{Alph} os quaes rogo ao amigo fazer chegar ao respectivo destino. Desculpe o enorme incommodo. Mas como se trata do patrono do livro, será tambem o seu padrinho no meio intellectual carioca. Se quiser poderá mandar-me uma lista de pessoas ou jornais a quem eu devo mandar a minha modesta produção. Tenho lido composições minhas e de minha Senhora nos "Archivos" e na "Nação Brasileira". Agradeço ~~ppp/rrrrr/~~ de coraço os grandes favores que me tem prestado.

Mais uma vez, com um grande abraço, envio-lhe o meu sincero agradecimento.

Salis Goulart.

Flotas - 29-5-924.
"Jornal da Manhã"

Figura 1 – Fotocópia da carta enviada por Salis Goulart a Theo Filho.

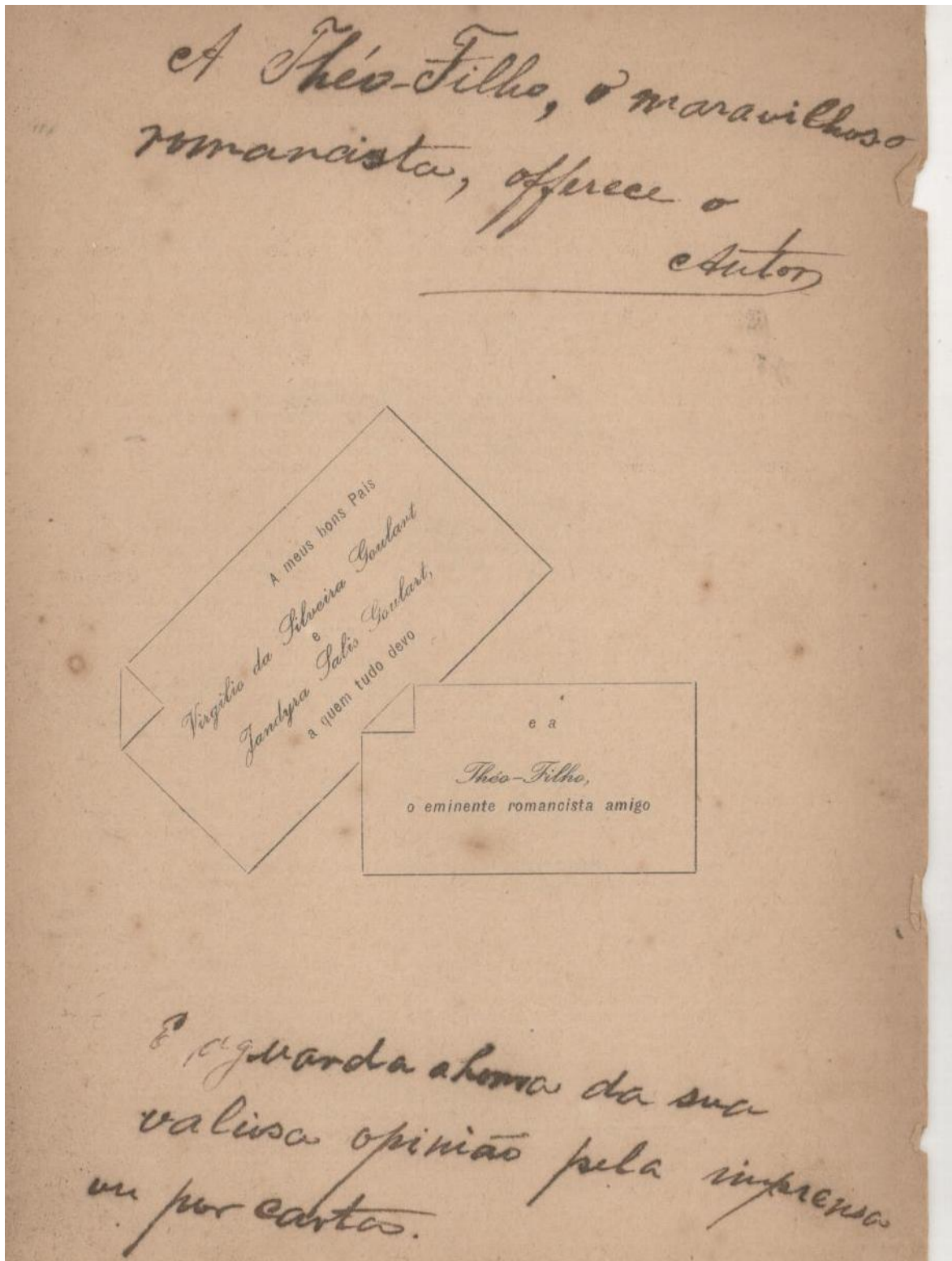


Figura 2 – Cópia da folha de rosto do livro Colheitas de Ouro (1924), de Jorge Salis Goulart.

2.3. Intersecções profissionais: atividades literárias, educacionais, jornalísticas e políticas

Os intelectuais nas primeiras décadas do século XX exerciam atividades que se alternavam entre o jornalismo, a literatura e a política. Como não havia uma diferenciação clara dos campos e com a predominância do político sobre os demais, a historiografia seguiu a tendência de reduzir o trabalho intelectual aos interesses políticos. Contudo, percebemos através das correspondências pessoais de Jorge Salis Goulart trocadas com outros intelectuais, ao longo da década de 1920, que embora houvesse uma clara “intersecção” ou “promiscuidade” entre o campo intelectual – que estava em vias de formação – com o campo político, também estava presente na ação dos intelectuais uma lógica específica do campo intelectual que não pode ser reduzida à lógica política, pois obedecia a regras e princípios próprios de funcionamento e transformação.

O Arquivo Jorge Salis Goulart/Walkyria Neves Goulart presente no IHGRS reúne as correspondências ativas e passivas do casal Salis Goulart. O corpo de correspondências exclusivo de Jorge Salis é composto por 79 cartas (excluídos os telegramas e cartões) quase que em sua totalidade formado por correspondência passiva. Dividimos a correspondência em quatro categorias de acordo com as principais atividades profissionais de Salis Goulart: a) **atividades literárias** (produção intelectual e artes), b) **jornalismo**, c) **educação** e d) **política**. A classificação das cartas dentro destas quatro categorias de acordo com o tema nelas abordado não deixa de ser bastante arbitrário. Certamente os resultados dessa análise podem estar comprometidos pelo caráter das fontes disponíveis. Porém, ainda que as cartas existentes no Arquivo Jorge Salis Goulart não sejam (e certamente não são) o montante total das correspondências recebidas por Salis, mesmo assim creio que não deixam de ser uma amostra considerável, e que a partir delas é possível obter algumas indicações importantes acerca de suas redes de relações sociais e arriscar algumas inferências sobre suas estratégias sociais de carreira. Assim, na busca por classificar a correspondência tentei seguir critérios “objetivos”, ou seja, levei em conta o remetente (ou destinatário) e sua profissão/atividade e o tema que explicitamente era o assunto ou objeto da carta, sem considerar os aspectos subjetivos que poderiam estar no nível das intenções subjetivas do autor. A partir daquelas quatro categorias procedi a classificação das

correspondências levando em consideração o assunto (ou assuntos) abordado em cada carta.

Segundo estes critérios, constatei que uma única carta podia conter um assunto que se enquadrava em uma única categoria ou seu conteúdo podia partilhar de duas, três ou mesmo das quatro categorias. Assim, apenas uma carta podia tratar de temas políticos, jornalísticos e propriamente intelectuais, revelando que o intelectual movimentava-se no espaço social tendo que lidar simultaneamente com diferentes lógicas de acordo com a situação e não simplesmente submeter toda a sua ação à lógica política. Ainda mais que a atuação política podia servir para reforçar posições e capitais intelectuais e o próprio campo, e vice-versa, em um jogo de reforço mútuo de posições. Desnecessário é dizer que um indivíduo é múltiplo nas suas competências, aspirações e realizações, portanto quando atua em um determinado campo ou espaço social ele não deixa de ser o mesmo indivíduo que se move em outros campos. Em outras palavras, o Salis que trocava correspondências intelectuais com seus pares não deixava naquele momento de ser o político, o professor ou o jornalista. No entanto, ao escrever a outro intelectual estava mais ou menos consciente de uma lógica intelectual segundo a qual ambos valorizavam certas propriedades que no campo político, por exemplo, não eram tão importantes, pois um mesmo capital tem valores diferentes em campos diferentes.

A análise destas cartas indica o quanto havia de clivagens e interpenetração dos campos. Como demonstra o gráfico abaixo:

ROXO	ATIVIDADES LITERÁRIAS
VERMELHO	JORNALISMO
VERDE	POLÍTICA
CINZA	EDUCAÇÃO

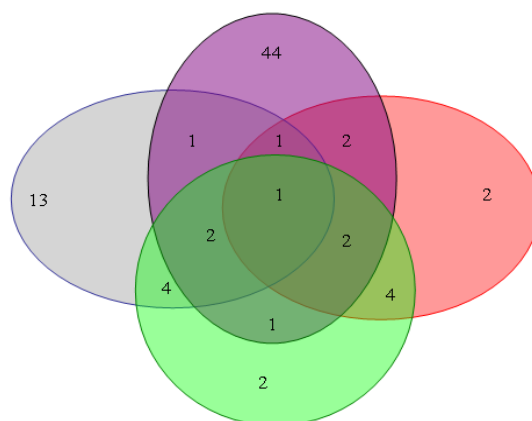


Gráfico 2 – Interseções das atividades de Jorge Salis Goulart através de suas cartas. Fonte: gráfico elaborado pelo autor.

Segundo o gráfico, as cartas foram classificadas conforme os assuntos abordados:

Correspondência exclusivamente intelectual – 44
 Correspondência exclusivamente educacional – 13
 Correspondência exclusivamente jornalística – 2
 Correspondência exclusivamente política – 2
 Intelectual e educacional – 1
 Intelectual e jornalística – 2
 Intelectual, jornalística e educativa – 1
 Intelectual, jornalística e política – 2
 Intelectual e política – 1
 Intelectual, educativa e política – 2
 Educacional e política – 4
 Jornalística e política – 4
 Intelectual, educacional, jornalística e política – 1
 Total – 79

A predominância de correspondências de caráter estritamente intelectual (44) indica o maior empenho de Salis Goulart na formação de redes de relações sociais no campo intelectual. Outra indicação possível é que as relações entre os agentes do campo intelectual eram marcadas por trocas nas quais prevalecia a lógica do campo, bem como a valorização de certos atributos propriamente intelectuais. Paradoxalmente, a grande comunicação dos interesses intelectuais com interesses do campo político, jornalístico e educacional aponta para a dependência e fraca autonomia do intelectual. Ou seja, 18% das cartas que falam de assuntos intelectuais também falam de outros assuntos.

As cartas de cunho político quase em sua totalidade não tratam exclusivamente do tema político. Apenas duas cartas são estritamente políticas. Indica que na trajetória de Salis Goulart a atuação política não aparece com exclusividade – não foi um político de carreira –, mas estava associada à ação em outras atividades. Indica também a permeabilidade e interpenetração do campo político em relação aos outros campos. As correspondências de Salis Goulart indicam que em sua carreira as atividades que estavam mais estreitamente ligadas ao campo político eram o jornalismo e a educação.

Analisando-se o conteúdo propriamente das cartas percebe-se algumas recorrências. A maioria das cartas cujo teor predominante gira em torno das atividades intelectuais (ou artísticas) o remetente oferece ou pede um favor intelectual. O favor era moeda de troca. Entre a ampla gama de favores que faziam a rede “clientelar” dos homens de letras funcionar, os tipos mais comuns eram: enviavam seu livro recém publicado (ou de um amigo) e pediam uma nota através de algum jornal ou revista; apresentavam um amigo(a) pintor, poeta, recitadora de poesias e pediam favores de divulgação em nome da “*camaradagem literária*”.

Estes exemplos a seguir ilustram esta praxe das trocas intelectuais:

Remetente - Osório Dutra, Rio, 28-07-1933: “*Juntamente com esta carta, tenho o prazer de lhe enviar um exemplar do livro de versos que acabo de publicar – “Inquietação”. Ser-lhe ia possível remeter-me a sua crítica logo que a publique num dos jornais de Pelotas?*” Exemplos como estes acima, são inúmeros em que se pede um favor e ao mesmo tempo se oferece outro. Osório Dutra, que pediu uma crítica publicada em jornal sobre seu livro, na mesma carta anunciou que estava organizando uma antologia da qual participariam 35 ou 40 poetas do Rio Grande do Sul, entre os quais Jorge Salis Goulart. Neste tipo de correspondência é comum o remetente solicitar que Salis envie o jornal com a crítica publicada ou que entregue a algum conhecido.

Remetente - Ângelo Guido, Porto Alegre, 27/01/929:

O portador da presente é o pintor Pedro Bruno. Não preciso dizer-te do seu valor que é imenso, porque já o deves conhecer de nome, pois é uma notabilidade nacional.

Pintores dos mais modernos do Brasil, sem entretanto, ter-se entregue a nenhum ‘ismo’ disparatado é, Pedro Bruno, além de tudo uma excelente criatura e um nobre caráter.

Recomendo-o ao teu grande coração e estou certo de que farás por ele o que a tua generosidade fez por mim.

Remetente - Augusto Meyer, Porto Alegre, 8-9-1927:

Meu caro Salis Goulart

Você já foi apresentado à cantora Germana Bittencourt, em casa do Mansueto. É um temperamento definido e marcante em nosso meio tão “flow”. Além disso um caráter.

Peço-lhe que a trate com o carinho que ela merece. Faça propaganda para o seu recital. Sei do seu prestígio em Pelotas e tudo espero da nossa camaradagem literária.

Direi com mais vagar e na certa pela imprensa a minha impressão sobre o seu livro.

Remetente - Augusto Meyer⁶⁵, Porto Alegre, 10-11-1927:

Caro Salis Goulart

A portadora deste bilhete é a conhecida poetisa portuguesa Beatriz Delgado que manifestou o desejo de conhecer o meio literário em Pelotas e realizar aí uma conferência. Veja, V, como bom camarada, se possível dar algumas notícias no jornal, preparando um ambiente de curiosidade. Pedeu-me também Beatriz Delgado que intercedesse junto de V. para conseguir uma apresentação a Dona Walkyria Neves Goulart, por um interesse todo pessoal. Não poderia, portanto, frustrar-me a este dever de cavalheirismo que V. compreenderá escusando-me como tem feito até agora.

Sou com a camaradagem e a estima de sempre
Amigo e servidor

Como se percebe, Augusto Meyer em Porto Alegre e Jorge Salis em Pelotas faziam parte da mesma rede de relações e trocavam favores em nome da “*camaradagem literária*”. Estes favores podiam ser uma crítica nos jornais em que ambos colaboravam ou receber uma cantora ou poetisa que quisesse realizar um recital em Pelotas.

Quero destacar um aspecto que não é constante na correspondência intelectual, mas exatamente por ser raro chama a atenção quando aparece. Trata-se das disputas que transparecem no interior do campo intelectual e cujo móvel é o reconhecimento do “valor intelectual” de uma obra ou de um autor. João Pinto da Silva sempre foi econômico nas críticas elogiosas às obras de Salis Goulart, e mesmo quando reconheceu o talento e as qualidades do escritor não deixou de fazer ressalvas as suas obras. Outros poetas se sentiram incompreendidos pelo crítico rio-grandense. Foi o caso de Pedro Vergara, amigo de Salis, quando lançou o livro de poesias “*Alma Crepuscular*” e desgostou-se da opinião de João Pinto da Silva. Por outro lado, ficou contente com o artigo de Salis Goulart sobre a sua “*Alma Crepuscular*” estabelecendo uma oposição entre a crítica dos dois poetas:

Escrevo-te às pressas, quase na hora de fechar o correio, para agradecer-te as amáveis palavras, que escreveste sobre a minha alma crepuscular. Vê-se por teu artigo que és mesmo coração generoso, o mesmo espírito inteligente que eu não me canso de admirar e louvar e cujo triunfo definitivo aguardo com certeza e orgulho antecipados. Devo dizer-te que o modo por que interpretaste o meu modo de ser é exatamente o modo por que eu o interpreto. Nesse particular achei a tua crítica melhor do que a do João Pinto da Silva que me julga um pessimista! Eu nunca fui pessimista,

⁶⁵ Augusto Meyer (1902-1970), poeta, crítico, cronista e ensaísta. Diretor da revista *Madrugada* Diretor da Biblioteca Pública do Estado e Membro da Academia Brasileira de Letras (Martins, 1978, p. 366).

entretanto, como tu muito bem o notaste. Alias um grande e talvez inexpressivo, otimismo transuda (?) dos meus versos. Amo a vida, mas quero que a vida seja boa e forte... eis tudo. Terminei há dias um drama em três atos: A mulher ideal, que vou publicar, tenho prontos 7 poesias de 60 versos, mais ou menos para o meu próximo livro – versos fortes e tristes. Desse livro farão parte novas poesias que a nossa ilustração publicou. Manda-me os jornais que tenham dito alguma coisa sobre a alma crepuscular. Vê o que disseram o Correio do Sul, o Imparcial, o Rio Jornal, o Jornal e o Jornal do Brasil. Abraça calorosamente o meu querido... vou escrever-lhe no próximo correio

A polarização entre as idéias de João Pinto da Silva e Jorge Salis Goulart já fora assinalada por Abdon de Mello pouco tempo antes por ocasião do lançamento do livro *“A província de São Pedro”* de João Pinto da Silva. Abdon estabeleceu a comparação entre as obras de Pinto da Silva e Salis Goulart dando a entender a existência de uma competição velada entre os dois: *“ao percorrer as páginas e embora as mesmas me houvessem agradado, confesso-te que mais fiquei admirando tua obra “A Formação do Rio Grande do Sul”. Se escreveres algo sobre “A Província de S. Pedro” espero que me envies”*.

Para tentar ilustrar a “promiscuidade” e convivência das lógicas intelectuais com outras lógicas e interesses, analisaremos algumas correspondências de Salis Goulart com outros intelectuais rio-grandenses. A troca de correspondências entre Salis Goulart e André Carrazzoni⁶⁶ é ilustrativa de como os intelectuais se moviam, orientados, em um dado momento, por uma lógica puramente intelectual, e em seguida se deixavam guiar por outra lógica, por exemplo, a política. E isto podia ser bastante comum na época.

Uma primeira carta escrita por André Carrazzoni a Salis, em 1920, demonstra que as redes de relações de Salis Goulart foram sendo construídas com certa precocidade. A carta de Carrazzoni é bastante intimista e poética. Conta que embarcou direto de São Paulo para o Rio Grande do Sul e encontrava-se naquele momento em um sítio de Vacaria (RS). Com traços que não deixam de ser poéticos, descreve o seu retiro na *“Vila”*: *“o sítio é amável, salubre o ar, fecundo o recolhimento. A poeira das avenidas não adere somente aos nossos fatos: também fica esparsa sobre o nosso espírito em forma de desarmonia”*. Conclui o pensamento: *“pretendo sacudi-la do espírito, na paz virgiliana destes lugares”*. Confessa ao amigo poeta: *“o meu jovem confrade sabe que os poetas vivemos a*

⁶⁶ André Carrazzoni, poeta, biógrafo, novelista e jornalista. Redator do *Diário de Notícias e Correio do Povo* (Martins, 1978, p. 130-1).

vida dos perenes desassossegos”. Mais adiante revela que apesar de estar fisicamente na vila, “*literariamente, continuo a estar no Rio. É assim que os meus trabalhos, dados a lume nas revistas cariocas, tem a indicação da minha permanência na metrópole*”. Também informa ao amigo Salis que o festejado Cassiano Ricardo, o poeta paulista do *Jardim da Hésperides* se encontra com ele em Vacaria. E finalmente questiona a Salis: “*E o seu livro, Salis Goulart, quando será? Mande-me versos serão publicados no Rio*”

André Carrazoni também era um jovem poeta como Salis. Era jornalista da revista “*Ilustração Brasileira*” do Rio de Janeiro. Fazia parte da rede de relações sociais que Salis estabeleceu ainda cedo em sua trajetória intelectual e que se mantinha pela camaradagem intelectual. Em outra carta anterior a esta, Carrazoni se colocou na condição de “*confrade*” e “*amigo*” de Salis justificando a solidariedade entre os jovens escritores, pois não havia entre eles “*primazias*” ou “*principados*”. Entretanto, ao negar a existência de hierarquia demonstra certa condescendência em relação a Salis, ao mesmo tempo que evidencia o reconhecimento da hierarquia que nega no espaço social dos intelectuais. Prestou diversos favores intelectuais a Salis Goulart divulgando seu nome no centro do país, ao passo que Salis por seu turno também fazia divulgação dos poemas de Carrazoni nos jornais dos quais foi redator. As primeiras cartas de Carrazoni são correspondências em que à parte o caráter de amizade, a meu ver, predominantemente gira em torno de questões literárias e intelectuais. Não há referências explícitas às atividades jornalísticas, políticas ou educativas. Ao contrário, são inúmeras as referências ao universo literário, tais como: “*poetas*”, “*realizações artísticas*”, “*literariamente*”, “*movimento literário*”, “*intelectualidade*”, “*versos*”, “*apreço literário*”, etc. O *Post Escripturn* da carta escrita em Vacaria revela a quase obrigatoriedade a que ficava preso o destinatário que recebia versos de um amigo poeta: dar publicidade. André Carrazoni enviou juntamente com sua carta alguns versos que teve o trabalho de “*recompô-los de memória*”. Mas ao que tudo indica não queria que os seus versos fossem publicados em jornal ou revista, pois pretendia lançar um livro de poesia – “*os originais ficaram com os meus editores*” – com os versos enviados ao amigo. Então esclarece a Salis: “*o meu prezado confrade não fica – bem claro! – na obrigação de dar publicidade a carga de versos que ora lhe envio*”. Se esta não fosse uma prática corrente, provavelmente Carrazoni não teria que dizê-lo.

Três anos depois André Carrazzoni envia outra carta a Salis, que expressa algumas mudanças na trajetória do remetente. Diferentemente da primeira carta, nesta correspondência Carrazzoni fala predominantemente de política – de violência política, para ser mais preciso. Foi escrita no contexto do fim da chamada *Revolução de 23*. No início da carta Carrazzoni explica porque há tempos não escreve, pois pela *“atração da luta – feitiço da nossa generosa mocidade”* foi levado *“das atitudes do sonho para a tragédia da guerra civil. O gosto alado da musa desencantou-se no trato rude do improvisado homem d’armas”*. Então começa a contar um episódio ocorrido após o armistício. Carrazzoni encontrava-se na cidade de Lavras, no Rio Grande do Sul, pois, diz ele: *“a nossa coluna acampara muito perto”*. Depois da *“coluna”* partir para Livramento onde seria dissolvida, o poeta e jornalista permaneceu na cidade para tomar o trem para Livramento juntamente com o jovem amigo Vasco de Freitas Barcellos, quando aconteceu *“um amaríssimo instante”* da vida de Carrazzoni, ao qual passa a narrar da seguinte forma:

À tardinha entraram aqui os provisórios locais. Vinham delirando, numa crise de subversivo entusiasmo pós-guerreiro. Eu e um distinto amigo, jovem Vasco de Freitas Barcellos, achávamos à janela do clube assistindo à desfilada da força governista quando, de inopino, num imprevisto brutal, fomos agredidos. Praças e oficiais invadiram o recinto. O nosso massacre era iminente. Neste ínterim, a intervenção da força do Exército – um destacamento – nos salvou a vida. Um soldado do Exército chegou a tomar a winchester de um capitão provisório no momento em que ia alvejar o meu companheiro. A situação na vila é de apreensão.

Após expor o episódio, Carrazzoni revela o motivo da carta e do relato que fez a Salis: *“narro-te este fato para que o seu jornal o difunda – tal qual é, sem o zarcão dos comentários – simplesmente, singelamente, como convém à índole do seu programa”*. Justifica: *“um jornal, como este que, apostolou quotidianamente pelo advento da paz, numa série admirável de artigos, não pode desinteressar-se pela solidez da obra de pacificação”*. E reitera: *“ora, o meu caro poeta bem verá que essa obra fracassará se se repetirem as violações do Tratado de Pedras Altas”*.

Naquela época Jorge Salis Goulart era redator-chefe do *Jornal da Manhã*. Tratava-se do pedido de um jornalista a outro, que já haviam trocado favores anteriormente, o que tacitamente dava o direito a Carrazzoni de fazer tal pedido. Cruzando informações da carta e da trajetória de ambos, Carrazzoni e Salis encontravam-se no campo político em posições opostas naquele momento. Salis um

republicano e borgista, Carrazzoni um liberal e assistista. Porém, esta carta indica que agentes opostos em um campo podiam ser solidários em outro. No caso, a solidariedade se dava no campo intelectual. No meu entender, este pedido de Carrazzoni a Salis indica o quanto os intelectuais na década de 1920 se moviam orientados por mais do que uma lógica política. Não tive como averiguar se Salis atendeu ao pedido feito. Possivelmente teve que avaliar quais as vantagens e riscos de uma tomada de posição em seu jornal para atender ao pedido do amigo e os possíveis ganhos e perdas nos campos político e intelectual. O certo, porém é que se o pedido foi feito é porque havia condições para que fosse feito. Penso que essas condições estão relacionadas ao fato de que ambos partilhavam de interesses que iam além dos interesses políticos, embora estes estivessem em causa ao mesmo tempo.

Nesta carta se entrecruzam vários níveis de interesses correspondentes aos espaços e posições dos agentes. Carrazzoni, que inicia contando da experiência “*amaríssima*” (amarga) ocorrida em Lavras, termina falando de poesia e uma nova publicação. Mudando completamente do assunto da violência sofrida, Carrazzoni diz antes de encerrar a missiva: “*Em março passarei aí, com destino ao Rio. Falharei dois ou três dias. O meu livro de versos acabadinho – refundido, repolido – levarei a Monteiro Lobato outro volume: Deusa Sangrenta, batismo alegórico da liberdade porque pelejamos*”. E faz um prognóstico a respeito do novo ano: “*Mil novecentos e vinte e quatro será um ano de afirmações e realizações. Cobrar-me-ei do silêncio expirante...*”.

Carrazzoni se dá conta do contraste entre os assuntos e justifica:

Este fecho literário, numa carta onde se advinha a emoção do ódio e da tristeza, ao mesmo tempo vem de molde a lembrar o poeta amigo que não morreu de todo aquele pobre “príncipe” de benevolente expressão de alguns amigos... Príncipe que falhou... Sigo para Livramento.

O “*fecho literário*” de Carrazzoni em uma carta política e jornalística indica que ele estava consciente que pouco tinham em comum no campo político, mas no campo intelectual compartilhavam de interesses afins. Fica também evidente, a meu ver, o fato de que o peso de um pedido como aquele feito a Salis tem a ver com uma correlação simbólica de forças entre agentes de um mesmo campo que detinham

certo capital que propiciava as condições para que a petição fosse atendida, pois o pedido feito “hoje” poderia ser um favor retribuído “amanhã”.

Ano e Lugar do nascimento: 1899 – Bagé-RS

Ano do falecimento: 1934 – Pelotas-RS

Formação: Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito de Pelotas

Ano da Formação: 1922

Ano da estréia como escritor: 1919/ Auroras e Poentes

Gênero do livro de estréia: poesia

Profissão do pai: agrimensor

Casado com Walkyria Neves Goulart em 02 de abril de 1923

Carreira:

- Redator-chefe do “Acadêmico”, folha estudantil dos acadêmicos da faculdade de direito
- Redator-chefe do “Jornal da Manhã” – 1922-1925
- Professor substituto de francês da Escola Prática de Comércio – 1924
- Professor substituto da cadeira de História da Civilização da Escola prática de Comércio – 1924
- Professor efetivo de História do Brasil do Ginásio Pelotense - 1925
- Inspetor auxiliar da Inspetoria Escolar – 1925
- Professor substituto de Legislação Usual da Escola Prática do Comércio – 1925
- Professor da Faculdade de Direito de Pelotas da cadeira de Introdução à Ciência do Direito
- Diretor do Curso Pedro II
- Inspetor da Instrução Municipal
- Diretor do “Diário Popular” – 1927
- 1º secretário da Biblioteca Pública de Pelotas – 1927
- Sócio correspondente do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul – 1928
- Comissão Executiva do Partido em Pelotas - 1931
- Diretor do Dário Liberal – 1933

Quadro 4 – Dados pessoais e profissionais de Jorge Salis Goulart.

Capítulo 3 - Produção Intelectual: a busca por um monumento intelectual

Neste capítulo enfocarei a obra de Jorge Salis Goulart, porém não do ponto de vista da explicação pela personalidade e pela vida do escritor, mas inserindo o autor e sua obra no sistema de relações constitutivas da classe de fatos de que forma parte sociologicamente (Bourdieu, 2006, p. 23). Tal perspectiva aponta para uma proposta de análise da construção social da obra, pois é necessário conhecer os espaços de circulação das idéias para se passar de uma história dos intelectuais centrada em indivíduos isolados a uma história da intelectualidade, e reconhecer através das redes e práticas de sociabilidade intelectual as tomadas de posição, as opiniões e categorias socialmente compartilhadas pelos agentes. A escolha por este viés não se justifica por acreditar que a relação entre a vida e a obra do autor isoladamente seja incapaz de ajudar na interpretação de obras intelectuais, mas por entender que ajuda pouco na compreensão dos aspectos “estruturais” do campo intelectual. Por isto a opção que faço aqui é pela compreensão da obra e do autor em seu aspecto relacional no campo para descobrir as estratégias, posições e regras do “jogo” pelos quais os agentes se movimentavam, importando mais a *posição* (estrutura objetiva de relações) no campo, do que *quem* ocupava tais posições.

3.1. Incursão pela poesia

Percebe-se claramente pelo quadro exposto abaixo que no início de sua carreira intelectual Jorge Salis Goulart investiu no terreno literário, especialmente no gênero da poesia, que na época – início dos anos 1920 – era aquele que garantia os maiores dividendos sociais e intelectuais dentro do campo literário:

Obra/ano	Gênero
Auroras e Poentes - 1919	Poesia
Chuva de Rosas - 1922	Poesia
Colheitas de Ouro -1924	Poema Rural
Poemas para nós mesmos - 1925	Em prosa
Confissões – Livros dos Namorados - 1925	Poemas em prosa
A Vertigem - 1925	Romance
A alma viva do Rio Grande - 1927	Regionalismo poético
A Formação do Rio Grande do Sul - 1927, 1933	Sociologia, História
O Partido Libertador e seu programa - 1928	Escrito político
Le Calendrier Décimal -	
História da Minha Terra - 1929	Obra didática
Aspectos da Formação Brasileira e Rio-grandense -1930	Ensaio histórico
O Sentido da Evolução – 1937 (publicação póstuma)	Filosofia

Quadro 5 – Obras de Jorge Salis Goulart. Fonte: elaborado pelo autor.

Suas obras publicadas a partir de 1927 revelam que ocorreu uma inflexão clara na sua produção intelectual, que se afastou da poesia e seguiu na direção do *ensaísmo* histórico privilegiando a questão do regionalismo rio-grandense. No mesmo ano de 1927 ele publica um trabalho que mostra essa transição e sintetiza muito bem esses dois tempos da sua produção. Sem abandonar a poesia ele introduz a temática regionalista na sua obra *A Alma Viva do Rio Grande* (1927). No mesmo ano publicou pela Livraria do Globo aquele que seria o seu principal livro: *A Formação do Rio Grande do Sul*, um ensaio de natureza histórica e sociológica, e que lhe garantiu a admissão ao Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul em 1928.

Salis Goulart no início da trajetória intelectual apostou na poesia como o gênero literário que poderia levá-lo a obter a consagração intelectual, entretanto sua incursão pela poesia não foi unilinear. O estilo e os temas foram mudando sempre em busca da maximização dos dividendos que poderia obter nesta seara. A avaliação que proponho fazer da obra de Salis não pode ser outra que a própria avaliação que os escritores e críticos contemporâneos fizeram dela, a qual pode ser recuperada através de registros de jornais e revistas da época.

Após a publicação de *Chuva de Rosas* (1922) Salis enviou um exemplar a Lima Barreto, que de certa forma era um “marginal” no campo literário nacional. Lima Barreto nunca chegou a fazer parte da Academia Brasileira de Letras e reconhecia que seu estilo de vida boêmio não era compatível com a “sobriedade” que os membros da ABL deviam ter. Pois bem, Salis tinha uma relação, ao menos epistolar, com Lima Barreto, o que talvez indique que fosse mais fácil estabelecer relações com agentes “marginais” e não dominantes do campo literário e intelectual, ao passo que havia maior dificuldade para ter acesso aos agentes dominantes.

A carta de Lima Barreto em resposta a Salis transparece uma ausência de “formalidade” nesta relação estabelecida e também uma linguagem direta, “sem rodeios” o que não é característico na correspondência entre intelectuais. Lima Barreto começa um pouco rabugento dizendo: “*Saúde! Ficaste zangado comigo porque nada disse sobre o teu primeiro livro “Auroras e Poentes”. Acho que estás enganado. Disse qualquer coisa, não sei onde, mas disse.*” Em seguida agradece a dedicação de um dos poemas do *Chuva de Rosas* que Salis lhe fez – a poesia *Invocação* – que considerou “*estranhamente bela e de superior inspiração*”. E prossegue na avaliação da obra então apresentada: “*Chuva de Rosas meu caro Salis*” – diz Lima Barreto – “*é bem o teu livro, é aquele que dá a tua exata medida de pensador e poeta*”. E classifica ao poeta rio-grandense como panteísta: “*A tua concepção panteísta do Universo, que chega a ser mística, como observa João Ribeiro*”. Esta classificação da poesia de Salis Goulart aparece outras vezes na descrição de outros críticos. Parece ter sido um consenso sobre os primeiros trabalhos de poesia que Salis produziu de que tivessem uma natureza “panteísta”.⁶⁷

Depois de comentar alguns dos poemas do livro de Salis, Lima Barreto despede-se e assina. Ao que parece lembrou-se de dizer mais algumas palavras depois de já ter concluído sobre algum comentário de Salis que não o agradara. Em tempo, escreveu: “*Aqui, à parte: não me chames nunca de “estilista”. Essa preocupação de estilo é um dos males das nossas letras. Nunca a tive, graças a Deus!*”

Como já foi assinalado no capítulo anterior, no prefácio do livro *Colheitas de Ouro*, Salis Goulart faz eco aos apelos nacionalistas que vigoravam no campo literário e artístico desde Olavo Bilac. Em 1924 o nacionalismo continuava a ser uma

⁶⁷ O “panteísmo” literário de Salis expresso em seus versos evocava um sentimento de “espiritualidade” em relação à natureza.

referência importante para medir o valor e utilidade de uma obra e para abrir portas de aceitação e reconhecimento. Esta característica foi reconhecida pelo gerente da seção editorial da Livraria do Globo. Ao receber de presente um exemplar do *Colheitas de Ouro*, Mansueto Bernardi assinalou os “*notáveis progressos de sua musa*”. Destacou os sonetos “*A volta ao campo*” e “*o imigrante*” que de certa forma relacionam-se com a trajetória do próprio Bernardi, que havia nascido na Itália e foi trazido muito pequeno para o Brasil. Mas Bernardi destaca sobretudo o caráter nacionalista emprestado à obra: “*aplauzo igualmente com calor o rumo nacionalista que deu a sua arte*”. Com estas palavras, Bernardi demonstrava que permanecera fiel aos ideais nacionalistas aos quais aderiu em 1916 em meio à campanha nacionalista liderada por Olavo Bilac. Quando Bilac esteve em Porto Alegre, naquele ano, uma das homenagens que o poeta recebeu foi prestada por um dos “novos” poetas da “província”, Mansueto Bernardi. Este que se tornaria o mentor literário da Livraria do Globo publicou naquela ocasião em honra a Bilac o seu poema de estréia, *Exaltação* (1916).

Bernardi prossegue louvando a direção nacionalista do trabalho de Salis: “*Esse é, também, a meu ver, a diritta via que todos deverão trilhar. Esse, o esforço nobilitante necessário à construção do Brasil de amanhã*”. Assim, Salis parece ter conseguido acionar elementos importantes e valorizados pelos intelectuais e agentes que ocupavam posições-chaves no campo intelectual interno na década de 1920, pelo investimento duplo: no gênero da poesia e no discurso nacionalista. Os dividendos desse investimento já foram assinalados no capítulo anterior, quando vimos que a obra de Salis obteve certa visibilidade em jornais e revistas do centro do país. Contudo, ressalto que os lucros de visibilidade e aceitação da obra não se devem exclusivamente ao discurso nacionalista. Esta era uma problemática assumida pelos intelectuais, portanto era o que se “esperava” que um artista dissesse. Mas era *necessário* dizer: sou nacionalista. Tributar todo sucesso ou fracasso das estratégias de visibilidade aos elementos do discurso é ignorar as condições objetivas dos agentes dentro do campo e, conseqüentemente, menosprezar as redes de relações sociais estabelecidas e necessárias para a obtenção de notoriedade.

Depois de lançar *Colheitas de Ouro* em 1924, Salis aventurou-se pela *prosa e romance*. Essa mudança pode ter sido provocada como efeito e tentativa de se ajustar às novas normas de estilo e forma que vigoraram a partir da Semana de Arte

Moderna, que insurgiu-se contra o culto da forma. Estes trabalhos (de prosa e romance) pouco ou nada repercutiram. Então Salis volta-se novamente para a poesia. Desta vez, porém, troca o nacionalismo pelo regionalismo. Esta mudança provavelmente foi provocada pelo insucesso na prosa e romance, e porque naquele momento de hegemonia do campo literário brasileiro pelos “modernistas” de São Paulo, não lhe sobrava outro espaço pelo qual lutar por uma posição que não fosse o espaço da “província”. Minha hipótese é que Salis tenha sido empurrado para o campo intelectual local, não exatamente por não dominar – ou não concordar com – os princípios estéticos de representação da arte modernista, embora este pudesse ser um fator importante, mas por não possuir um volume de capital social no novo centro do campo intelectual deslocado do Rio de Janeiro para São Paulo. Por outro lado, no Rio Grande do Sul formava-se um campo e um mercado de produção cultural que talvez fosse, naquelas condições, um terreno mais atraente e seguro a Salis no sentido de permitir-lhe conquistar uma posição intelectual em um campo nascente do que entrar na disputa por um lugar em um campo cujas posições já estavam mais ou menos consolidadas e que implicava a formação de novas redes.

Como vimos no capítulo anterior, o segundo maior investimento em publicações da Livraria do Globo era em literatura rio-grandense, que correspondia a um quinto de tudo que era publicado. E de 1925 a 1930 nenhum livro de literatura brasileira (não rio-grandense) foi editado pela Livraria.⁶⁸ Ou seja, a linha editorial da Livraria do Globo, sob direção de Mansueto Bernardi, assumiu o papel de valorização da literatura regional e de legitimação dos escritores rio-grandenses que apontava para a constituição e diferenciação de um campo literário regional. Assim, para ser publicado no Rio Grande do Sul, a partir de meados da década de 1920, o escritor deveria voltar-se para a literatura e a temática regional. Foi o que Salis fez. Lançou pela Livraria do Globo, em 1927, a obra de poesia regionalista *A Alma Viva do Rio Grande*.

À medida que um incipiente campo da produção cultural se formava no Rio Grande do Sul também se formava um rudimentar mercado de produção cultural, e o campo passou a sofrer a interferência da lógica mercantil. Uma carta de Mansueto Bernardi a Jorge Salis quando este enviou os originais do livro *A Alma Viva do Rio Grande* revela a tensão entre os interesses culturais e econômicos. Ao começar a

⁶⁸ Ver quadro 3 na página 79.

carta, Mansueto expressa que leu e gostou do livro que lhe foi dedicado. A seguir afirma: “*Felicito-o pela mudança de rumo*”. O novo rumo sem dúvida é a temática regionalista assumida pelo autor. Entretanto, informa que no momento não seria possível publicá-lo:

Infelizmente não estamos desta vez em condições de editar o seu volume de versos, devido em primeiro lugar ao grande número de manuscritos já aceitos e que esperam impressão dentre eles um de Coelho da Costa, entregue a mais de um ano, em segundo, exatamente por serem versos, coisa que **mercantilmente** só dá prejuízo. (grifo meu)

Esta seria uma tendência que se manteria na Editora do Globo, ou seja, de editar cada vez menos livros de poesia. No período de 1938 a 1943 a poesia representou apenas 1% da produção da Globo (Miceli, 1979, p. 81), provavelmente resultado da interferência da lógica do mercado. Bernardi explica a Salis que “os livros de poesia ultimamente saídos do nosso prelo são impressos por conta e risco dos respectivos autores”.⁶⁹ E reafirma que a recusa de publicação nada tem a ver com o valor da obra: “*Bem a meu pesar, pois, lhe restituo os originais de Alma Viva, a qual, por esse fato, é ocioso dizer nada sofre em seu merecimento literário*”.

Portanto, pode-se concluir que Salis Goulart teria de se ajustar um pouco mais aos novos padrões de legitimação e consagração intelectuais. Se por um lado havia acertado na escolha do tema regionalista, isto ainda não era suficiente para ser editado, mesmo que somente na “província”. A poesia já não oferecia as mesmas condições de notoriedade do início da década devido a um novo fator que passou a pesar mais no processo de seleção que passava pelas mãos do “editor”: a demanda do mercado. Mesmo assim, *A Alma Viva do Rio Grande* saiu das oficinas da Livraria do Globo no ano seguinte – 1927.⁷⁰ Talvez, Salis tenha seguido a orientação tácita de Bernardi de editar o seu livro de versos às suas próprias expensas.

⁶⁹ Este aspecto merece ser mencionado, pois aponta para o fato de que, segundo a lógica intelectual, os poetas e escritores valorizavam a publicação, porém não do ponto de vista do mercado e sim da notoriedade e do reconhecimento do valor intelectual, pessoal e das obras.

⁷⁰ Esta correspondência foi enviada por Mansueto Bernardi em 8-11-1926.

3.2. Reconversão da trajetória intelectual aos “ensaios científicos”

Pelo menos desde o início da década de 1920, os intelectuais reunidos em torno do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul discutiam, apresentavam trabalhos e se empenhavam na (re)construção de uma identidade brasileira e nacional para o Rio Grande do Sul. Ieda Gutfreind (1998) constatou o contraste entre duas matrizes historiográficas que defendiam projetos de identidade divergentes: uma que via a formação gaúcha mais aproximada ao Prata, chamada por ela, *matriz platinista*, e a outra, que enfatizava a origem portuguesa do Rio Grande do Sul, denominada *matriz lusitanista* ou *açoriana*.

A primeira filiam-se os historiadores que enfatizam algum tipo de relação ou de influência da região do Prata na formação histórica sul-rio-grandense e comumente defendem que a área das Missões Orientais, com os aldeamentos jesuíticos do século XVII, compõe a história do Rio Grande do Sul. A outra, a matriz lusitana, minimize as aproximações do Rio Grande do Sul com a área platina e conseqüentemente defende a inquestionável supremacia da cultura lusitana na região. (1998, p. 9-12)

A tese de doutorado de Ieda Gutfreind, *A construção de uma identidade: a historiografia sul-riograndense de 1925 a 1975*, (USP, 1989) foi um marco nos estudos historiográficos do RS. Trabalhou a historiografia sul-riograndense sob a perspectiva da afirmação de uma identidade para o RS e da união das elites regionais através de um projeto conciliador amplo, após o fim dos conflitos e revoluções regionais na década de 1920, para buscar o reconhecimento do estado sulino e garantir espaços no centro do poder nacional. Concordo com as conclusões da historiadora levando em consideração os objetivos do seu trabalho. Porém, há que se ter cautela quanto a esta visão, ao se analisar os motivos internos da luta no campo intelectual, pois enfatizá-la demasiadamente pode parecer que os membros do IHGRS estavam somente preocupados com a questão política e que, em 1925, tinham definido o horizonte da Revolução de 30. A meu ver, a necessidade de reformular a identidade do RS foi dada antes, pelas discussões sobre o nacionalismo, nas quais o Rio Grande do Sul apresentava muita dificuldade de ser inserido e articulado simbolicamente ao quadro nacional.

As lentes pelas quais os intelectuais rio-grandenses liam o nacionalismo eram as lentes do regionalismo. Porém não era uma leitura simples. Tiveram de ajustar o foco para decifrar este tema com vistas a aparar arestas e eliminar discrepâncias.

Estas arestas nunca foram totalmente aparadas, mas ao longo da década de 1920 o discurso foi mais ou menos harmonizado dando condições para que se empenhassem nas lutas concorrenciais e por reconhecimento político e intelectual.

Como questão de fundo da elaboração da identidade regional estava a diferenciação interna e a construção da própria identidade dos intelectuais, especialmente os ligados ao IHGRS. Os intelectuais da “província” tenderam a reproduzir no campo intelectual – em relação às instâncias e hierarquias centrais do campo – uma luta homóloga às disputas no campo político, ressentidos que estavam da falta de espaços para intelectuais e políticos no âmbito nacional.⁷¹ Porém, a despeito de serem lutas homólogas e complementares, eram lutas distintas. Submeter completamente as disputas intelectuais (e sua colaboração) aos interesses do campo político seria esquecer que existem móveis de lutas internos que são irredutíveis às motivações políticas, simplesmente porque tais interesses convergiam momentaneamente. Esse cenário fica mais complexo à medida que intelectuais assumem posições objetivas no campo político, que na prática representa a diminuição da fraca autonomia do campo intelectual. Além disso, a imagem de uma elite intelectual “unificada”⁷² tende a mascarar as próprias lutas internas preservando as posições dos intelectuais dominantes (ou grupo de intelectuais) “interessados em negar a existência de um campo intelectual no qual os ocupantes estão em luta pela apropriação das espécies de capital disponíveis” (Miceli, 1979, p. 84), ao passo que esse mesmo campo ocupa uma certa posição no campo de poder.

Os relatórios de produção da Livraria do Globo apontam, desde meados da década de 1920, para o aumento e a valorização social de um gênero intelectual: os ensaios de história e ciências sociais. De 1925 a 1929 a Livraria editou 34 volumes dentro do “gênero” ciências sociais e econômicas, que correspondia a 16,7% de toda a produção.⁷³ Este incremento do ensaísmo histórico e social tem a ver com o papel do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul que, desde 1920, iniciou o processo de institucionalização da produção do saber histórico que resultou na valorização da história como “gênero” intelectual mais elevado que os demais e,

⁷¹ Lembro a fala de Mansueto Bernardi sobre a “a prevenção que havia contra o livro da província”. Ver página 79.

⁷² Uma das imagens da “união” dos intelectuais é dada pelo *Manifesto dos Intelectuais*, publicado pela Revista do Globo em 1930, em apoio à *Revolução*.

⁷³ Ver quadro 3 na página 79.

também, propiciou ao Instituto se tornar uma das principais instâncias de legitimação; ao mesmo tempo que o IHGRS consagrava os intelectuais que lhe eram dedicados, a própria Instituição se autoconsagrava. Ao impor a sua legitimidade como instituição, o ingresso ao IHGRS tornou-se objeto da aspiração de todos aqueles que desejavam uma posição reconhecida no campo intelectual local.

Estas condições objetivas do campo, no estado que se encontrava na segunda metade da década de 1920, tornavam interessante a via de reconversão de uma trajetória intelectual da poesia aos temas históricos e sociológicos. Como vimos no primeiro capítulo, aos intelectuais rio-grandenses da década de 1920 a temática da identidade regional constituiu-se numa problemática legítima da intelectualidade local. De certa forma, o campo, as posições e as tomadas de posição entre os intelectuais foram se organizando em relação a este tema. Portanto, a meu ver, Salis seguiu a agenda que já estava dada. Seu *insight* foi adotar esse “objeto” em sua estratégia, consciente ou não, de reconversão da trajetória intelectual, e se apropriar simbolicamente do mundo social através da ensaística histórica ou sociológica.

Segundo Ewerton Vieira Vargas (2007) a *ensaística* foi o instrumento que permitiu que se estruturasse o esforço de “interpretação do Brasil”. Este autor considera o *ensaio* como “uma escrita moderna, ligada à construção da identidade das jovens nações americanas” (2007, p. 41). Diz que é possível encontrar no trabalho dos ensaístas uma preocupação com as noções de *cultura* e de *formação*. Será este último conceito que iremos encontrar na obra sociológica de Salis Goulart. Segundo Ewerton Vargas, a idéia de *formação* é uma noção a um tempo descritiva e normativa. A *formação* estaria associada ao processo do devir, cujo efeito deveria ser modelador do pensamento sobre a identidade.

Em 1927 Jorge Salis Goulart lançou o livro que o haveria de consagrar no campo intelectual da província e pelo qual inscreveria seu nome no rol dos escritores “fundamentais” da história rio-grandense.

A entrada de Salis nesta nova seara da produção intelectual implicava a formação de novas redes e a persecução do reconhecimento por novas instâncias de consagração e legitimidade.

A Formação do Rio Grande do Sul teve boa divulgação e aceitação no centro do país. No entanto, não deixou de receber críticas por conta das suas “generalizações”. Plínio Barreto comentou o ensaio de Salis pelo jornal *Estado de São Paulo*, e destacou que se fosse crítico “*notaria no Sr. Salis Goulart de excessivo*

e temerário no seu amor às generalizações". Plínio Barreto chega a apontar uma contradição que considera importante na obra de Salis, a saber, a afirmação de Salis de que a fraqueza do instinto religioso seria uma causa da prosperidade do Rio Grande do Sul, e depois a outra afirmação que *"atualmente"* o Rio Grande do Sul passava por um ciclo de paz e progresso augurados pelo desenvolvimento do sentimento religioso. Mas ao fim do seu comentário conclui: *"As generalizações sociológicas ainda são arriscadas no Brasil. Desconhecemos quase tudo que diz respeito a nossa existência. [...] examinando a essa luz, o livro do Sr. Salis Goulart pode ser considerado excelente"*.⁷⁴

Mozart Monteiro, ao proceder a crítica do livro pelo *Jornal*, do Rio, destacou que *"há, com efeito, nesta sua obra, falhas mais ou menos graves, não só quanto ao conjunto, mas também quanto as suas particularidades"*. O crítico também assinala que *"o que o autor promete, é um estudo que sendo científico, requer serenidade, absoluta isenção de ânimo no julgamento do passado, e talvez, um certo silêncio sobre o presente e o futuro políticos"*. E prossegue, *"para que tal obra, tendo realmente um cunho sociológico, se revista de interesse permanente, como deve acontecer com as obras dessa natureza"*. Por fim, Monteiro chega a elogiar: *"Não se pode afirmar que a 'A Formação do Rio Grande do Sul' seja obra definitiva, ou mesmo que o tema tenha sido considerado sob todos os seus aspectos. Essa obra é, no entanto, uma tentativa interessante e útil"*.⁷⁵

Através de Sousa Docca, militar e membro fundador do IHGRS, Salis fez seu livro chegar as mãos de Rocha Pombo, do IHGB. O próprio Sousa Docca, ao receber um volume da Formação do Rio Grande do Sul, respondeu a Salis antes mesmo de ler: *"em simples relancear de olhos vejo que seu livro encerra interessante matéria em capítulos sugestivos"*. E prometeu: *"vou ler com atenção que merece, para depois dar-vos minha opinião"*. Sousa Docca ressaltou que *"o assunto tem sido pouco explorado porque são infelizmente, poucos os nossos sociólogos – somente dois ou três eu sei aí, é verdade que todos de muito peso: nos últimos tempos com diversos ensaios e agora com o trabalho que tenho a honra de acusar"*. E termina por citar Fernando Osório *"um dos mais formosos talentos do Rio Grande do Sul"*, e Rubens Barcellos *"com larga visão e apreciável cultura mental"*.⁷⁶

⁷⁴ Plínio Barreto, o *Estado de São Paulo*, s/d, Arquivo J.S.G., p. 172, livro I.

⁷⁵ Mozart Monteiro, *O Jornal*, 11/11/1927.

⁷⁶ Carta de Sousa Docca a J.S.G., Rio de Janeiro, 28-12-1927. Arquivo J.S.G., livro I, p. 171.

Outro membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro que recebeu um exemplar da *Formação do Rio Grande do Sul* foi o Conde Affonso Celso, através do amigo Francisco Osório. Agradeceu o interessantíssimo trabalho sobre o qual prometeu diria algo no *Jornal do Brasil*.⁷⁷

No âmbito da “província” a recepção entre os intelectuais do volume de ensaios “sociológicos” de Salis foi positiva. Um dos motivos foi o caráter de “ineditismo” de uma abordagem como a que Salis deu ao tema, embora este fosse recorrente nos trabalhos daqueles intelectuais. João Pinto da Silva, ao receber um volume da obra, quando estava no Rio de Janeiro, disse uma das frases que se tornariam lugar-comum entre escritores rio-grandenses sobre o trabalho apresentado por Salis: *seu trabalho representa o mais sério e lúcido esforço que já se fez aí, para compreensão e interpretação da história rio-grandense*. Entretanto, não deixou de observar que havia espaço para contestação à obra, pois, *“pode-se divergir dos seus métodos, quanto à oportunidade de aplicação de alguns postulados, quanto à extensão excessiva que você empresta a certos fatores políticos e geográficos”*. E como fez em relação aos livros anteriores de Salis, João Pinto da Silva dá uma dimensão e valor menor do que Salis gostaria de ouvir, certamente: *“o que não se pode negar é que seu livro vale por um ótimo cicerone – como diria Carlyle – do qual não prescindirão todos quantos desejem estudar o passado (tão recente e tão confuso) do nosso Rio Grande”*. Mas Salis soube tirar proveito máximo do trecho em que o crítico literário gaúcho elogia a obra, dando publicidade unicamente a ele. Três anos depois da publicação de a *Formação do Rio Grande do Sul*, foi a vez do crítico João Pinto da Silva aventurar-se na publicação de um ensaio histórico: *A Província de São Pedro* (1930). Nele contesta algumas idéias presentes na obra de Salis quanto à explicação de alguns fenômenos como, por exemplo, sobre a *“democracia sulina”*, que Salis atribui à *estância* como lugar da gênese do *“espírito democrático dos rio-grandenses”*. Já João Pinto da Silva atribuiria ao espírito militar, às lutas e à vivência na caserna dos rio-grandenses o seu pendor para a *“democracia”*.

O relativo êxito do livro *A Formação do Rio Grande do Sul* nos meios letrados da “província” garantiu a Jorge Salis a indicação a uma vaga no IHGRS como sócio

⁷⁷ Conde Affonso Celso, Rio, 16-11-1927. Arquivo J.S.G., livro I, p. 89. Na carta Affonso Celso prometeu escrever sobre *A Formação do Rio Grande do Sul*, porém não indicou quando e onde o faria.

efetivo nessa instituição. João Cândido Maia foi designado pelo presidente do IHGRS para dar o parecer sobre o ingresso de Salis. Ao receber esta incumbência João Maia solicitou as outras obras de Salis – além de a “*Formação*” – que não conhecia para realizar o trabalho.⁷⁸

Salis Goulart remeteu seus outros livros e os de sua esposa Walkyria com dedicatórias a João Maia. Aproximadamente quatro meses depois João Maia respondeu a Salis Goulart constrangido pela demora: “*Eu não saberia, positivamente, superar a dificuldade que se me depara ao iniciar a presente, se acaso, de antemão, com a característica generosidade do ilustre colega não contasse*”. Prosseguiu o relator do IHGRS em sua contestação agradecendo a “*tão honrosa, quão imerecida referência, da parte do “Diário Popular” – ora sob sua competente direção, pelo que o felicito – à minha apagadíssima individualidade e ao futuro aparecimento de um livro de minha autoria*”. Isto nos remete mais uma vez a prática de oferecimento de favores e gentilezas entre os intelectuais em troca de outros. Neste caso, como parece claro, Salis esperava receber um parecer favorável a sua entrada no IHGRS. Curiosamente, na maior parte da carta que deveria tratar da avaliação das obras de Salis, João Maia se dedica ao elogio dos livros da sua esposa Walkyria:

Espero, porém, de sua reconhecida gentileza, me revelará especial referência para a “*Ânsia de Perfeição*”, cuja beleza resplandece ainda em meu espírito com todo o poder emocional que só uma verdadeira obra d’arte é suscetível de projetar sobre a mente de quem a lê.

Poetisa do lar, não sei bem discernir quando mais me comoveu o estro de D. Walkyria: se ao expandir alacramente a própria felicidade junto ao objeto amado, ou se ao evocar dolorosamente a memória de caros entes partidos desta vida.

Também a natureza lhe é precioso manancial de temas, proporcionando-lhe panoramas panteísticos de encantadora policronia.

E não porei termo a estas rápidas impressões, sem assinalar ainda o atraente bucolismo que reveste os dois sonetos de designação “*Pastoral*”.

Rogo-lhe a fineza de apresentar à excelentíssima autora, de par com as expressões do meu mais vivo reconhecimento pela cativante dedicatória do volume de seu livro a mim oferecido, as minhas efusivas felicitações pelo expressivo concurso por ele trazido para o lustre das letras rio-grandenses. (carta de João Maia, 4-05-1928, Arquivo JSG, livro II, p. 186, IHGRS)

Só então, retorna ao assunto principal: o ingresso no IHGRS. Explica com meias palavras o atraso do seu parecer. E diz:

⁷⁸ João Maia, Porto Alegre, 17-01-1928. Arquivo J.S.G., livro I, p.

Só agora pude redigi-lo. Vou mandá-lo aos demais membros da comissão respectiva, para os devidos fins. Penso que no caso de haver tempo para isso, domingo próximo, em sessão pública, na qual se fará ouvir o ilustre padre Teschauer sobre lendas rio-grandenses, proposta e parecer serão submetidos à discussão e votação da assembléia. (João Maia, 4-05-1928)

Finalmente, diz: “*Inclusa encontrará uma cópia do parecer que lhe ofereço*”.

O parecer da Comissão de História⁷⁹ da qual foi relator João Maia sobre a admissão de Salis Goulart como sócio correspondente é esclarecedor sobre a consciência dos intelectuais acerca da “natureza” e objetivos do IHGRS e quais eram os critérios que legitimavam o acesso à instituição. João Maia inicialmente assinala a trajetória literária de Salis no campo da poesia e romance, citando e elogiando suas obras nestes gêneros literários. Mas em seguida avalia:

Cumprir constatar, entretanto, que toda a sua bagagem literária, aliás, valendo como credenciais para acesso a uma poltrona acadêmica – dado que a pretendesse – não legitimaria, por si só, o ingresso de Salis Goulart no quadro dos sócios do Instituto Histórico, atendendo a natureza desse grêmio.

A inflexão na trajetória intelectual de Salis concretizada em *A Formação do Rio Grande do Sul* foi claramente percebida por João Maia: “*em boa hora, porém, para o Instituto, o polímorfo do jovem escritor rumou para novo quadrante*”. E prossegue o relator do Instituto:

e foi prosseguindo nessa rota, que o espírito de Salis Goulart, evoluindo da literatura de ficção, esfera em que aliás se livrara em altos remígios (sic), penetrou resolutamente nos domínios da sociologia, escrevendo substanciosos artigos, quer para revistas estrangeiras, quer para folhas nacionais. Sua definitiva afirmação, porém, no gênero, reside no aparecimento, em 1927, de seu livro *A Formação do Rio Grande do Sul*.

E finalmente João Maia reconhece não só o valor da obra de sociologia de Salis Goulart como também a legitimidade do seu ingresso ao IHGRS:

Com tal autoria, Salis Goulart ascende triunfante ao Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, a quem cumpre, sem mais detença, abrir-lhe as portas de par em par, a fim de que ele venha colaborar com seus membros, na obra ingente da reconstituição dos gloriosos fatos rio-grandenses e do estudo do amplo e formoso cenário em que eles epicamente se desdobraram. Trata-se, efetivamente, de uma obra versante sobre geografia social, geografia da história, psicologia social e

⁷⁹ A cópia na íntegra deste parecer foi publicada no posfácio do livro *O sentido da evolução* (1937).

sociologia, aplicadas ao Rio Grande do Sul sob o ponto de vista dos mais adiantados métodos, na enunciação dos quais Salis se revela um erudito.

O sucesso relativo de sua estratégia de reconversão aos temas históricos e sociológicos pode ser visto também pelo respeito adquirido diante de intelectuais reconhecidos como Oliveira Vianna e Samuel Putnan.⁸⁰ Salis e Vianna passaram a se corresponder já no início da década de 1930, por iniciativa de Salis. Há no arquivo de Jorge Salis Goulart duas correspondências remetidas por Oliveira Vianna. A primeira de fevereiro de 1931. Nela, Vianna responde a uma carta anterior e agradece a Salis “o seu generoso artigo de crítica sobre a minha obra”. A maior parte da carta Vianna escreve sobre seu projeto “Manguinhos”, que seria um grupo idealizado de produção intelectual na área da sociologia financiado pelo governo federal. Assim, Vianna descreve o seu projeto: “*um verdadeiro centro de pesquisas sociais, em que eu teria ao meu lado, em cooperação fraternal, uma equipe de auxiliares, que representaria a fina flor da inteligência patricia neste campo de estudos*”. Vianna revela a Salis que “o seu nome foi um dos que primeiro me acudiu à lembrança”. E acrescenta: “*mesmo que não me escrevesse, eu já estava me preparando para escrever-lhe, interrogando se ao autor de Formação do Rio Grande do Sul servia uma colocação aqui, para trabalharmos juntos*”. Em seguida, no entanto, passa a explicar a impossibilidade de concretizar naquele momento esse plano: “*mas a situação financeira da União, obrigando a uma verdadeira deflação burocrática, tornou impossível, presentemente, a organização do nosso Manguinho sociológico*”. O sociólogo fluminense explica que recusou a proposta de “*organizar uma pequena coisa, uma parcela do plano, uma ‘célula’, como diziam;*” e explica a razão: “*mas, recusei porque vi que assim sairia coisa ineficiente de rendimento ‘nulo’ – e poderia comprometer a instituição e também comprometer-me*”. Acrescenta que não desistiu do projeto e nem da participação de Goulart: “*esperemos, pois, melhores tempos, certo de que não dispensarei a sua colaboração*”.

Alguns meses depois da primeira carta, Vianna escreve a Salis novamente em resposta, fazendo observações gerais sobre um trabalho que Salis lhe enviou.

⁸⁰ Segundo o Anuário Brasileiro de Literatura, Samuel Putnan “era um dos maiores conhecedores nos Estados Unidos da literatura latino-americana” (Batista, 2008, p. 208). Este crítico estadunidense disse na revista *The Literacy World*, de Nova York: “o estudo é tal que deve chamar a atenção de todos os interessados e deve ser recomendado aos geógrafos em particular. Aconselhamos, se necessário, a que se aprenda o português para conhecer-se *A Formação do Rio Grande do Sul*”. (Arquivo Jorge Salis Goulart, livro I, presente no IHGRS. Texto reproduzido na capa da 4ª edição do livro de 1978).

Diz: “Recebi o seu trabalho – e o li com o prazer de sempre. Noto-lhe que há um certo pendor para buscar na explicação dos fenômenos as causas remotas e gerais”. E aconselha a Salis a deixar um pouco de lado as generalizações e não esquecer “as causas imediatas e próximas”. Esclarece: “estas são as do nosso meio, do nosso momento, e da nossa história – e importam soberanamente”. Vianna expõe o motivo dessa orientação: “eu desejaria vê-lo voltado para elas (causas imediatas), que também explicam muito, talvez de uma maneira mais positiva e exata”. E justifica: “Digo isto, porque lhe noto uma aptidão para a especulação filosófica – e sempre pensei que seria útil a espíritos deste tipo, um pouco de trato com o terra-a-terra das realidades locais e imediatas”. Esta avaliação de Oliveira Vianna seria confirmada pelo rumo que Salis daria a sua produção em seu último trabalho, escrito antes de morrer.

O sucesso da estratégia de migrar para o gênero dos ensaios históricos e sociológicos pode ser medido pelo *valor social* atribuído ao livro *Formação do Rio Grande do Sul* e seu autor. Em meados da década de 1950, o jornalista Carlos Reverbel fez uma pesquisa entre os intelectuais rio-grandenses para descobrir quais seriam as dez obras fundamentais da bibliografia rio-grandense. O resultado da pesquisa foi publicada pelo jornal *Correio do Povo* a partir de 10 de setembro de 1955 até 28 de fevereiro de 1956. Sendo que, à medida que as respostas eram publicadas, também a opinião dos intelectuais entrevistados era trazida pelo jornal da capital, muitas vezes explicando os motivos da sua escolha por tal e qual obra. Participaram da “enquete” 48 intelectuais entre os quais destacamos alguns: Carlos Galvão Krebs, Othelo Rosa, Leo Arruda, Carlos Dante de Moraes, Moisés Vellinho, Athos Damasceno Ferreira, Carlos de Sousa Moraes, F. Contreira Rodrigues, Alcides de Mendonça Lima, Dante Laytano, José Salgado Martins, Ramiro Frota Barcelos, Olyntho Sanmartin, Sérgio da Costa Franco, Mozart Vitor Russomano, Arthur Ferreira Filho, Walter Sapalding, Álvaro Delfino, Laudelino Medeiros, Guilhermino César, Bruno Lima, Fernando Calage, Olmiro Azevedo, J. O. Nogueira Leiria, Francisco Machado Villa, etc.⁸¹

O professor Gervásio Rodrigo Neves (2007) analisou o resultado da pesquisa de Carlos Reverbel e observou que 66,68% dos entrevistados pertenciam aos quadros do IHGRS. O que demonstra – ou pelo menos é um forte indício – que em

⁸¹ Neves, 2007, p. 285.

meados da década de 1950 a principal instância de reconhecimento intelectual no Rio Grande do Sul era o IHGRS. Estes intelectuais tiveram que tão somente dizer em sua opinião, quais eram as dez obras fundamentais da bibliografia rio-grandense. Nenhum critério foi estabelecido. Os critérios da escolha ficaram sob juízo dos próprios entrevistados. Neves (2007) chama a atenção para o fato de que alguns livros apontados como “fundamentais” sequer haviam sido publicados na ocasião, como era o caso de *História da Literatura do Rio Grande do Sul*, de Guilhermino César, e de *O Gaúcho na Lenda e na História*, de Alcides Maia (2007, p. 292). Ou seja, não foi levado em conta se a obra era conhecida do público ou não, e sim o reconhecimento simbólico de uma obra como sendo fundamental entre as muitas obras da produção intelectual rio-grandense. Por isso também, três dos 10 livros mais citados foram obras de ficção: *O Tempo e o Vento*, *Ruínas Vivas* e *Contos Gauchescos e Lendas do Sul*.

O resultado da pesquisa foi o seguinte segundo a ordem dos dez mais indicados:

1. Viagem ao Rio Grande do Sul, 1820-1821, Auguste Saint-Hilaire;
2. Contos Gauchescos e Lendas do Sul, Simões Lopes Neto;
3. História da Grande Revolução, Alfredo Varela;
4. A Formação do Rio Grande do Sul, Jorge Salis Goulart;
5. A Fisionomia do Rio Grande do Sul, Balduino Rambo;
6. Anais da Província de São Pedro, José Feliciano Fernandes Pinheiro – Visconde de São Leopoldo;
7. História do Rio Grande do Sul dos dois primeiros séculos, Carlos Teschauer;
8. Ruínas Vivas, Alcides Maia;
9. O Tempo e o Vento, Érico Veríssimo;
10. História das Missões Orientais do Uruguai, Aurélio Porto. (Neves, 2007, p. 290)

O livro de Jorge Salis Goulart apareceu na pesquisa como o quarto mais indicado. Lembrado por 50% dos entrevistados, ou seja, 24 do total de 48. Isto, a meu ver aponta para o relativo êxito da estratégia de Salis Goulart ao migrar da poesia para o “campo” da história e sociologia. Vinte e sete anos depois da publicação o *valor* da obra continuava sendo *reconhecido*. Este valor e reconhecimento passavam pela *eficácia simbólica* do discurso que proferia, mas

também pelo sucesso da estratégia de ser o pioneiro de um “campo” até então inexplorado da produção intelectual no estado – a sociologia – e que assim permaneceria por muito tempo. O depoimento de Sérgio da Costa Franco, um dos entrevistados, é interessante ao justificar sua escolha, pois mostra como apesar de discordar da aplicação de alguns conceitos que aparecem no livro de Salis, contudo considerava o valor da obra: “*Apesar do pedantismo de certas passagens, malgrado alguns preconceitos da escola sociológica, parece-me o melhor trabalho sobre a formação sociológico-histórica do Rio Grande do Sul, o de Jorge Salis Goulart*”.⁸²

Ângelo Guido, em um artigo da Revista do Globo e que posteriormente foi reproduzido no *Diário Liberal*,⁸³ escreveu: “*Salis Goulart foi o primeiro e único escritor rio-grandense que procurou estudar a história do Rio Grande do Sul com método científico moderno e dentro de um claro critério de investigações sociológicas*” (grifo meu). Note-se, Salis não foi o primeiro a estudar a história do Rio Grande do Sul, mas o primeiro a fazê-lo “*com método científico moderno e dentro de um claro critério de investigações sociológicas*”, no momento da história intelectual que pouco se conhecia sobre sociologia no Brasil. Decorre daí boa parte da eficácia simbólica do seu trabalho.

No prefácio da 4ª edição de *A formação do Rio Grande do Sul*, publicada em 1978, cinquenta e um anos após a primeira edição, Laudelino Medeiros ainda reconhecia que a obra de Salis Goulart “é um livro que deve ser incluído numa bibliografia clássica sobre o Rio Grande do Sul”. Medeiros asseverou que “*o Rio Grande do Sul tem sido objeto de estudo, desde princípios do século XIX, para historiadores, geógrafos e naturalistas*”, mas, tal como Ângelo Guido, reconheceu no livro de Salis o pioneirismo da análise sociológica do estado:

O primeiro livro, entretanto, que tenta uma análise sociológica é ‘*A Formação do Rio Grande do Sul*’, de Jorge Salis Goulart (1927). Uma tal análise da sociedade rio-grandense não teria sido fácil, talvez nem mesmo possível, antes dos primeiros decênios deste século. Embora a Sociologia, ainda que ciência nova, andasse já avançada em outros países, ensaiava apenas os primeiros passos no Brasil; no Rio Grande do Sul, não obstante ser intensa a influência francesa, o desconhecimento da Sociologia era quase total. Isto explica imperfeições na obra de Salis Goulart; mas, ao mesmo tempo, o seu mérito. (Goulart, 1978, p. 8)

⁸² Correio do Povo, 24-09-1955. Sérgio da Costa Franco apontou *A Formação do Rio Grande do Sul* como a 2ª obra mais importante da bibliografia rio-grandense.

⁸³ Diário Liberal, 09-01-1936.

3.3. A obra *A Formação do Rio Grande do Sul*

O objetivo deste sub-item não é realizar uma análise do livro *A Formação do Rio Grande do Sul*, mas oferecer ao leitor uma descrição geral da obra que foi “o” empreendimento bem sucedido da reconversão de Salis Goulart.

O livro está dividido em dez capítulos. Nos sete primeiros, Salis analisa propriamente a “formação” do Rio Grande do Sul. Nos três últimos, ele arrisca algumas “previsões” para o futuro do estado.

Na introdução Salis Goulart lança as bases teóricas da sua obra. Ao tempo de Salis e de suas formulações intelectuais, dois conceitos eram fundamentais para explicar as sociedades: raça e geografia. A par das teorias racialistas que diziam que o caráter de um povo é determinado pela raça, e das teorias do determinismo geográfico que, ao contrário diziam que é o meio geográfico que dita a índole de uma população, Jorge Salis em seu projeto de explicação dos processos históricos e sociais presentes na formação do RS, ao modo cientificista, elaborou leis sociológicas – na esteira das teorias da física social então dominante⁸⁴ – chamadas “*leis da combinação e oposição da forças*” para conciliar essas duas formas de explicar o sentido do *caráter* de um povo: a raça e o meio geográfico. Introduce um terceiro conceito a ser levado em conta na formação das sociedades: as forças sociais (mas que às vezes se confunde com o conceito de raça). Assim enuncia suas “*leis sociológicas*”:

I – quando as forças sociais ou raciais atuam no mesmo sentido que as possibilidades geográficas, a sua influência se torna real e máxima.

II – quando as forças sociais ou raciais são antagônicas com as possibilidades geográficas, podem dar-se dois resultados: a) as forças sociais ou raciais anulam totalmente as possibilidades geográficas; b) as forças sociais ou raciais não anulam as possibilidades geográficas e do seu encontro se origina um fato que participa tanto das forças raciais como das aludidas possibilidades. (Goulart, 1978, p. 9)

Desta forma, para ele, uma sociedade pode sofrer influência do meio (geográfico) potencializando as tendências sociais ou raciais; ou as condições ambientais se confrontam com as propensões sociais, sendo anuladas por estas, ou

⁸⁴ Entretanto, Salis marca distância em relação a Auguste Comte referindo que estas ‘leis’ propostas por ele são apenas “tendências”, e não inflexíveis como pretendia a Física Social.

gerando um fenômeno híbrido. Todo o discurso sobre a identidade ou o caráter da formação do RS estará apoiado na tese exposta nestas “leis” e assim sintetizado pelo próprio autor: “*do entrecchoque das forças sociais e das possibilidades do meio resulta a formação gaúcha*” (p. 100).

Salis recusa a idéia do determinismo geográfico para, como Vidal de La Blanche,⁸⁵ admitir que tão somente existem “*possibilidades da geografia para influir sobre os acontecimentos históricos*”, convencido de que se o poder da ação do homem não consegue vencer totalmente a natureza, pelo menos cria um fenômeno social no qual participam elementos oriundos destas duas matrizes: a humana e a geográfica. Portanto, há de sua parte a pretensão de inscrever um discurso “científico”.

No primeiro capítulo, intitulado “*O Povoamento*”, Salis demarca sua posição entre os *lusitanistas* que ressaltam a participação dos açorianos na formação do Rio Grande do Sul:

Quando o Rio Grande do Sul estava nos primeiros estágios da sua evolução social, sob os estrondo das batalhas travadas corpo a corpo entre duas nações secularmente rivais – Portugal e Espanha – eternamente em luta para a conquista dos mais afastados recantos do mundo; entre a correria dos aborígenes que viviam à solta pelas agrestias cerradas da nossa terra, desde o Uruguai ao Chuí; na vida agitada e heróica dos acampamentos militares que a previdência lusa espalhava em diversos pontos da fronteira meridional do Brasil, **é a colonização açoriana que coloca num campo, aonde se entrecruzavam incessantemente o espírito belicoso e a idéia de aventura, a nota inicial do trabalho organizado e da vida calma e operosa, preparadora de um grandioso futuro econômico.** (p. 15) (grifo meu)

Ainda no primeiro capítulo, o autor aborda questões como o “*caráter dispersivo do litoral*”, “*a colonização açoriana e alemã*”, “*as três zonas de povoamento: florestas, estepes e litoral*”, “*as zonas geográficas e as classes sociais: agricultores e fazendeiros*”.

No segundo capítulo, “*A democracia*”, Salis versa sobre a “*democracia rio-grandense*” – tema presente nas discussões sobre o caráter dos rio-grandenses desde o final do século XIX – a qual, segundo ele, seria um fenômeno social resultante da combinação de fatores geográficos e sociais, expressos no famoso enunciado: “*o meio físico e o trabalho pastoril imposto pela natureza do solo, irmanando patrões e empregados, eram possibilidades importantíssimas para a*

⁸⁵ Fundador da Escola Geográfica Francesa.

realização da democracia".⁸⁶ Salis situa a "estância" como célula social responsável pela unidade "orgânica" da sociedade rio-grandense e pelo espírito democrático do gaúcho: "reafirma-se destarte o papel destas [estâncias] como verdadeiras células sociais em todo o nosso organismo coletivo" (p. 27). Assenta o trato entre o gaúcho e o seu patrão sobre uma relação de amizade: "o gaúcho é mais um amigo do que um subordinado do seu patrão" (p. 29). Marca distância entre o latifúndio abordado por Oliveira Vianna, em *Populações Meridionais*, e a estância rio-grandense: "é claro que entre nós não agiram as mesmas causas de concentração do povo em torno dos latifúndios, que Oliveira Vianna menciona nas 'Populações Meridionais'" (p. 29).

Outros temas e postulados abordados no segundo capítulo são "Regime particularista e espírito comunário", "Evolução da família", "Organização social", "Inexistência de castas econômicas, sacerdotais, militares, profissionais e intelectuais".

No capítulo seguinte, "O sentimento religioso e a religião", Salis defende que o sentimento religioso do rio-grandense nunca chegou a extinguir-se, mas diminuiu de intensidade, devido em parte ao "insulamento" do "hinterland" (interior) pelas "imposições iniludíveis do fator geográfico", "falta de transportes", e ainda:

Acrescente-se a tudo isso, a organização social da terra, imposta pela natureza da indústria pastoril, onde os homens vivem quase sempre insulados em grandes extensões de terra, em verdadeiros desertos, e poderemos, afinal, concluir que esse fato era uma conseqüência direta das próprias contingências de uma colonização que apenas se iniciava em território antes completamente bárbaro (p. 52).

Para apoiar seu postulado afirma: "era na campanha deserta que, pela falta assinalada, o sentimento religioso mais sofria. Nas povoações, onde existiam as capelas curadas, a religiosidade era maior - fato esse que confirma a nossa tese" (p. 54). Para Salis, decorria daí o prestígio social do "militar" em detrimento do "padre": "o rio-grandense nunca imitou o padre, e sim o militar" (p. 56). Especulou que "o desprestígio do padre proveio talvez em grande parte do fracasso dos jesuítas das

⁸⁶ Para ver mais sobre o mito da "democracia sulina" ver o livro *RS: cultura & ideologia*, da série documenta, publicado pela editora Mercado Aberto, do início dos anos 80, que constitui em estudo clássico da história e historiografia sul-riograndense. Nele, artigos como *O Gaúcho: o mito da 'produção sem trabalho'*, de Décio Freitas, e *Historiografia e Ideologia*, de Sandra Pesavento, Jorge Salis Goulart é citado para ilustrar as idéias e mitos da "historiografia tradicional", a qual se queria criticar e combater naquele momento.

Missões”, e concluía: “era natural, pois, que o sentimento patriótico e guerreiro do rio-grandense, a combater por tanto tempo a figura do jesuíta, crescesse em redor dos chefes militares, diminuindo o prestígio do padre” (p. 58).

No quarto capítulo, intitulado “A Teatralidade”, o autor discorre sobre “A função social do cavalo”, “Psicologia das batalhas”, a “Diferenciação entre o gaúcho e o sertanejo do nordeste”.

No capítulo posterior, Salis aborda “A sociabilidade e o individualismo” e ainda, a “Função social da organização militar”, “Causas sociais e psicológicas que agiram na formação da alma gaúcha: a hospitalidade, a alegria, a generosidade”, “A força progressista da psicologia gaúcha”, “O pensamento de Nietzsche e a moderna corrente sociológica”.

O capítulo seguinte, chamado “A formação do estado”, dedica-o todo a defender a tese da “diferenciação entre o povo rio-grandense e o platino”. Para Salis, duas causas agiram na diferenciação entre o gaúcho platino e o gaúcho rio-grandense: “o fator social e o fator étnico” (p. 102). Atribui uma suposta “crueldade do gaúcho hispano” à miscigenação entre espanhóis e indígenas (p.102). Diz que o gaúcho rio-grandense é superior ao platino por que “a mescla com o elemento indígena no Rio Grande do Sul foi insignificante” (p. 102). Utilizando as idéias racialistas do século XIX, Salis exalta a “superioridade” da “raça pura” em detrimento da “fraqueza” dos “mestiços” (p. 105).

No sexto capítulo – “Síntese política da sociologia Rio-grandense” – o autor enfoca “o espírito republicano”, “sentimento federativo”, “formação do partido liberal”, “o caráter rio-grandense e o positivismo”, “Lamennais e Comte”.

Os três últimos capítulos são dedicados ao futuro do Rio Grande do Sul. Neles versa sobre “O problema das raças”, “O crepúsculo das Revoluções” e “A formação da mentalidade Rio-grandense”.

3.4. Tentativa de erguer um “monumento filosófico”

Em 1932 Jorge Salis Goulart começou a padecer de uma enfermidade que duraria dois anos e o afastaria das atividades de professor da Faculdade de Direito

de Pelotas onde lecionava, em agosto daquele ano. Mas permaneceria na direção do jornal *Diário Liberal* de Pelotas, órgão do Partido Republicano Liberal.

Salis, sem saber ainda do mal que padecia, pediu ajuda ao amigo e médico Dyonélio Machado por meio de cartas. Dyonélio respondeu: “*recebi tuas cartas, pondo-me ao corrente do teu estado de saúde*”. Mesmo não tendo examinado pessoalmente ao amigo paciente, Dyonélio fez recomendações: “*Até que me seja possível um exame direto, debes observar um regime higiênico-dietético e fazer uso de remédios cuja receita te remeto*”. Entretanto, o médico impôs restrições sérias ao paciente: “*abolirás toda e qualquer leitura ou só lerás o noticiário dos jornais. De qualquer forma, nunca empregarás mais de duas horas diária nessa leitura*”. E também proibiu ao doente que escrevesse. Dyonélio fez uma prescrição detalhada das atividades que Salis poderia realizar, além de descrever como deveria ser a sua alimentação.

Apesar da recomendação médica o estado de saúde de Salis não apresentou recuperação. É bem verdade que Salis continuou a escrever.

Como seu estado de saúde não apresentava melhora, Salis, sua esposa e sua mãe foram ao Rio de Janeiro em busca de tratamento, permanecendo lá alguns meses. Estavam no Rio na época do carnaval e só retornaram em agosto de 1934. Sobre este período João Luso escreveu: “*Goulart veio para o Rio, onde esperava que os mestres da medicina lhe acudissem, o salvassem. Passou aqui alguns meses de martírio inexcedível*”.⁸⁷

Estes meses de doença e tratamento no Rio foram muito produtivos intelectualmente. Salis se pôs, à revelia das recomendações médicas, a escrever muito. Escreveu um livro. À medida que iam saindo os capítulos, publicava-os em jornais do Rio de Janeiro. Estes textos foram bem recebidos pela crítica. Luso disse sobre essa fase:

desde que o primeiro dos capítulos que haviam de constituir este livro, apareceu aqui no ‘Jornal do Comércio’, Salis Goulart possuiu uma nova roda de admiradores. Muitos estudiosos e cultores das letras acudiam a lê-lo, sentindo nele uma cultura verdadeiramente sólida, apurada pela reflexão, ordenada de elementos de pura arte. [...] São desse período de dor e aniquilamento físico os seus melhores artigos neste jornal.⁸⁸

⁸⁷ Jornal do Comércio, Rio de Janeiro, 1935. Presente no Arquivo Jorge Salis Goulart, livro I, no IHGRS.

⁸⁸ Idem.

A natureza dos escritos era filosófica e especulativa. Abordava questões como evolução, consciência, moral, arte, religião, espiritualidade, relatividade, sociologia, psicologia, etc.

Suas idéias foram influenciadas fortemente por Bérqson – prêmio Nobel de Literatura em 1927 – nesta fase. Conceitos como evolução e intuição estão muito presentes ao longo do texto, além da citação constante do filósofo europeu. Uma obra em especial foi fundamental na orientação do pensamento de Salis ao escrever sobre filosofia: *A Evolução Criadora* (1907), de Bérqson. É uma obra em que Bérqson tenta conciliar as teorias evolucionistas com uma espécie de espiritualidade e *intuicionismo*. Anselmo F. Amaral, em obra chamada *Jorge Salis Goulart* (1995), publicada pelo Jornal Liberal em Santa Vitória do Palmar, e parte reproduzida no livro *Gymnásio Pelotense – Entre a Memória e a História* (2002), chamou a atenção sobre a influência de Bérqson neste trabalho de Salis considerando-o com certo exagero “o continuador do filósofo Henri Bérqson” (p. 42).

O livro que Salis escreveu nos últimos meses de vida recebeu o nome de “*O Sentido da Evolução*” numa alusão quase direta ao *Evolução Criadora*. Walkyria Goulart encontrou o seguinte escrito de Salis, depois de sua morte, na última página do livro de Bérqson, *Essai sur les données immédiates de la Conscience*:

Sonhei a realização de um monumento: – “O SENTIDO DA EVOLUÇÃO”. Nele, a profundidade imensa das idéias seria vazada num estilo em que a cristalização da forma clássica portuguesa seria subtilizada pela finura de um espírito a Proust, Valéry, e Thibaudet. Uma obra prima da ciência e filosofia brilhando no lavor de uma jóia literária.

Este escrito acima sintetiza a ambição pretendida por Salis Goulart ao escrever o livro que consumiu seus esforços nos meses de sua enfermidade. Salis, no entanto, percebeu que a doença não lhe permitiria concretizar “*a realização de um monumento*”. Lamentou o malogro: “*vejo que não poderei realizar o sonho desta divina estilização, nem ensanchar a projeção das idéias que deveriam abarcar as mais modernas doutrinas da relatividade, da psicologia, da arte, da sociologia, da moral, do direito, da filosofia, da religião*” (sic.) A última frase é muito expressiva, pois sintetiza o objetivo de uma obra, mas também de uma vida: “**O que deixo constitui só um raiozinho do esplendor ambicionado**”. Esta passagem deixa transparecer o sentimento de frustração por não atingir a meta de um projeto mais

amplo do que a consagração obra prima literária, a coroação de uma trajetória. Talvez para Salis este livro representasse a última estratégia de sua carreira para alcançar a consagração. No entanto, não poderia contar com outras espécies de capitais como trunfos para conquistar o reconhecimento da obra. A obra teria que se impor apenas pelos critérios propriamente intelectuais.

Walkyria Neves Goulart, esposa de Jorge Salis, escreveu o prefácio de “*O Sentido da Evolução*”. Monteiro Lobato o descreveu como “*do começo ao fim um grito lancinante de saudade*”. Nele Walkyria descreve o drama sofrido por seu marido durante os meses de luta contra a doença comparando-o a uma “*via-crucis dolorosa*”, ao sofrimento de um “*mártir*”, um “*santo*”.

Também descreve o esforço envidado para escrever “*O Sentido da Evolução*”. No prefácio, a viúva de Salis recorda o dia em que Salis lhe anunciou o projeto do novo livro: “*Um dia – que dia lindo! – tu me havias dito num assomo de alegria: – ‘Minha Walkyria querida, levarei algum tempo escrevendo a minha obra de filosofia, mas tu verás que monumento será ela!’*”. Walkyria imediatamente desabafa: “*E a doença, maldita, implacável, tenaz, impediu o teu desejo nobre*”. Revela que tempos depois o marido lhe confidenciou ao ouvido: “*Sinto que vou viver tão pouco! Tenho pressa de terminar por isso o meu livro. Não poderá ser mais o monumento que sonhei tão feliz erguer um dia, mas sei que será uma obra de valor*”. Salis terminou o livro quase ao morrer. Mas antes da morte deixou o legado de sua memória aos cuidados da mulher e a responsabilidade pela edição da obra. Walkyria relatou esse momento: “*Minha Walkyria eu te peço que não morras. Vive para continuar a minha memória, para editar este meu livro. Com teu estilo tão bonito escreve o prefácio dessa obra. Conta debaixo de que martírio inenarrável eu a pude criar*”. Na mesma ocasião Salis deu à esposa a missão de ser a guardiã de sua memória e de seu nome: “*Vela pelo meu nome de escritor. Não o deixes desaparecer*”.

Cabe aqui mencionar rapidamente que a poetisa Walkyria Goulart assumiu a missão de ser “*a divulgadora mais além*” da obra de Salis Goulart. Depois da morte do marido começou uma luta para publicar *O Sentido da Evolução*. Inicialmente seu objetivo era publicá-lo na França. Enviou cópias dos originais a diversas Livrarias e Editoras francesas na esperança de que alguma se interessasse pela tradução e publicação da obra. Algumas das empresas que Walkyria entrou em contato foram: Librarie Armand Colin, Maison Mame, Cetrat Bibliographique A. Berthet Paris,

Librarie Marcel Reivière, Librarie Garnier, Librarie Alphonse Lemerre, Librarie de Paris Firmin-Didot et Cie. Éditeurs, Librarie Hachete, Larousse Paris, Gaston Doin & Cie, Editeurs, Masson & Cie. Editeurs, Perrin & Cie Editeurs.⁸⁹

Não houve interesse de nenhuma destas editoras pela publicação do livro de filosofia de Salis Goulart. Algumas apenas enviaram os valores dos custos da publicação. No entanto, ela não desistiu. Procurou quem o publicasse no Brasil. Ninguém se interessou. O assunto de cunho filosófico não agradou aos editores. Walkyria mandou cópia dos originais a Monteiro Lobato que nem se interessou a ler, a não ser o prefácio. Com estilo inconfundível Lobato explicou as razões de não ler *O Sentido da Evolução*:

Não li a obra por várias razões: falta absoluta de tempo, preocupações de outra ordem que não me permitem concentrar o espírito num estudo filosófico e também por não estar datilografado. O maior dos erros dona Walkyria, que um autor comete, é procurar editor com um original escrito a mão. Não maioria dos casos eles nem examinam a coisa. Na América do Norte eles chegam a não receber originais assim, sejam lá de quem for.⁹⁰

Entretanto, Lobato que não era há tempos da direção da Editora Cia. Nacional, levou os originais a empresa para que fossem analisados. E já preparou o espírito da viúva para uma possível resposta negativa da Editora:

a Editora é uma empresa comercial, e portanto não faz estudar os originais que lhe são apresentados apenas do ponto de vista da obra em si; estuda-a também sob o ponto de vista comercial. E muitas vezes dá-se o caso de ser recusado um trabalho que é bom, que é mesmo ótimo, mas que não alcança a nota mínima de comercialidade exigida. Para as empresas editoras aquele ditado latino é uma realidade – *primo vivere, deinde philosophare...*

A resposta não foi positiva. Sobraram duas alternativas: pagar pela publicação ou recorrer aos favores políticos. Esta última opção talvez parecesse mais fácil, mas não a mais segura, pois dependia da boa vontade de algum amigo político que não esperasse receber uma retribuição pelo favor. O próprio Salis escreveu quando estava doente no Rio de Janeiro: “*não há amigos, quando não se pode ser útil aos seus interesses*”.

⁸⁹ As cartas referentes ao contato com estas empresas francesas estão no Arquivo Jorge Salis Goulart, livro II, presentes no IHGRS.

⁹⁰ Carta de Monteiro Lobato, São Paulo, 24-01-1936, Arquivo Jorge Salis Goulart, livro II, p. 164.

Mas o Governo do General Flores da Cunha assumiu a publicação da obra. Em 1937 saiu do prelo da Editora do Globo a obra póstuma *O Sentido da Evolução*. Walkyria começou então um grande trabalho de divulgação do livro. Enviou exemplares para intelectuais e bibliotecas nacionais e estrangeiros. Seu esforço quase não produziu eco. Recebeu algumas cartas acusando o recebimento e alguns elogios.

Walkyria casou-se novamente. Continuou escrevendo poesia, mas em outro estilo: poesia social. Escreveu para os jornais de Pelotas e ocupou cargos públicos. Mas nunca deixou de velar pela memória do “*inesquecível esposo*”. Já com 80 anos de idade ainda solicitou que *A Formação do Rio Grande do Sul* e *O Sentido da Evolução* fossem reeditados pelo *Instituto Nacional do Livro*. O Diretor do INL escreveu em resposta à petição de dona Walkyria que ela deveria buscar uma editora que se interessasse em co-editar as obras. Walkyria respondeu ao diretor do INL:

Procurarei entrar em contato com alguma editora da capital sobre a co-edição desse livro. Moro em cidade do interior, tenho doença na família, não podendo ausentar-me de casa, o que fará com que leve algum tempo para desobrigar-me disso tudo.

Mas vou agir esperançosa, pois me esforço por ser a divulgadora mais além da obra de meu inesquecível esposo.

Não conseguiu o interesse de nenhuma editora para a reedição dos livros. E escreveu a Herbert Sales, diretor do INL, um desabafo:

Em resposta ao ofício de V.S. de 21-12-1976, tenho infelizmente que lhe comunicar que, apesar de todos os meus esforços, não foi possível conseguir editora de Porto Alegre para a co-edição com o I. N. L. dos livros “O Sentido Da Evolução” (filosofia, consagrado pela Sorbonne) ou “A Formação do Rio Grande do Sul” (sociologia, premio de erudição da Academia Brasileira de Letras) do meu saudoso Dr. Jorge Salis Goulart. Permita-me V.S. agora um protesto, penso que ao I.N.L. deveria ser atribuída essa tarefa. Como posso eu, com 80 anos de idade, morando em uma cidade do interior, doente acima de tudo, dedicar-me com proveito a essa tarefa? Assim, morre a cultura em nosso país. E isso é triste, muito triste mesmo.⁹¹

Jorge Salis Goulart morreu aos 34 anos, em 20 de setembro de 1934, um mês depois de chegar do Rio de Janeiro, de pneumonia dupla em decorrência da fragilidade de sua saúde, depois de dois anos sofrendo de um tumor nas meninges.

⁹¹ Carta de Walkyria Goulart Valle Machado, 25-08-1977, Arquivo Jorge Salis Goulart, livro II, p. 313.

Em 1935, Dante Laytano escreveu sobre Jorge Salis Goulart “*sim, ele compreendeu seu próprio destino*”, e ainda “*Salis Goulart produziu muito, foi um batalhador no campo das idéias e assistiu o princípio de sua consagração. Vida toda feita por ele mesmo. Soube andar com porte a atitude*”.⁹² Creio que estas duas expressões de Dante Laytano são uma avaliação precisa e feliz sobre Salis Goulart: “*ele compreendeu seu próprio destino*” e “*vida toda feita por ele mesmo*”. Ou seja, Salis “viu” a si mesmo no tempo, em outras palavras, se percebeu como um sujeito histórico, mas foi mais do que um sujeito, um agente de sua própria trajetória. Não há como saber se Salis atingiu o topo de onde poderia chegar, ou se teria ido mais longe. Mas estava consciente do “seu lugar no mundo” e soube empregar muitas estratégias para chegar aonde chegou.

⁹² Diário Liberal, Pelotas, 04-03-1936.

Conclusão

Salis Goulart estreou na literatura através da poesia que até então, início da década de 1920, era o estilo de maior prestígio no campo literário brasileiro. O sentido que atribuiu aos seus versos estava em harmonia com aquela que se tornou a missão do artista brasileiro no pós-guerra: inculcar o sentimento do *nacionalismo* nos cidadãos. Ou seja, Jorge Salis como um escritor “novo” adotou como estratégia de legitimação no campo literário seguir os padrões intelectuais vigentes. Outro aspecto saliente na trajetória desse escritor rio-grandense é a formação de redes de relações das quais faziam parte escritores que estavam mais próximos do “centro” do campo intelectual brasileiro e que lhe permitiram desfrutar de certa visibilidade em jornais e revistas da capital federal. Através destas redes buscou ser inserido no campo literário nacional e obter o reconhecimento de intelectuais consagrados no campo, que detinham posições intelectuais consolidadas e o poder de atribuir legitimidade aos novos escritores. O itinerário e as tomadas de posição de Jorge Salis Goulart indicam que os padrões e normas vigentes ditados a partir do Rio de Janeiro e as instâncias de consagração em nível nacional influenciavam sensivelmente as ações e produções intelectuais locais. Era para o Rio de Janeiro que os homens de letras do Rio Grande olhavam como modelo a ser seguido e de onde esperavam receber o reconhecimento, apesar do particularismo literário.

À medida que o campo intelectual brasileiro se modificou ao longo da década de 1920, também se transformaram os padrões de legitimidade intelectual. A poesia perdeu seu espaço e o centro do campo intelectual foi transferido do Rio de Janeiro para São Paulo. Estas transformações se refletiram na carreira e influenciaram o percurso de Salis Goulart, que migrou da poesia para os temas ‘científicos’ dedicando-se ao *ensaísmo* sociológico. Outra adaptação de Salis Goulart ao novo

cenário intelectual que se configurava em meados da década de 1920, após a ruptura política dentro do campo intelectual com os modernistas de São Paulo, foi voltar sua atenção e focar seus esforços na busca pela consagração no âmbito regional. Nesse contexto, firmava-se uma linha editorial da Livraria do Globo de valorização dos escritores locais e dos temas regionalistas. A publicação de *A formação do Rio Grande do Sul* (1927), que foi a primeira tentativa de aplicar métodos e conceitos da sociologia no estudo sistemático da história do Rio Grande do Sul, garantiu a Salis a entrada no Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, instituição que desfrutou da hegemonia da produção historiográfica na primeira metade do século XX.

A análise da trajetória intelectual de Jorge Salis Goulart, iniciada no começo da década de 1920 no Rio Grande do Sul e desenvolvida até quase meados da década seguinte, permitiu vislumbrar o microcosmo intelectual do Rio Grande do Sul, a partir das suas práticas ordinárias delineadas na atuação desse escritor e jornalista em relação a outros intelectuais. Vimos como um intelectual da “periferia” do campo intelectual brasileiro precisava montar estratégias para ser reconhecido e legitimado dentro do campo. Dentre essas estratégias devia estar a formação de redes de relações sociais no campo político e intelectual. Verificou-se que no início de sua trajetória Salis Goulart atuou como jornalista político filiado ao Partido Republicano Rio-grandense, chegando a dirigir o *Diário Popular*, em Pelotas, órgão do partido hegemônico no estado. Ao longo do estudo apontamos que apesar das vinculações políticas e das intersecções entre os campos, os intelectuais movimentavam-se respeitando uma lógica particular de interesses e capitais. As redes intelectuais baseavam-se na reciprocidade e troca de favores que tinham muito valor apenas dentro do campo intelectual, o que não impedia que o capital simbólico adquirido fosse reconvertido em capital político. Portanto, ainda que houvesse uma “porosidade” entre os campos, a lógica e os interesses particulares do campo intelectual – em estado de formação – não podem ser reduzidos à lógica e aos interesses do campo político.

A não existência das condições históricas plenas para a estruturação de um campo intelectual no Rio Grande do Sul, na década de 1920, criava barreiras e vicissitudes a todo intelectual “provinciano” que quisesse conquistar “um lugar ao sol”. A posição “periférica” dos intelectuais locais em relação ao campo intelectual nacional reforçava a condição subordinada desses intelectuais e os fazia sair “atrás”

na luta por espaço e reconhecimento. Salis Goulart enfrentou ainda obstáculos adicionais por estar longe do centro intelectual regional e distante dos locais das sociabilidades dos homens de letras do estado situados na capital Porto Alegre, pois residia em Pelotas.

A adoção do tema da *identidade regional* como problemática legítima dos intelectuais do Rio Grande do Sul ilustra o esforço e a dificuldade que tiveram para se adaptar à agenda intelectual nacional que tinha o nacionalismo como tema principal. Estabelecida a agenda a ser trabalhada – o tema da identidade regional – o campo intelectual local foi se organizando através do jogo móvel e das lutas entre as correntes que queriam o “poder” de definir os critérios legítimos da identidade regional. O estudo da trajetória de Salis Goulart aponta para hipótese que a centralidade do tema da identidade regional na agenda e na organização do campo intelectual local era capaz de alçar um poeta “*panteísta*” que se aventurasse pelo campo do ensaísmo histórico para a condição de intelectual de primeira grandeza no campo local. Ou seja, para um intelectual ser considerado naquele contexto como apto para o “jogo” e reconhecido pelos pares, necessitava adotar a agenda estabelecida em nível local. Um sinal de diferenciação do campo intelectual rio-grandense.

Meu objetivo não foi o de esgotar “*o eu absoluto*” de Jorge Salis Goulart, mas tão somente seguir o seu itinerário intelectual a procura de pistas sobre o funcionamento do campo intelectual brasileiro e rio-grandense na década de 1920. Um objetivo modesto e cujo alcance neste trabalho não pode ser separado e nem exceder aos próprios limites impostos pela teoria adotada como inspiração. Provavelmente fossem outros os pressupostos teóricos seguidos, também seriam outras as conclusões.

Referências:

AGUIAR, Vera Teixeira de. Pierre Bourdieu e as regras do campo literário. In: **Veritas**, Porto Alegre, v. 41, n. 162, junho 1996, pp. 237-241.

ANDERSON, Benedict. **Nação e consciência nacional**. São Paulo: Ática, 1989.

ASSIS BRASIL, Luiz Antônio de. (et. Al.) **Pequeno Dicionário da Literatura do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Ed. Novo Século, 1999.

AMARAL, Giana Lange do (org.). **Gymnásio Pelotense, Colégio Municipal Pelotense: Entre a Memória e a História – 1902-2002**. Pelotas: Educat, 2002.

ALMEIDA, Marlene Medaglia. **Introdução ao Estudo da Historiografia Sul-riograndense: inovações e recorrências do discurso oficial (1920-1935)**. Dissertação (mestrado em sociologia) – IFCH, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1983.

_____. **Na trilha de um andarengo: Alcides Maya (1877-1944)**. Porto Alegre: EDIPUCRS/ IEL, 1994.

BATISTA, Karina Ribeiro. **A trajetória da Editora Globo e sua inserção no campo literário brasileiro nas décadas de 1930 e 1940**. Tese (doutorado em Letras). PUCRS, 2008.

BOEIRA, Nelson (ET AL). **RS: Cultura & Ideologia**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980.

BORGES, Vavy Pacheco. O historiador e seu personagem: algumas reflexões em torno da biografia. In: **Horizontes**, Bragança Paulista, v. 19, p. 1-10, jan./dez. 2001.

BOURDIEU, Pierre. A gênese dos conceitos de *habitus* e de campo. In: **O Poder simbólico**. Rio de Janeiro: Difel, 1989.

BOURDIEU, Pierre. O campo intelectual: um mundo à parte. In: **Coisas Ditas**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

_____. **As regras da arte**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

_____. Campo del poder, campo intelectual y habitus de clase. In: **Intelectuales, política y poder**. Buenos Aires: Eudeba, 2006.

CARNEIRO, Newton Luis Garcia. **Identidade Inacabada: regionalismo político no Rio grande do Sul**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000.

CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História**. 2. Ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

CORADINI, O. L. As missões da cultura e da política: confrontos e reconversão das elites culturais e políticas no Rio Grande do Sul. (1920-1960). In: **Estudos Históricos**, RJ, no. 32, 2003, p. 125-144.

_____. O referencial teórico de Bourdieu e as condições para sua aprendizagem e utilização. In: **Veritas**, Porto Alegre, v. 41, n. 162, junho 1996, pp. 207-219.

COUTINHO, Afrânio; SOUSA, J. Galante de (Dir.). **Enciclopédia de literatura Brasileira**. 2.ed. São Paulo: Global Editora; Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional/ Academia Brasileira de Letras, 2001.

CUNHA, Jaqueline Rosa da. **A formação do sistema literário de Pelotas: uma contribuição para a literatura do Rio Grande do Sul**. Tese (doutorado em Letras) PUCRS, 2009.

DAMATTA, Roberto. Nação e região: em torno do significado cultural de uma permanente dualidade brasileira. In: SCHÜLER, Fernando Luís; BORDINI, Maria da Glória (org.). **Cultura e Identidade Regional**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

FERREIRA, Rau. Silvino Olavo comenta “Quando veio o crepúsculo” de Théó Filho. In: **História esperancense – Esperança Paraíba**. Disponível em < <http://historiaesperancense.blogspot.com/2009/09/silvino-olavo-comenta-quando-veio-o.html> > acessado em 1º de dezembro de 2009.

GERTZ, René. **O aviador e o carroceiro**: política, etnia e religião no Rio Grande do Sul dos anos 1920. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.

GOMES, Ângela de Castro. **Essa Gente do Rio... Modernismo e Nacionalismo**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999.

GOMES, Ângela de Castro. Escrita de si, escrita da História: a título de prólogo. In: **Escrita de si. Escrita da História**. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2004.

GOULART, Jorge Salis. Impressões Literárias. In: **Ilustração Pelotense**, 1922. (Arquivo Jorge Salis Goulart, IHGRS, livro I)

_____. **O Sentido da Evolução**. Porto Alegre: Editora Globo, 1937.

GRAIEB, Carlos. Esbórnica no Rio – autores esquecidos, romances escandalosos: a vez da literatura carioca do início do século. In: **Veja**, 08/08/1999. Disponível em < http://veja.abril.com.br/080999/p_150.html > Acessado em 1º de dezembro de 2009.

GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal; ARAÚJO, Valdei Lopes de. O sistema intelectual brasileiro na correspondência passiva de John Casper Branner. In: GOMES, Ângela de Castro (Org.). **Escrita de si. Escrita da história**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

GUTFREIND, Ieda. **A Historiografia Rio-Grandense**. Porto Alegre: Editora da Universidade, 1992.

LOMNITZ, Larissa Adler. **Redes sociais, cultura e poder**. Rio de Janeiro: E-papers, 2009.

LOVE, Joseph. **O regionalismo gaúcho e as origens da revolução de 1930**. São Paulo: Perspectiva, 1975.

_____. **Una aproximación al regionalismo**. Santa Fe de Bogotá, Colômbia: Universidad del Norte, 1993.

MAGALHÃES, Mario Osório. Simões Lopes Neto e Pelotas: influência da cidade sobre o seu maior escritor. In: **História em revista**, UFPel, v. 8, dez. 2002.

MARTINS, Ari. **Escritores do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS/IEL, 1978.

MAIA, Alcides. **Crônicas e Ensaios**. Porto Alegre: Globo, 1918.

MICELI, Sérgio. **Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-1945)**. São Paulo: Difel, 1979.

_____. **Poder, sexo e letras na República Velha** (estudo clínico dos anatolianos). São Paulo: editora Perspectiva, 1977.

MONTEIRO, Charles. **Porto Alegre e suas escritas: história e memórias da cidade**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2006.

MURARI, Luciana. Literatura e transformação da sociedade no debate intelectual brasileiro: dos “modernistas” de 1870 aos modernistas de 1922. In: **ANTARES**, nº. 2, jul-dez 2009.

NEDEL, Letícia Borges; RODRIGUES, Mara Cristina de Matos. Historiografia, crítica e autocrítica: itinerários da história do Rio Grande do Sul. In: **Ágora**, Santa Cruz do Sul, v. 11, n. 1, pp. 161-186, jan/jun 2005.

NEVES, Gervásio Rodrigo. Leituras consideradas fundamentais para conhecer o Rio Grande do Sul na metade do século XX. In: **Ciências e Letras**, Porto Alegre, n. 41, p. 283-306, jan.-jun 2007. Disponível em <http://www1.fapa.com.br/cienciaseletras/pdf/revista41/Artigo_Gervasio.pdf> acessado em 20 de março de 2010.

NEDEL, Letícia. **Paisagens da Província: o regionalismo sul-rio-grandense e o Museu Júlio de Castilhos nos anos cinquentas**. Dissertação de mestrado, UFRJ, 1999.

_____. A Recepção da obra de Gilberto Freyre no Rio Grande do Sul. In: **Maná**, 85-118, 2007.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. **A questão nacional na Primeira República**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

OSÓRIO, Fernando Luis. **A Cidade de Pelotas**. Porto Alegre: Editora Globo, 1962.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História do Rio Grande do Sul**. 9. Ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 2002.

POZENATO, José Clemente. **O regional e o universal na literatura gaúcha**. Porto Alegre: Editora Movimento/ Instituto estadual do Livro, 1974.

PINTO, Céli Regina Jardim. O poder e o político na teoria dos campos. In: **Veritas**, Porto Alegre, v. 41, n. 162, junho 1996, pp. 221-227.

RODRIGUES, Mara C. de Matos. **A institucionalização da formação superior em história: o curso de geografia e história da UPA/UFRGS – 1943-1950**. Dissertação de mestrado, UFRGS, 2002.

RUDIGER, Francisco. **Tendências do jornalismo**. Porto Alegre: ed. UFRGS, 1993.

SILVA, João Pinto da. **A Província de São Pedro**. Porto Alegre: Globo, 1930.

SKIDMORE, Thomas. **Preto no Branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

SMITH, Anthony D. Interpretações sobre a identidade nacional In: GUIBERNAU, Montserrat. **Nacionalisme. Debats i dilemes per a um nou mil-enni**. Barcelona: Proa, 2000, pp. 119-142.

_____. **¿Gastronomia o Geologia? El rol del nacionalismo en la reconstrucción de las naciones**. (2002) Disponível em: <http://www.cholonautas.edu.pe/modulo/upload/4smith.pdf>. Acesso em 20 maio 2009.

THIESSE, Anne-Marie. La petit patrie enclose dans le grande: regionalismo e identidade na França durante a Terceira República (1870-1940). In: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, vol. 8, nº 15, 1995.

TORRESINI, Elizabeth. **Editora Globo: uma aventura editorial nos anos 30 e 40**. São Paulo: Edusp, 1999.

VARGAS, Ewerton Vieira. O legado do discurso: Brasilidade e hispanidade no pensamento social brasileiro e latino-americano. Brasília: Funag, 2007.

VELLOSO, Monica. A Brasilidade Verde-Amarela: nacionalismo e regionalismo paulista. In: **Estudos Históricos**, vol. 6, nº 11, 1993.

_____. **Modernismo no Rio de Janeiro: turunas e quixotes**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1996.

VERÍSSIMO, Érico. **Um certo Henrique Bertaso**. Porto Alegre: Globo, 1981.